



REOT
CONCELHO DA MAIA

REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2010



Relatório de Estado de Ordenamento do Território

Março 2011

Ficha Técnica

Elaborado por:

Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projectos
(Câmara Municipal da Maia)

Colaboração de:

Departamento de Gestão Urbana
Departamento de Construção e Estruturas Municipais
Departamento de Educação, Acção Social e Juventude
Departamento de Finanças e Património
Departamento de Fomento Desportivo
Departamento de Trânsito e Transportes
Gabinete de Arqueologia (Departamento de Cultura e Turismo)
Gabinete de Saúde
Gabinete Técnico Florestal
Maiambiente
Serviço Municipal de Protecção Civil
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 6 |
| 2. Quadro de Referência Legal | 7 |
| 3. Metodologia | 8 |
| 4. PDM de 2009 | 11 |
| A. Objectivos Estratégicos | 11 |
| B. Execução do Plano | 12 |
| C. Avaliação Ambiental | 13 |
| 5. Estado de Ordenamento do Território | 15 |
| 5.1. Tema I - Sócio-Economia | 15 |
| A. Dinâmicas Demográficas | 15 |
| B. Estrutura Económica | 18 |
| C. Síntese Avaliação | 23 |
| 5.2. Tema II - Mobilidade | 25 |
| A. Rede de Infra-Estruturas | 25 |
| B. Movimentos Pendulares | 26 |
| C. Acidentes Rodoviários | 27 |
| D. Transportes Públicos | 28 |
| E. Modos de Transporte Sustentáveis | 30 |
| F. Acessibilidade para Todos os Cidadãos | 32 |
| G. Síntese Avaliação | 33 |
| 5.3. Tema III - Povoamento | 36 |
| A. Rede Urbana | 36 |
| B. Habitação | 36 |
| C. Evolução Urbanística | 39 |
| D. Coesão Urbana | 39 |
| E. Desenho Urbano | 41 |
| F. Equipamentos Públicos | 43 |
| G. Património | 59 |
| H. Síntese da Avaliação | 60 |
| 5.4. Tema IV - Ambiente | 69 |
| A. Estrutura Ecológica Urbana | 69 |
| B. Áreas Verdes | 70 |
| C. Arborização de Arruamentos | 71 |
| D. Seccionamento dos Ecossistemas | 72 |
| E. Recursos Hídricos | 73 |
| F. Flora | 74 |
| G. Solo | 76 |
| H. Poluição Sonora e Atmosférica | 77 |
| I. Riscos Tecnológicos | 79 |
| J. Infra-Estruturas | 80 |
| L. Síntese Avaliação | 81 |
| V. Impactes PDM | 88 |
| 6. Considerações Finais | 89 |

| | |
|-------------------------------|----|
| Bibliografia..... | 93 |
| Referências Electrónicas..... | 94 |
| Legislação..... | 94 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Dinâmicas Populacionais AMP..... | 15 |
| Quadro 2. Taxa de Mortalidade e Natalidade, 2009..... | 17 |
| Quadro 3. Evolução Empresas por Sector Actividade, Maia..... | 19 |
| Quadro 4. Posto trabalho/Mil Habitantes, Maia..... | 20 |
| Quadro 5. Taxa Crescimento Emprego..... | 20 |
| Quadro 6. Taxa Desemprego, 2001..... | 21 |
| Quadro 7. Capacidade Alojamento Hotéis e Pensões, 2008..... | 22 |
| Quadro 8. Capacidade Alojamento Turismo Rural..... | 22 |
| Quadro 9. N.º Dormidas Estabelecimento Hoteleiro..... | 22 |
| Quadro 10. Síntese – Tema I Socio-Económico (Dinâmicas Demográficas)..... | 23 |
| Quadro 11. Síntese – Tema I Socio-Económico (Estrutura Económica)..... | 24 |
| Quadro 12. Acidentes Rodoviários, 2008 e 2009..... | 27 |
| Quadro 13. Passageiros AIFSC, 2004 a 2010..... | 28 |
| Quadro 14. Passageiros Metro, 2009 e 2010..... | 29 |
| Quadro 15. Síntese Tema II Mobilidade (Infra-estruturas)..... | 33 |
| Quadro 16. Síntese Tema II Mobilidade (Movimentos Pendulares)..... | 33 |
| * excluindo Novembro e Dezembro de 2010..... | 34 |
| Quadro 17. Síntese Tema II Mobilidade (Acidentes Rodoviários)..... | 34 |
| Quadro 18. Síntese Tema II Mobilidade (Transportes Públicos)..... | 34 |
| Quadro 19. Síntese Tema II Mobilidade (Transportes Sustentáveis)..... | 35 |
| Quadro 20. Síntese Tema II Mobilidade (Acessibilidade para Todos)..... | 35 |
| Quadro 21. N.º de Alojamentos, AMP..... | 36 |
| Quadro 22. Densidade Habitacional, 2001..... | 37 |
| Quadro 23. Habitantes por Fogo, 2001..... | 38 |
| Quadro 24. Pedidos Inutilização RAN..... | 39 |
| Quadro 25. Oferta Educação Pré-escolar, 2010..... | 45 |
| Quadro 26. Equipamentos de Educação Propostos..... | 48 |
| Quadro 27. Oferta Creches, 2010..... | 50 |
| Quadro 28. Oferta ATL's, 2010..... | 51 |
| Quadro 29. Oferta Centros de Dia, 2010..... | 54 |
| Quadro 30. Oferta Lares, 2010..... | 55 |
| Quadro 31. Candidaturas Aprovadas..... | 56 |
| Quadro 32. Oferta equipamentos desportivos, 2009..... | 57 |
| Quadro 33. Equipamentos Propostos com Nivel 1 de Prioridade..... | 58 |
| Quadro 34. Equipamentos Propostos com Nivel 2 e 3 de Prioridade..... | 59 |
| Quadro 35. Síntese – Tema III Povoamento (Habitação)..... | 61 |
| Quadro 36. Síntese – Tema III Povoamento (Evolução Urbanística)..... | 61 |
| Quadro 37. Síntese – Tema III Povoamento (Coesão Urbana)..... | 62 |
| Quadro 38. Síntese – Tema III Povoamento (Desenho Urbano)..... | 63 |
| Quadro 39. Síntese – Tema III Povoamento (Património)..... | 63 |
| Quadro 40. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Saúde)..... | 64 |
| Quadro 41. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Educação)..... | 65 |

| | |
|---|----|
| Quadro 42. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Social) | 66 |
| Quadro 43. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Desporto) | 68 |
| Quadro 44. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Outros) | 68 |
| Quadro 45. Estrutura Ecológica Urbana, PDM 2009 | 70 |
| Quadro 46. Área dos Ecossistemas no concelho da Maia | 72 |
| Quadro 47. Áreas Florestais, 1990 | 75 |
| Quadro 48. N.º de excedências por poluente - 2008 e 2009 | 79 |
| Quadro 49. Recolha de resíduos urbanos | 81 |
| Quadro 50. Síntese – Tema IV Ambiente (Espaços Verdes) | 82 |
| Quadro 51. Síntese – Tema IV Ambiente (Fragmentação Ecossistemas) | 83 |
| Quadro 52. Síntese – Tema IV Ambiente (Recursos Hídricos) | 84 |
| Quadro 53. Síntese – Tema IV Ambiente (Flora) | 84 |
| Quadro 54. Síntese – Tema IV Ambiente (Solo) | 85 |
| Quadro 55. Síntese – Tema IV Ambiente (Poluição Sonora e Atmosférica) | 85 |
| Quadro 56. Síntese – Tema IV Ambiente (Riscos Tecnológicos) | 86 |
| Quadro 57. Síntese – Tema IV Ambiente (Infra-estruturas) | 87 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1. População Residente, Maia | 16 |
| Figura 2. Evolução Taxa de Natalidade e Mortalidade, Maia | 17 |
| Figura 3. Empresas por Sector Actividade, Maia | 18 |
| Figura 4. Sociedades por Sector Actividade, Maia | 19 |
| Figura 5. População Activa por Sector Actividade, Maia | 20 |
| Figura 6. Desempregados inscritos Centro Desemprego, Maia | 21 |
| Figura 7. Ecopistas | 30 |
| Figura 8. Ruas pedonais | 31 |
| Figura 9 - Rede Urbana | 36 |
| Figura 10. Pedidos parecer inutilizações RAN | 40 |
| Figura 11. Tipologia Equipamentos Desportivos | 57 |
| Figura 12. Estrutura Ecológica Urbana | 69 |
| Figura 13. Carta com a identificação ecossistemas | 73 |
| Figura 14. Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte de Moreira | 74 |
| Figura 15. Áreas Florestais PDM 2009 | 75 |
| Figura 16. Índice de Qualidade do Ar | 78 |

1. INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor do novo Plano Director Municipal do concelho da Maia, que decorreu do processo de revisão do PDM de 1994, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro, não se entendeu o processo de planeamento municipal como terminado, muito pelo contrário, uma nova etapa nesse mesmo processo teve início – a implementação, no sistema de planeamento, do imprescindível processo de monitorização e avaliação dos planos.

A monitorização e avaliação estratégica e operacional do sistema municipal de planeamento é também fundamental no âmbito do desempenho ambiental associado à execução do plano e dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

O objectivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais directo ou indirecto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de concepção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das actividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do Concelho da Maia no que se refere ao território, bem como detectar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) consubstancia, assim, o principal *output* no âmbito de um modelo de avaliação, preocupado em medir e avaliar o nível de execução dos objectivos e da concretização das acções propostas no PDM em vigor no concelho da Maia e demais planos que venham a integrar o sistema de planeamento municipal.

Pretende-se, com este Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no Concelho da Maia os quais, deste modo, serão objecto de avaliação “in continuum”, e bem ainda dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas, tendo sempre como pressuposto de base a monitorização ambiental, prevista na declaração ambiental.

2. QUADRO DE REFERÊNCIA LEGAL

Ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), concretamente do n.º 1 do artigo 144.º do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, “as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos previstos e aplicar as necessárias medidas correctivas previstas na declaração ambiental”.

A avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respectivos mecanismos de execução (artigo 145.º do diploma supramencionado), nomeadamente com os seguintes objectivos:

- a) “assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível de execução como dos objectivos a médio e longo prazos;
- b) garantir a criação coordenada das infra-estruturas e dos equipamentos;
- c) corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d) garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações com rendas ou custos controlados;
- e) promover a melhoria da qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos.”

Neste sentido, “a câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal” (cfr. artigo 146.º do mesmo diploma), incumbência que já tinha ficado definida ao nível do artigo 28.º da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo.

Muito embora, o artigo 146.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial defina a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de 2 em 2 anos, elaborar um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, e tendo em vista não apenas uma melhor gestão do plano de acção, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano, como também, e sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual, que consubstancia o disposto no n.º 2 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, considerou-se que a Câmara Municipal da Maia deveria elaborar um relatório anual, que verse sobre o desempenho dos indicadores ambientais e sobre as acções e objectivos ultrapassados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

Assim, considerou-se oportuno integrar neste processo a avaliação e o controlo da avaliação ambiental, de acordo com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que define que as entidades responsáveis pela elaboração do plano avaliam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

3. METODOLOGIA

Com o objectivo de avaliar o desempenho do Plano Director Municipal da Maia¹, a monitorização iniciou-se com a avaliação dos objectivos do Plano, do programa de acções previstas no mesmo, e bem ainda dos objectivos de sustentabilidade presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, através da definição de um conjunto de indicadores que permitissem avaliar cada um dos níveis mencionados anteriormente. Assim, para a operacionalização do processo de monitorização foi necessário identificar indicadores quantificáveis para cada um dos objectivos, bem como as respectivas metas a atingir, permitindo, assim, o controlo do Plano.

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a descrição do mesmo, forma de cálculo, unidade de análise, valor base, valor de referência (quando aplicável e tendo sempre como referência valores já definidos, designadamente no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), entidade responsável pela recolha dos dados, ou seja, se é uma fonte externa ou uma fonte interna da Autarquia (outros departamentos); periodicidade de análise dos dados, entre outros.

Os indicadores propostos dar-nos-ão acesso a um conjunto considerável de informação que, nas várias fases do ciclo de execução, irão permitir:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactes das propostas sectoriais;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do Plano e da sua revisão;
- Facilitar a articulação dos Sistemas de Informação Geográfica a implementar com as estruturas de gestão urbanística e execução do Plano;
- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação;
- Facilitar a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de implementação dos programas.

A monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental das propostas e dos objectivos decorrentes do processo de Revisão do PDM é uma competência do serviço responsável pela elaboração do Plano Director Municipal: **Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projectos** do **Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial**, em acordo com o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Autarquia. Esta divisão ficou, assim, responsável por integrar no referido sistema, todos os elementos relevantes para a avaliação da execução das propostas do Plano, necessários para a realização dos exercícios regulares de monitorização e de avaliação ambiental estratégica.

¹ Com a publicação do Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca, através do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro, o Plano Director Municipal deixou de ser o único instrumento de gestão territorial em vigor no concelho. No entanto, sendo ainda recente a entrada em vigor do plano de pormenor, este primeiro ciclo do processo de monitorização versou apenas sobre a avaliação da execução do PDM e respectivo Relatório Ambiental.

A implementação do sistema de monitorização e do módulo de Avaliação Ambiental Estratégica e Operacional, conta, para além de informação prestada por entidades externas (designadamente Instituto Nacional de Estatística), com a alimentação de informação constante dos sistemas de informação de cada Estrutura Municipal, designadamente:

- Departamento de Trânsito e Transportes;
- Departamento de Finanças e Património;
- Departamento de Gestão Urbana;
- Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial;
- Departamento de Construção e Estruturas Municipais;
- Departamento de Conservação e Manutenção de Estruturas Municipais;
- Departamento de Cultura e Turismo;
- Departamento de Educação, Acção Social e Juventude;
- Departamento de Desporto;
- Serviço Municipal de Protecção Civil;
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Malambiente.

O processo de monitorização está alicerçado em quatro fases principais, conforme se descrevem:

- Definição do objecto de avaliação – PDM e Relatório Ambiental;
- Definição dos indicadores de monitorização;
- Desenvolvimento de procedimentos tendentes à obtenção de informação junto das entidades responsáveis;
- Elaboração do relatório (o qual foi sendo desenvolvido à medida que “chegavam” os dados);

No decorrer deste primeiro ciclo do processo de monitorização foram várias as dificuldades encontradas, designadamente:

- a própria definição dos indicadores para avaliar o cumprimento dos objectivos;
- A recolha dos dados (dificuldade de obtenção de informação e necessidade de recorrer a várias entidades externas e vários departamentos da Autarquia), havendo inclusive situações em que neste momento ainda não dispomos dos dados;
- Inexistência de um Sistema de Informação Geográfica (muito embora não seja impeditivo da realização do processo de monitorização, o presente facto compromete a qualidade e a celeridade do trabalho, sendo menos rica e mais morosa a análise da informação existente);
- Periodicidade de actualização dos dados – nem sempre compatível com o período de análise desejado.

Para a avaliação do estado de ordenamento do território, tendo em conta os objectivos a alcançar, quer os definidos no PDM, quer no âmbito do Relatório Ambiental, optou-se por uma abordagem aos indicadores de monitorização através do enquadramento em quatro temas principais, que se subdividem em sub-temas de análise, e que são:

| Tema | Sub-Tema |
|-----------------------|---|
| Sócio-economia | Dinâmicas Demográficas Estrutura Económica |
| Mobilidade | Rede de Infra-estruturas Movimentos Pendulares Acidentes Rodoviários Transportes Colectivos Modos de Transportes Sustentáveis Acessibilidade para Todos |
| Povoamento | Rede Urbana Habitação Evolução Urbanística Coesão Urbana Desenho Urbano Equipamentos Públicos Património |
| Ambiente | Estrutura Ecológica Urbana Áreas Verdes Arborização em Arruamentos Seccionamento de Ecossistemas Recursos Hídricos Flora Solo Poluição Sonora e Atmosférica Riscos Tecnológicos Infra-estruturas |

4. PDM de 2009

Decorrido o período de revisão do PDM de 94, a Câmara Municipal da Maia dispõe agora de um Plano Director Municipal revisto, o PDM de 2009, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro.

a. Objectivos Estratégicos

A revisão do Plano Director Municipal visou dar continuidade a um processo de planeamento estratégico no concelho da Maia, assente num modelo de desenvolvimento e ordenamento do concelho, baseado num conjunto de Objectivos Estratégicos.

Para a definição destes objectivos estiveram subjacentes alguns pressupostos que presidiram à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia, com o objectivo de configurar uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho, os quais estiveram subjacentes ao processo de revisão do PDM, que estabeleceu as opções de planeamento e sequentes linhas de estratégia conducentes a um desenvolvimento sustentável.

Sempre assente numa lógica de desenvolvimento sustentável, isto é, integrando as diferentes dinâmicas ambientais, sociais e económicas, as principais directrizes do plano estratégico de desenvolvimento sustentável do concelho da Maia desenvolveram-se segundo três contextos distintos mas, no entanto, interligados: Modelo territorial, Ambiente urbano e Ordenamento paisagístico, peri-urbano e rural.

Para cada uma das vertentes apresentadas anteriormente no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do concelho da Maia foram definidos grandes sectores de intervenção, para os quais se desenvolveram um conjunto de objectivos estruturantes e, conseqüentemente, as linhas de actuação (as estratégias) e as diferentes medidas de actuação, que serviram de base à estratégia de desenvolvimento e planeamento vertida na proposta de revisão do PDM.

Os Objectivos/Linhas Estratégicas definidas pelo PEDSCM e que foram eleitos como estruturantes e condicionantes ao nível do ordenamento do território, são os seguintes:

1. *Modelo Territorial*

- a. Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geo-estratégica central, numa perspectiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infra-estruturas de carácter supra-concelhio, e da implementação de modelos de actuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre iniciativa pública e iniciativa privada **[MT_01]**;
- b. Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados **[MT_02]**;

-
- c. Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos actuais [MT_03];
 - d. Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa óptica de coesão dos aglomerados urbanos [MT_04];
 - e. Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização das unidades deficientemente localizadas no território [MT_05];

2. Ambiente Urbano

- a. Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais [AU_01];
- b. Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do Concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente [AU_02];
- c. Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização colectiva em meio urbano [AU_03];
- d. Recurso ao desenho urbano, como instrumento de gestão activa e concertada [AU_05];
- e. Rentabilização das estruturas e infra-estruturas existentes e aposta na reabilitação e regeneração urbana [AU_06];

3. Ordenamento paisagístico peri-urbano e dos espaços rurais

- a. Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da protecção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitectónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais [OP_01];
- b. Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território do concelho [OP_02];
- c. Valorização dos cenários da paisagem cultural [OP_03].

b. Execução do Plano

No processo de Revisão do Plano Director Municipal do Concelho da Maia foram efectuadas uma série de Propostas e de Medidas de Intervenção capazes de encetar os objectivos de planeamento e ordenamento do território definidos para o espaço geográfico concelhio.

Assim, dando cumprimento à legislação em vigor, o PDM de 2009 contém as disposições indicativas de execução e os meios de financiamento para as acções/propostas do Plano Director Municipal.

No programa de execução do Plano é contemplado um conjunto significativo de investimentos para todas as freguesias do Concelho, quer em termos de construção e reperfilamento da rede viária, quer no que diz respeito à construção e beneficiação de equipamentos colectivos, como sejam os sociais, culturais, desportivos e de ensino, apresentando-se estas propostas como acções de carácter executório, correspondendo à realização física das propostas apresentadas.

A título indicativo, quanto à execução estabeleceram-se diferentes graus de prioridade para as diversas propostas: Nível 1 – execução a curto prazo, até 3 anos; Nível 2 – prioridade de médio prazo, até 6 anos; Nível 3 – prioridade a longo prazo, até 10 anos (período de vigência do plano), este último nível considerando o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial quanto à obrigatoriedade de revisão dos PDM's decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão.

No entanto, as propostas previstas no PDM são baseadas num planeamento estratégico, a muito longo prazo, que poderão ir além do prazo de vigência previamente fixado para o Plano.

O Plano estipula que a sua execução seja determinada pela Câmara Municipal através da aprovação de programas anuais de concretização das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão identificadas no Plano, ou de outras que se evidenciem como necessárias, e privilegiando as seguintes intenções:

- As que, contribuindo para a concretização dos objectivos do Plano, possuam carácter estruturante no ordenamento do território e sejam catalisadoras do desenvolvimento do concelho;
- As de consolidação e qualificação do espaço urbanizado;
- As de protecção e valorização da estrutura ecológica;
- As que permitam a disponibilização de solo para equipamentos de utilização colectiva, espaços verdes e infra-estruturas necessários à satisfação das carências detectadas;
- As de expansão dos tecidos existentes, quando incorporem acções de qualificação morfológica e funcional dos aglomerados ou quando seja necessária a oferta de solo urbanizado.

A importância das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão na execução do Plano reside também no facto de as áreas necessárias aos equipamentos e espaços verdes públicos nelas propostas serem cedidas ao Município no âmbito da perequação de encargos e benefícios que o Plano fixa.

Pretende-se, do presente relatório, proceder a uma monitorização das acções, através da identificação da conformidade com os objectivos e o grau de implementação do plano, associado a uma programação efectiva.

c. Avaliação Ambiental

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), o PDM é acompanhado por um relatório ambiental, "no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos

significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos”.

Assim, o PDM da Maia, e fruto da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, foi objecto de Avaliação Ambiental Estratégia (AAE) das propostas de revisão do PDM.

Deve-se referir que, à data de entrada em vigor do decreto mencionado anteriormente, o processo de elaboração da revisão do PDM encontrava-se na fase imediatamente anterior à abertura do período de discussão pública, o que significou que o processo de AAE, não acompanhou o processo de elaboração do Plano, mas apenas verificou nessa fase final o alcance ambiental das suas propostas, bem como o impacte ambiental das mesmas.

Os factores ambientais definem o âmbito ambiental relevante na AAE do Plano e são orientados pela definição dos factores ambientais legalmente estabelecidos, que contribuem para a definição dos Factores Críticos de Decisão, tendo sido ajustados ao caso específico do Plano.

A caracterização da região visa estabelecer um cenário de uso e ocupação actual e prevista na área do Plano, por forma a estabelecer a magnitude dos impactes decorrentes da aplicação do Plano, pelo que, de seguida, se descrevem os factores ambientais considerando relevantes para o Plano e que serão alvo de avaliação ambiental, designadamente: População **[FA_01]**; Recursos Hídricos **[FA_02]**; Flora **[FA_03]**; Solo **[FA_04]**; Riscos Naturais e Tecnológicos **[FA_05]**; Infra-estruturas **[FA_06]**; Património Cultural **[FA_07]**; Paisagem **[FA_08]**; Ruído **[FA_09]** e Poluição Atmosférica **[FA_10]**, para os quais foram considerados uma série de objectivos de sustentabilidade, designadamente:

- Protecção e valorização do património edificado;
- Protecção e valorização do património arqueológico;
- Reforço da identidade do território;
- Protecção e valorização dos valores de ruralidade;
- Evitar a fragmentação de ecossistemas e habitats através da manutenção de contínuos naturais;
- assegurar a especialização das políticas económicas, sociais, cultural e ecológica municipal;
- racionalizar o uso urbano do solo;
- redução de trajectos nos movimentos pendulares;
- protecção e salvaguarda dos recursos hídricos;
- assegurar uma boa cobertura da população por espaços verdes de utilização colectiva;
- assegurar níveis de ruído em conformidade com o zonamento acústico;
- redução dos poluentes atmosféricos;
- diminuição dos acidentes envolvendo materiais perigosos.

5. Estado de Ordenamento do Território

5.1. Tema I - Sócio-Economia

a. Dinâmicas Demográficas

Tendo em consideração que alguns dos objectivos do PDM compreendem uma componente de afirmação do concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, deve-se, no âmbito das dinâmicas demográficas, primeiramente enquadrar o concelho da Maia no seio da área Metropolitana em que se insere.

A Área Metropolitana do Porto (AMP) constitui a segunda maior aglomeração urbana do País e possui, com base nos últimos dados estatísticos do INE (2009), uma população residente de 1.285.352 indivíduos, traduzindo uma densidade populacional de 1.572,5 hab./Km².

Nas últimas décadas o contingente populacional tem aumentado, verificando-se uma taxa global de crescimento entre 1991 e 2001 de 8%, sendo que no espaço temporal de 2001 a 2009 o crescimento foi de apenas 1,9%.

Em valores absolutos, os concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia concentram os maiores contingentes populacionais metropolitanos, respectivamente, com cerca de 210 mil e 315 mil habitantes, representando no seu conjunto cerca de 41% da população da AMP.

Logo de seguida, surge um segundo conjunto de concelhos composto por Matosinhos, Gondomar e Maia, que possuem em comum o facto de apresentarem, individualmente, uma população superior a 100 mil habitantes.

| Espaço Geográfico | Área Total | População Residente | | | Variação Populacional | | Densidade Populacional |
|-------------------|-----------------|---------------------|----------------|----------------|-----------------------|-------------|------------------------|
| | km ² | 1991 | 2001 | 2009 | 1991-2001 | 2001-2008 | 2008 |
| Espinho | 21,4 | 34956 | 33701 | 28866 | -3,6 | -16,7 | 1348,9 |
| Gondomar | 133,3 | 143178 | 164096 | 174878 | 14,6 | 6,2 | 1311,9 |
| Maia | 83,7 | 93151 | 120111 | 143371 | 28,9 | 16,2 | 1712,9 |
| Matosinhos | 62,3 | 151682 | 167026 | 169303 | 10,1 | 1,3 | 2717,5 |
| Porto | 41,7 | 302472 | 263131 | 210558 | -13 | -25,0 | 5049,4 |
| Póvoa de Varzim | 81,9 | 54788 | 63470 | 66919 | 15,8 | 5,2 | 817,1 |
| Valongo | 73 | 74172 | 86005 | 98522 | 16 | 12,7 | 1349,6 |
| Vila do Conde | 149,3 | 64836 | 74391 | 77553 | 14,7 | 4,1 | 519,4 |
| Vila Nova de Gaia | 170,8 | 248565 | 288749 | 315382 | 16,2 | 8,4 | 1846,5 |
| AMP | 817,4 | 1167800 | 1260680 | 1285352 | 8,0 | 1,9 | 1572,5 |

Fonte: INE

Quadro 1 – Dinâmicas Populacionais AMP

Em termos de dinâmicas populacionais, o aumento relativo mais significativo na última década (1991-2001) registou-se no concelho da Maia, com uma variação de quase 29%, a que correspondeu um acréscimo de 26.960 indivíduos. Vila Nova de Gaia regista a segunda maior variação relativa, com um aumento populacional de 16,2%, que corresponde ao maior incremento populacional efectivo, com 40.184 novos residentes.

Por outro lado, tanto o concelho do Porto como o de Espinho têm vindo a perder população, com variações negativas, entre 1991 e 2001, de 3,6 e 13%, respectivamente, o que equivale a um decréscimo demográfico, no caso do Porto e na última década, de quase 40.000 residentes.

De sublinhar o facto de **no período de 2001 a 2009 continuar a ser o concelho da Maia o que mais contribui para o acréscimo populacional da AMP, com uma variação populacional de 16,2%**, sendo seguido pelo concelho de Valongo, com um crescimento populacional na ordem dos 12,7%.

Já em termos de densidade populacional, em 2009, o concelho do Porto destaca-se claramente com 5049,9 hab./km², pese embora a contínua perda de população residente, surgindo o concelho de Matosinhos logo a seguir com um valor de 2.717 hab./km². Os concelhos de Vila Nova de Gaia e Maia apresentam ainda densidades populacionais superiores à média metropolitana que é de 1.572,5 hab./km².

Por sua vez, Póvoa de Varzim e Vila do Conde apresentam as densidades populacionais mais baixas da AMP, respectivamente, com 817 hab./km² e 519 hab./km², característica da posição periférica relativamente à metrópole – Cidade do Porto, e do peso mais significativo do sector agrícola.

Assim, e conforme verificado nos parágrafos anteriores, em 2009, **a população do concelho da Maia ultrapassava já os 140.000 habitantes (mais concretamente, 143.371 hab.)**, o que equivalia a **uma densidade populacional na ordem dos 1712,9 hab./km²**, tendo, à semelhança do ocorrido na década de 1991 a 2001, registado o maior acréscimo populacional da AMP no período entre 2001 a 2008, com **uma taxa de crescimento efectivo da população de 16,2%**.

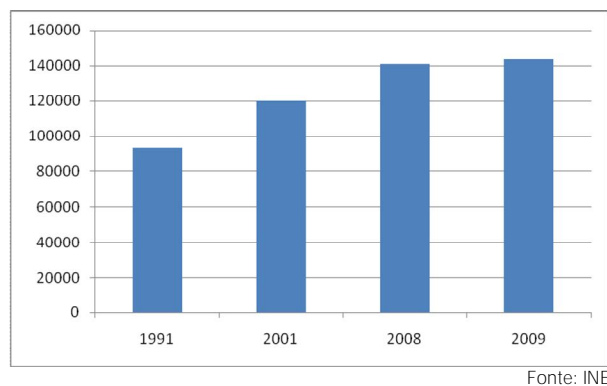


Figura 1. População Residente, Maia

Numa distribuição da população residente por grandes grupos etários, verifica-se que 17,0% corresponde à faixa etária dos 0 aos 14 anos, 10,7% engloba população dos 15 aos 24 anos, 57,9% corresponde a população activa (entre os 25 e os 64 anos), e, por último, à população com 65 e mais anos cabe uma representatividade de cerca de 14,4% da população residente em 2009. A estrutura da população, entre 2001 e 2009, acompanhou a tendência verificada ao nível das tendências demográficas actuais, ou seja, envelhecimento duplo na base e no topo da pirâmide etária. **O escalão etário dos jovens viu decrescer a sua importância, a par dos activos, e a classe da população idosa cresceu significativamente, com reflexo na diminuição da população em idade activa.**

Assim, na pirâmide etária representativa da população, para 2009, confirma-se a **tendência observada em décadas anteriores de envelhecimento progressivo da população**, tendo-se registado um índice de envelhecimento da população de **84,3%** (índice que em 2001 se cifrava em 60,4%). Ainda que acompanhe as tendências demográficas actuais, o índice de envelhecimento é inferior à média da AMP (101,8% em 2009).

No concelho da Maia existe uma estrutura de dependência total da população (45,7%) superior comparativamente com a média da AMP (45,3% em 2009), sendo de salientar o crescimento dessa dependência relativamente a 2001 (38,8%).

Em 2009 regista-se, em simultâneo com o verificado para o índice de envelhecimento, um **índice de dependência da população idosa mais elevado, na ordem dos 20,9%**, quando em 2001 este valor era de 14,6%. Por outro lado, importa referir que, em 2009, **o índice de dependência dos jovens era de 24,8%**, sendo este superior ao registado para a população com 65 ou mais anos.

No que diz respeito à evolução das **taxas de natalidade e de mortalidade, que para 2009 eram, respectivamente de 11,1‰ e de 6,0‰**, verifica-se em relação a 2001 uma evolução descendente quer da taxa de mortalidade quer da taxa de natalidade, corroborando a já referenciada tendência de envelhecimento da população.

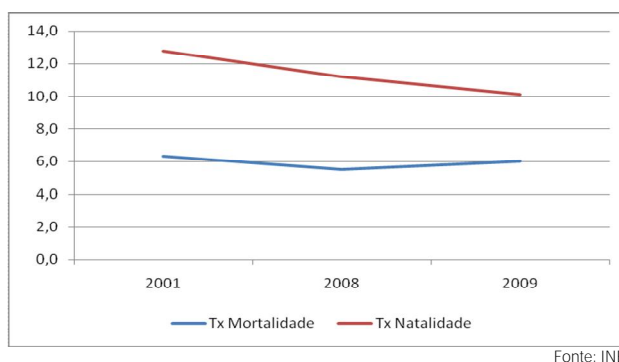


Figura 2. Evolução Taxa de Natalidade e Mortalidade, Maia

Quando comparado com os espaços geográficos que integra, o concelho da Maia apresenta valores notavelmente mais favoráveis, com uma taxa de mortalidade mais reduzida e uma taxa de natalidade superior.

| Espaço Geográfico | Taxa de Mortalidade | Taxa de Natalidade |
|-------------------|---------------------|--------------------|
| Maia | 6,0 | 10,1 |
| Grande Porto | 8,3 | 9,5 |
| Região Norte | 8,5 | 8,7 |

Fonte: INE

Quadro 2. Taxa de Mortalidade e Natalidade, 2009

Para culminar o ponto População do Eixo Socioeconómico, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)², indicador que foca três dimensões fundamentais: viver uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença, ser instruído, medida pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço), e ter um padrão de vida digno, medida pelo PIB per capita.

Tendo presente que quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido), pelo que, extrapolando para a escala do concelho, a Maia com um **IDH de 0,93**, em 2001, pode ser considerado um concelho com elevados níveis de desenvolvimento.

² Indicador, adoptado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que engloba informações de âmbito demográfico, cultural e económico acerca de um determinado país, de modo a permitir comparar a nível mundial a realização das necessidades humanas consideradas básicas e prioritárias. As variáveis para o cálculo deste indicador são três: a esperança média de vida, para medir a longevidade; a taxa de alfabetismo, para medir o nível de instrução; e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, como indicador de rendimento. O valor do IDH varia entre 0 e 1, sendo este último valor o que revela as melhores condições socioeconómicas, e por isso considerado um objectivo a alcançar por todos os países.

No âmbito socioeconómico foi desenvolvido o Indicador de Desenvolvimento Municipal³, que permite avaliar de um modo comparativo o desempenho dos diversos municípios portugueses num conjunto de indicadores. A Maia apresenta um **IDM de 180,4**, estando no 14.º lugar do ranking nacional e na 3.ª posição dos concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto.

b. Estrutura económica

Relativamente ao sub-eixo designado por Estrutura Económica no âmbito do processo de monitorização do PDM pretende-se avaliar a evolução de indicadores relativos à estrutura económica propriamente dita, tais como n.º de sociedades e de empresas no concelho, evolução da população por sectores de actividade, taxa de desemprego.

Será neste ponto dado um enfoque também à actividade turística do concelho, não somente porque o indicador referente à evolução da oferta turística ao nível da capacidade de alojamento em turismo rural, é um indicador definido no âmbito do relatório ambiental, mas sobretudo porque a compreensão das dinâmicas registadas ao nível do turismo permite avaliar a atractividade do concelho da Maia.

Actividades económicas

A estrutura e a dinâmica económica de um concelho constituem um indicador de importância fundamental para a definição das estratégias de desenvolvimento municipal.

No que concerne à estrutura produtiva do concelho da Maia, para 2007 (período de referência dos dados mais recente), contabilizou-se um total de **14.792 empresas**, verificando-se um crescimento do n.º total de empresas de aproximadamente 37,6% em relação a 2001 (10.748 empresas).

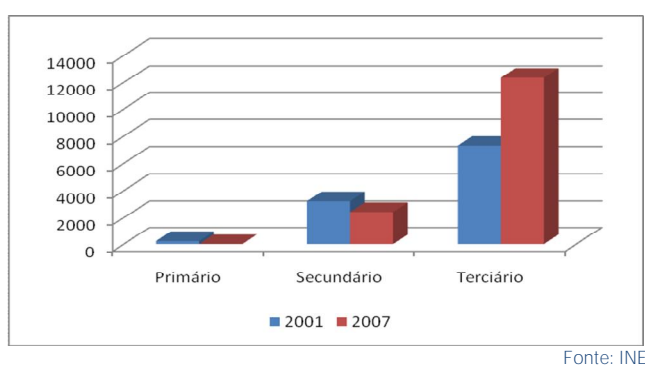


Figura 3. Empresas por Sector Actividade, Maia

Constata-se que o sector dominante é o sector Terciário, que concentra 83,6% das empresas sediadas no concelho da Maia, logo seguido pelo sector Secundário, com 16,4%. O sector Primário detinha um valor residual, correspondendo a 0,01% do total de empresas do concelho.

³ Indicador que permite hierarquizar os municípios portugueses em termos de desenvolvimento, calculado tendo como base um conjunto de indicadores sectoriais: Índice de Investimento Municipal, Cidadania, Capacidade de Influenciar o Exterior; Dinamismo Económico; Ambiente e Qualidade de Vida, Serviços de Apoio às Populações; Potencial Demográfico.

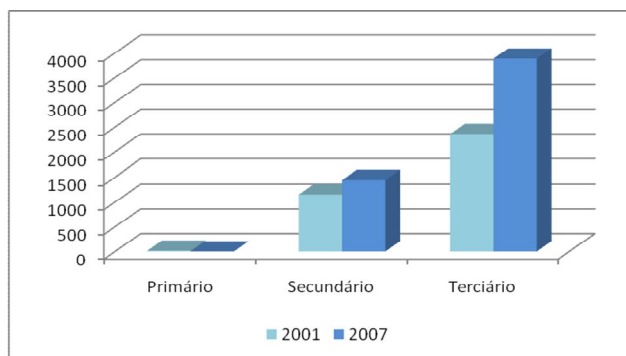
Relativamente ao ano de 2001, observa-se, sobretudo, um crescimento no sector terciário, em detrimento dos restantes sectores de actividade.

| Sector | 2001 | | 2007 | |
|--------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | n.º | % | n.º | % |
| Primário | 227 | 2,11 | 2 | 0,01 |
| Secundário | 3221 | 29,97 | 2425 | 16,39 |
| Terciário | 7300 | 67,92 | 12365 | 83,59 |
| Total | 10748 | 100 | 14792 | 100 |

Fonte: INE

Quadro 3. Evolução Empresas por Sector Actividade, Maia

No que diz respeito ao número de sociedades existentes no concelho, em 2007 estavam sedeadas no concelho da Maia 5.330 sociedades, com um crescimento de cerca de 51% relativamente ao ano de 2001, reflectindo um crescimento nas sociedades quer do sector secundário quer do sector terciário. As sociedades do sector primário representavam cerca de 0.02%, do sector secundário cerca de 27.07% e do sector terciário aproximadamente 72.91%, traduzindo uma forte terciarização do concelho.



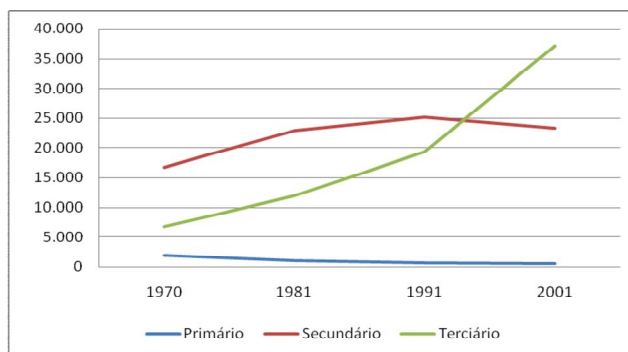
Fonte: INE

Figura 4. Sociedades por Sector Actividade, Maia

Efectuando agora uma análise à População Economicamente Activa no Concelho da Maia por sector de actividade, verifica-se, em primeiro lugar, que o município da Maia registava, em 2001⁴, a existência de 22.967 residentes activos no sector Secundário (38,0%) e 36.900 no sector Terciário (61,1%), numa clara inversão dos valores registados em 1991 – 55,7% no sector Secundário e 42,7% no sector Terciário. Por sua vez, o número de residentes activos no sector Primário traduzia-se, em 2001, em 571 indivíduos (0,9%), contra os 754 indivíduos (1,7%) registados em 1991.

Em termos dinâmicos, e como se pode observar no gráfico seguinte, é de sublinhar a evolução muito significativa dos sectores Secundário e Terciário, entre 1970 e 2001, em particular deste último que observou, em 2001, valores cinco vezes superiores aos registados em 1970, na totalidade do seu contingente populacional.

⁴ O presente indicador é actualizado de dez em dez anos pelo INE no âmbito da elaboração do Recenseamento Geral da População, só sendo possível avaliar a evolução deste indicador com a publicação dos resultados dos Censos de 2011.



Fonte: INE

Figura 5. População Activa por Sector Actividade, Maia

O número de postos de trabalho existentes no concelho por 1000 habitantes é um indicador que permite avaliar a oferta de trabalho do concelho, pelo que, atendendo ao número de postos de trabalho existentes no concelho da Maia, em 2001, verificava-se a existência de cerca de 512 postos de trabalhos por 1000 habitantes, valor substancialmente superior ao observado para 2007 (456 postos de trabalho por cada 1000 habitantes).

| Ano | Postos Trabalho | Pop. Residente | Postos trabalho 1000 hab. |
|-------------|-----------------|----------------|---------------------------|
| 2001 | 61500 | 120111 | 512,0 |
| 2007 | 63091 | 138226 | 456,4 |

Fonte: INE

Quadro 4. Posto trabalho/Mil Habitantes, Maia

No seio da AMP, na década de 1991-2001, o concelho da Maia foi o que mais contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho na unidade territorial que integra, com uma taxa de crescimento de 30,5%, claramente superior à média da AMP (4,6%). **Desde 2001 até 2007, o n.º de postos de trabalho também apresentou uma variação positiva (2,5%), ao contrário da média da AMP, com um decréscimo de 10,5%.**

| Espaço Geográfico | Postos Trabalho | | Taxa Crescimento | |
|---------------------|-----------------|--------|------------------|-----------|
| | 2001 | 2007 | 1991-2001 | 2001-2007 |
| Maia | 61500 | 63091 | 30,5 | 2,5 |
| Grande Porto | 568399 | 514480 | 4,6 | -10,5 |

Fonte: INE

Quadro 5. Taxa Crescimento Emprego

Apresenta-se, de seguida, a evolução da percentagem da população desempregada no concelho da Maia, com a avaliação da evolução da taxa de desemprego e enquadramento na AMP.

Na AMP, em 2001, eram os concelhos de Matosinhos, V. N. de Gaia e Porto que apresentavam Taxas de Desemprego superiores à média da AMP (8%). O concelho da Maia apresentava um dos valores mais reduzidos de Taxa de Desemprego da AMP (6,7%), só sendo superado pelos concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde com, respectivamente, 6,2% e 6,1%.

A Taxa de Desemprego é mais significativa na população feminina, quer no concelho da Maia, quer nos restantes concelhos da AMP, reflectindo uma característica própria que, embora em transformação, personifica uma realidade sócio-cultural na qual a mulher ocupa um lugar de pouca implantação num mercado de trabalho convencional.

Relativamente a 1991, em que a taxa era de 4,7%, observa-se, em 2001, um crescimento significativo da taxa de desemprego 8,1%.

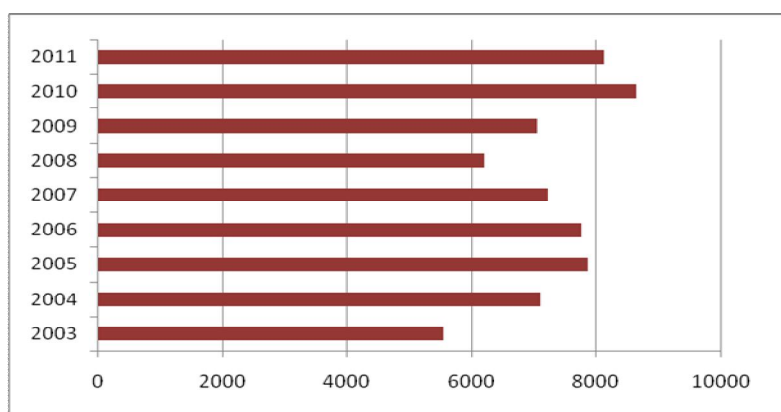
| Espaço Geográfico | HM | H | M |
|-------------------|------------|------------|------------|
| Norte | 6.7 | 5.2 | 8.6 |
| AMP | 8 | 6.8 | 9.4 |
| Espinho | 7 | 6.2 | 8 |
| Gondomar | 7.6 | 6.3 | 9.3 |
| Maia | 6.7 | 5.3 | 8.4 |
| Matosinhos | 8 | 6.9 | 9.3 |
| Porto | 10.2 | 10.1 | 10.3 |
| Póvoa de Varzim | 6.2 | 5.2 | 7.4 |
| Valongo | 7.3 | 5.8 | 9.2 |
| Vila do Conde | 6.1 | 4.3 | 8.3 |
| V. N. de Gaia | 8.1 | 6.5 | 9.9 |

Fonte: INE

Quadro 6. Taxa Desemprego, 2001

Tendo presente que os dados da taxa de desemprego mais recentes são os de 2001, considerou-se oportuno ter conhecimento dos dados mais recentes relativos ao número de desempregados inscritos no centro de emprego.

Assim, em **Janeiro de 2010 estavam inscritos no centro de desemprego da Maia 8643 desempregados**, correspondendo, desde o mesmo período de 2003, ao período em que o valor de inscritos é mais elevado. No entanto, à semelhança do observado a nível nacional, em Janeiro de 2011, verificou-se ligeira quebra do número de inscritos no centro de desemprego (8133 indivíduos).



Fonte: www.iefp.pt

Figura 6. Desempregados inscritos Centro Desemprego, Maia

Actividade Turística

A actividade turística no concelho será avaliada no âmbito da oferta, designadamente n.º de unidades e capacidade, e no âmbito da procura, através de indicadores como o n.º de dormidas.

No que diz respeito à capacidade de alojamento em pensões e hotéis, em 2008, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, existiam no concelho da Maia 5 unidades hoteleiras, 6 pensões e um estabelecimento inserido na categoria de outros, com um total de 786 camas.

| Tipologia | 2008 | |
|---------------|--------------|-----------|
| | N.º Unidades | N.º Camas |
| Hotel | 5 | 529 |
| Pensão | 6 | 245 |
| Outros | 1 | 12 |

Fonte: INE

Quadro 7. Capacidade Alojamento Hotéis e Pensões, 2008

Quanto à capacidade de alojamento em unidades de turismo rural, em 2001 e 2008, no concelho da Maia, existiam dois espaços de turismo rural, mais concretamente a Quinta da Granja, que dispõe de 4 quartos/9 camas e de 1 apartamento, e a Casa da Eira, que dispõe de 3 apartamentos/5camas, registando-se, assim, um total de 4 quartos e 4 apartamentos de turismo rural no concelho, valor que se mantém em 2009, havendo, no entanto, um ligeiro crescimento do n.º de camas disponíveis.

| Ano | Alojamento Turismo Rural | | |
|-------------|--------------------------|-------------|-----------|
| | n.º unidades | n.º quartos | n.º camas |
| 2001 | 2 | 8 | 14 |
| 2008 | 2 | 8 | 14 |
| 2009 | 2 | 8 | 15 |

Fonte: INE

Quadro 8. Capacidade Alojamento Turismo Rural

Relativamente à procura, pela leitura do quadro seguinte, observa que a mesma tem sido crescente, registando-se em 2008 um total de **79.268 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, um crescimento de cerca de 111%** quando comparado com o verificado no ano de 2000. A par deste crescimento do n.º de dormidas, a Maia tem afirmado a sua posição no contexto da área metropolitana em que se insere com um ligeiro crescimento do peso das dormidas no concelho no seio da AMP.

| Ano | Dormidas | % AMP |
|-------------|----------|-------|
| 2000 | 37.392 | 2,4 |
| 2008 | 79.268 | 3,3 |

Fonte: INE

Quadro 9. N.º Dormidas Estabelecimento Hoteleiro

Em 2008, tendo-se registado um total de 79.268 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, verifica-se que o **número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes foi de 56,3**, com um crescimento notável relativamente ao ano de 2000 (cerca de 30 dormidas por cada 100 habitantes).

Pese embora o crescimento quer do n.º de dormidas quer do peso nas mesmas no contexto da AMP, no que se refere à estadia média dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros observa-se uma tendência contrária. No ano de **2000 era de 2 dias a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, enquanto em 2008 era de 1,7 dias**, reflectindo a característica do turismo do concelho da Maia se caracterizar como um Turismo de Negócios.

c. Síntese Avaliação

Apresenta-se, de seguida, quadro síntese de avaliação do Tema I – Socio-económico, com a evolução dos indicadores apresentados no sub-temas Dinâmicas Demográficas e Estrutura Económica.

Relativamente às dinâmicas demográficas, a Maia confronta-se com os mesmos problemas demográficos das sociedades ocidentais, caracterizados por um envelhecimento progressivo da população, em virtude de uma diminuição da taxa de fecundidade e do aumento da esperança média de vida da população, com a consequente diminuição da taxa de mortalidade e aumento dos índices de dependência e de envelhecimento, embora estes últimos, apresentem valores abaixo da média da AMP.

Mantêm-se a capacidade do concelho de atrair novos residentes pelo aumento da população do concelho, com uma taxa de crescimento favorável, sendo o concelho que mais contribuiu para o crescimento demográfico da Área Metropolitana do Porto.

No entanto, o crescimento da população, e sobretudo da população das camadas etárias mais elevadas, tem implicações ao nível da prestação dos cuidados de sociais e de saúde, nomeadamente pela necessidade de disponibilização de maior oferta.

| Tema - Socio-Económico | | | | | |
|-----------------------------------|---|---------------------------|-------------------------|------------------------------------|------------------------|
| Sub-tema – Dinâmicas Demográficas | | | | | |
| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo ⁵ | Objectivo ⁶ |
| População Residente (total) | Crescente | 120.111 (2001) | 143.371 (2009) | ▲ | FA_01 |
| Pop. Residente (0 - 14) | Aumento peso relativo | 20940 - 17,4% (2001) | 24.420 - 17,0% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Pop. Residente (15 - 24) | Aumento peso relativo | 16794 - 14,0% (2001) | 15.310 - 10,7% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Pop. Residente (25 - 64) | Aumento peso relativo | 69733 - 58,1% (2001) | 83.055 - 57,9% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Pop. Residente (65 ou + anos) | Diminuição peso relativo | 12644 - 10,5% (2001) | 20.586 - 14,4% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Taxa Crescimento População | Superior média AMP | 28,9% (1991-2001) | 19,4% (2001-2009) | ▲ | FA_01 |
| Taxa Natalidade | Crescente | 12,8 ‰ (2001) | 10,1 ‰ (2009) | ▼ | FA_01 |
| Taxa Mortalidade | Decrescente | 6,3 ‰ (2001) | 6,0 ‰ (2009) | ▲ | FA_01 |
| Densidade Populacional | Crescente (Maior freguesia urbanas e menor nas freguesias rurais) | 1435,0 hab./km2 (2001) | 1712,9 hab./km2 (2009) | ▲ | FA_01 |
| Índice de envelhecimento | Inferior média AMP | 60,4% (2001) | 84,3% (2009) | ▲ | FA_01 |
| Índice de Dependência - Total | Inferior média AMP | 38,8% (2001) | 45,7% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Índice de Dependência - Jovens | Inferior média AMP | 24,2% (2001) | 24,8% (2009) | ▼ | FA_01 |
| Índice de Dependência - Idosos | Inferior média AMP | 14,6% (2001) | 20,9% (2009) | ▲ | FA_01 |
| Índice de Desenvolvimento Humano | 0,9 - 1 | 0,93 (2001) | = | ▲ | FA_01 |
| Índice Desenvolvimento Municipal | Subir posição ranking municipal | 106,4 - 15.º lugar (2001) | 180,4 - 14.º Lugar | ▲ | FA_01 |

Quadro 10. Síntese – Tema I Socio-Económico (Dinâmicas Demográficas)

⁵ Cumprimento do objectivo - representado com setas direccionais consoante se considere que a evolução do indicador é positiva, negativa ou se mantém igual. Quando não exista valor de referência que permita avaliar o cumprimento do objectivo não se coloca nenhuma referência.

⁶ Objectivos – Consultar ponto 4. PDM de 2009

No concelho da Maia encontra-se localizada uma das maiores áreas industriais do País (Zona Industrial da Maia I) a qual é complementada com outras unidades de dimensão igualmente relevante no panorama municipal e supra-municipal.

A existência destes importantes pólos de emprego é indutora de consequências positivas ao nível da evolução dos indicadores relativos ao n.º de empresas e de sociedades sedeadas no concelho, e bem ainda da taxa de crescimento do emprego, o que reforça a característica do concelho enquanto núcleo de actividade económica e de centro empregador (de referir que o concelho da Maia é o único concelho da AMP com um índice de polarização superior a 1, com excepção do próprio Porto).

Embora o concelho da Maia não se assuma como um destino turístico por excelência, verifica-se uma evolução positiva associada à oferta e às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, observando apenas um decréscimo da estadia média, o que reforça a procura da Maia enquanto turismo de negócios.

Os factores referidos apresentam-se como fundamentais para dar cumprimento aos objectivos definidos no PDM de afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, do aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do concelho com a viabilização de novos serviços e melhoria dos actuais.

Tema - Socio-Económico

Sub-tema – Estrutura Económica

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|------------------|--|-------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Empresas | Crescente | 10.748 (2001) | 14.792 (2007) | ▲ | MT_03 MT_05 |
| Sociedades | Crescente | 3.528 (2001) | 5330 (2007) | ▲ | MT_03 MT_05 |
| População Activa por sectores de actividade | n.d ⁷ | Pri. - 599 Sec. - 23.340 Ter. - 37.184 (2001) | = | n.a | MT_03 MT_05 |
| Postos de Trabalho por 1000 habitantes | Crescente | 512,0 (2001) | 456,4 (2007) | ▼ | MT_03 MT_05 |
| Taxa Crescimento Emprego | Valor Positivo | 30,5 (1991-2001) | 4,6 (2001-2007) | ▲ | MT_03 MT_05 FA_01 |
| Taxa de Desemprego | Decrescente | 6,7 (2001) | - | n.a | MT_03 MT_05 FA_01 |
| Desempregados inscritos no Centro de Emprego | Decrescente | 5552 (Jan. 2001) | 8643 (Jan. 2010) | ▼ | MT_03 MT_05 FA_01 |
| Capacidade de alojamento em pensões/hotéis | Crescente | - | 12 unidades/ 786 camas (2008) | n.a | MT_01 |
| Capacidade de alojamento (turismo rural) | Crescente | 2 unidades/ 14 camas (2001) | 2 unidades/ 15 camas (2010) | ▲ | OP_01 |
| N.º de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros | Crescente | 37.392 (2000) | 79.268 (2008) | ▲ | MT_01 |
| Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes | Crescente | 31,0 (2000) | 56,3 (2008) | ▲ | MT_01 |
| Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros (n.º dias) | Crescente | 2,0 (2000) | 1,7 (2008) | ▼ | MT_01 |

Quadro 11. Síntese – Tema I Socio-Económico (Estrutura Económica)

⁷ n.d. – Não Definida

5.2. Tema II - Mobilidade

a. Rede de Infra-estruturas

O Concelho da Maia possui uma localização geo-estratégica ímpar no seio da Área Metropolitana do Porto, potenciada pela rede de infra-estruturas comunicacionais pela qual é servido e através da qual estabelece um conjunto de relações, aos níveis regional, nacional e internacional.

Esta rede de infra-estruturas é preponderante para o cumprimento dos objectivos de afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geo-estratégica central, através da criação de equipamentos e infra-estruturas de carácter supra-concelhio; e bem ainda para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade.

Relativamente à rede de infra-estruturas aéreas, desde a entrada em vigor do PDM, não se registou alterações significativas, estando o concelho dotado de duas infra-estruturas aéreas (Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro e Aeródromo Municipal de Vilar de Luz).

Ao nível das infra-estruturas ferroviárias, e para além da Linha do Minho que já estava em funcionamento, em 2009 a CP reactivou a Linha de Leixões, com um apeadeiro na Maia (Águas Santas). No entanto, a CP procedeu novamente à supressão deste serviço urbano a 1 de Fevereiro de 2011. Ao nível do sistema de Metro Ligeiro, a Maia mantém-se servida por três linhas de metro, designadamente: Linha B (Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim), Linha C (Estádio do Dragão – ISMAI) e Linha E (Estádio do Dragão – Aeroporto), sendo que, durante 2009 e 2010, a empresa Metro do Porto, SA desenvolveu trabalhos conducentes ao prolongamento da Linha C do Metro, desde a Estação do ISMAI até à Trofa. Face às recentes medidas de austeridade definidas pelo Governo, e que põem em causa a prossecução de alguns investimentos e de algumas obras públicas, entre as quais o prolongamento da Linha C do Metro do Porto, de momento ainda é prematuro avaliar a continuidade da execução desta obra.

No que diz respeito às infra-estruturas viárias que integram a rede viária nacional, o concelho da Maia é servido pela A3, A4, VRI, A41 e EN14, estando, neste momento, em curso obras de alargamento quer da A3 quer da A4, tendo-se ainda assistido a avanços nos procedimentos necessários à execução da Variante à EN14, tendo decorrido a fase de Estudo de Impacte Ambiental do projecto de execução, durante 2009, sendo que, tendo-se assistido em 2010, à aprovação do estudo prévio do corredor da referida infra-estrutura, através da publicação no Diário da República n.º 142, de 23 de Julho de 2010, da Declaração (Extracto) n.º 159/2010 da EP – Estradas de Portugal, S.A.

Para além das infra-estruturas de âmbito supra-municipal, no âmbito do processo de revisão do PDM foram definidas propostas de rede viária de âmbito municipal, vertidas na Planta de Ordenamento – Programação e Execução, tendo-se definido como indicador para avaliar a execução proposta no PDM o grau de execução da rede viária prevista no PDM.

Assim, apresenta-se, agora, uma análise à execução da rede viária prevista no PDM (principal, secundária e bem ainda local), no cômputo de 2009 e 2010, desagregando-se em “Executados”, quando a rede prevista foi executada totalmente, e em “Em execução/Executados parcialmente”, quando estão em curso obras relativamente a alguma via,

mas ainda não estão concluídas, ou quando apenas foi executado um troço da via prevista, em função do grau de prioridade definido no Relatório de Execução e Financiamento (nível 1 e nível 2 e 3).

No que diz respeito à rede viária prevista com nível 1 de execução, ou seja, uma execução a curto prazo (3 anos após a publicação do plano), isto é, até final de 2011, já foram **executados 20% dos arruamentos previstos** (pese embora, parte destes arruamentos tenham sido executados quer no âmbito de obras promovidas por particulares quer no âmbito de obras promovidas por entidades público-privadas, por exemplo a Metro do Porto, SA e a Ascendi), **cerca de 35% foram executados parcialmente** ou estão ainda em fase de execução, concluindo-se que **falta iniciar a execução de 45% das acções propostas** no âmbito da rede viária com nível 1 de prioridade.

Relativamente à rede viária proposta com nível 2 (entre os 3 e os 6 anos de Plano) e nível 3 de prioridade (até à vigência do Plano), dos investimentos previstos executar no período entre 2012 a até ao período de vigência do Plano **foram executadas 4,5% das acções**, por parte da iniciativa da Metro do Porto, SA, tendo inclusive sido **executados parcialmente ou estão em fase de execução 3% dos arruamentos previstos**, correspondendo à execução de alguns troços, faltando, assim, 92,5% da execução programada.

A execução da rede viária prevista no PDM corresponde a **4553,61 novos metros lineares de rede viária construída**, durante 2009 e 2010.

Para além da execução de novas vias, durante os anos de 2009 e de 2010, foram **requalificados/conservados cerca de 17.550 metros/lineares de arruamentos existentes**, no âmbito dos investimentos promovidos pelo Departamento de Construção e Estruturas Municipais, não estando contabilizados os melhoramentos efectuados pelo Departamento de Conservação e Estruturas Municipais e entidades públicas.

b. Movimentos pendulares

O cumprimento dos objectivos de "Afirmção do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geo-estratégica central, numa perspectiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infra-estruturas de carácter supra-concelhio, e da implementação de modelos de actuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre iniciativa pública e iniciativa privada", e do "Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos actuais" podem ser avaliados através de indicadores que avaliem os factores de atractividade, como é o caso dos movimentos pendulares.

Não obstante, para o período de 2009 a 2010, não é possível dispor de dados actualizados quanto à mobilidade no concelho, permanecendo os valores já expressos aquando da elaboração do Plano, referentes a 2001, em que, o concelho da Maia, em termos dos movimentos pendulares:

- Destacou-se como receptor líquido de trabalhadores, configurando-se como um pólo de emprego;
- Atraía, sobretudo, residentes dos concelhos da primeira coroa periférica, designadamente: Matosinhos, Valongo, Gondomar e, bem ainda do Porto;
- Os principais destinos dos seus residentes eram o Porto e Matosinhos;

- A população a trabalhar ou a estudar foi a que registou, no período intercensitário 1991-2001, o maior crescimento.

Face ao exposto no último ponto relativamente ao aumento da população a trabalhar no concelho, em 2001, a Maia passou a ser o único concelho da Área Metropolitana do Porto, com excepção óbvia do próprio concelho do Porto, que apresentava um índice de polarização do emprego, correspondente ao quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada, superior a 1 (1,01), caracterizando-se como um pólo de emprego da respectiva área metropolitana.

Em 2001, observava-se uma taxa bruta de atracção⁸ de 46,44%, correspondendo à percentagem de trabalhadores e estudantes de outros concelhos relativamente ao total de trabalhadores/estudantes no concelho, com um ligeiro acréscimo relativamente a 1991 (41,3%).

Quanto à taxa bruta de repulsão⁹, em 2001, a percentagem de trabalhadores e estudantes do concelho da Maia que trabalhavam ou estudavam noutro concelho era de 47,3%, significativamente superior ao registado em 2001, o que demonstra a capacidade de atracção que outros concelhos exercem, nomeadamente o Porto.

No que diz respeito ao movimento da população para estudar, o concelho do Porto permaneceu, ao longo do período de 1991 a 2001, como o grande polarizador de estudantes residentes noutros concelhos, não necessariamente contínuos e emergiram na periferia imediata centros polarizadores de menor dimensão, nomeadamente Maia, Matosinhos e Valongo, mas com um menor raio de atracção.

Com a realização, em 2011, do próximo recenseamento geral da população e habitação será possível avaliar a evolução dos indicadores referidos anteriormente.

c. Acidentes Rodoviários

Durante 2009, ocorreram no concelho um total de 1171 acidentes rodoviários, os quais originaram 257 feridos ligeiros e 9 feridos graves. Em termos absolutos o n.º de acidentes foi inferior ao registado no mesmo período de 2008. No entanto não foram disponibilizados dados relativos a Novembro e Dezembro de 2009, pelo que o valor poderá estar subavaliado.

Pese embora o decréscimo do n.º de acidentes verifica-se um ligeiro crescimento quer do n.º de feridos ligeiros quer do n.º de mortos.

Não é objecto de apresentação os dados para 2010 pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

| Ano | N.º Acidentes Rodoviários | N.º feridos | | Mortos |
|------|---------------------------|-------------|--------|--------|
| | | Ligeiros | Graves | |
| 2008 | 1236 | 252 | 9 | 1 |
| 2009 | 1171* | 257 | 9 | 2 |

* - PSP da Maia não dispõe de dados de Nov. e Dez.

Quadro 12. Acidentes Rodoviários, 2008 e 2009

⁸ Taxa Bruta de Atracção - Relação entre o número de trabalhadores/estudantes não residentes mas que se deslocam para o concelho a fim de trabalhar/estudar e o total de indivíduos que nele trabalha/estuda (independentemente do local de residência).

⁹ Relação entre o número de trabalhadores/estudantes residentes que se deslocam para outro concelho a fim de trabalhar/estudar e total de indivíduos trabalhadores/estudantes que residem no concelho.

d. Transportes Públicos

Tendo presente que com a promoção da mobilidade sustentada pretende-se fomentar a utilização de modos de transporte mais ecológicos para as deslocações, tais como a bicicleta e os transportes públicos, garantindo a previsão de itinerários adequados, que fomentem o trânsito de peões em detrimento do uso de veículos motorizados, contribuindo também para a diminuição de emissão de gases e de ruído; procurar-se-á analisar o número de deslocações por modo de transporte, e infra-estruturas que fomentem a eficiência dos transportes colectivos e, conseqüentemente, o aumento do usos dos transportes colectivos, nomeadamente a extensão da rede do metro, n.º de interfaces, extensão corredores BUS.

Num primeiro momento, a tal como já referido, nas últimas décadas a mobilidade no concelho da Maia, quer intra quer inter concelhia, melhorou substancialmente, fruto da construção/requalificação de infra-estruturas rodoviárias de carácter supra-concelhio e, bem ainda, da chegada do Metro do Porto à Maia.

Os transportes colectivos no concelho são assegurados maioritariamente pela STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, pela CP e pela Metro do Porto, SA, registando-se ainda um número de operadoras de transporte colectivo rodoviário de menor importância.

Transporte de passageiros por modo de transporte

Apresenta-se, agora, uma breve análise do n.º de passageiros transportados de acordo com os principais modos de transporte público existente no concelho, designadamente transporte aéreo, transporte ferroviário (Metro e CP) e transporte colectivo rodoviário (STCP).

No que diz respeito ao transporte aéreo, a evolução do n.º de passageiros do Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro (AIFSC) foi positiva até ao ano de 2008, período em ultrapassou o volume de 4 milhões de passageiros. De 2008 para 2009 observa-se uma tendência decrescente, verificando-se menos 0,6% de passageiros transportados, situação que se volta a verificar em 2010. Acredita-se que, para 2010, a evolução possa ser positiva, uma vez que à data da elaboração do relatório apenas se dispunha de dados até Outubro de 2010.

| Ano | N.º Passageiros | Varição |
|--------------------------|------------------------|----------------|
| 2004 | 2.944.134 | - |
| 2005 | 3.108.186 | 5,6 |
| 2006 | 3.402.816 | 9,5 |
| 2007 | 3.986.515 | 17,2 |
| 2008 | 4.535.813 | 13,7 |
| 2009 | 4.508.330 | -0,6 |
| 2010¹⁰ | 4.459.288 | -1 |

Fonte: www.ana.pt

Quadro 13. Passageiros AIFSC, 2004 a 2010

No que diz ao n.º de passageiros transportados pelo Metro do Porto, apresenta-se a informação relativamente ao número de validações registadas nas estações existentes nas linhas de metro existentes no concelho (Linha B, Linha C e Linha E), conforme apresentado no quadro seguinte.

¹⁰ Para 2010 apenas se tem informação do n.º de passageiros até Outubro.

| Ano | N.º Passageiros | Varição |
|------|-----------------|---------|
| 2009 | 20.536.159 | - |
| 2010 | 20.093.162 | -2,2 |

Fonte: www.metrodoporto.pt (pesquisa efectuada a Jan.2011)

Quadro 14. Passageiros Metro, 2009 e 2010

Em 2009 verificou-se um n.º total de 20.536.159 validações, enquanto em 2010 o n.º de validações foi ligeiramente inferior (de ressaltar que à data da elaboração do presente relatório ainda não havia dados relativos a Dezembro de 2010).

Em termos absolutos, a Linha B do Metro do Porto, SA é aquela que apresenta um maior número de passageiros, sendo seguida pela Linha C.

Em 2009, não obstante a existência de algumas oscilações mensais, de Janeiro a Novembro assistiu-se a uma ligeira quebra do número de validações, o que pode traduzir quer a preferência dos utentes por outros modos de transporte público de passageiros, quer o retomar do uso do transporte individual como modo preferencial de deslocação.

Pese embora o n.º total de validações de 2010 seja inferior a 2009, verifica-se que com excepção de Janeiro (em que existe um n.º de validações anormalmente baixo) e de Dezembro (para o qual não se dispõe de dados), todos os restantes meses apresentaram validações superiores às registadas no período homólogo de 2009.

De referir que a empresa Metro do Porto notou um crescimento significativo do n.º de passageiros a utilizar este modo de transporte desde a introdução do pagamento de portagens nas antigas SCUT's (a 15 de Outubro de 2010).

Os indicadores Transporte de Passageiros por Modo de Transporte – STCP e Transporte de Passageiros por Modo de Transporte – STCP, previsto igualmente neste tema, não são objecto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Extensão Corredores Bus

No que diz respeito à extensão dos corredores exclusivos ao transporte público de passageiros no concelho da Maia apenas existe um corredor localizado no centro da Cidade da Maia, designadamente na praça do Dr. José Vieira de Carvalho, com cerca de **115 m/l**, não tendo sido criado mais nenhum novo corredor no presente ano.

Interfaces de Passageiros

No âmbito da rede de comboio e do metro a funcionar no concelho da Maia estavam em funcionamento 14 interfaces de passageiros.

Durante o ano de 2009, a Metro do Porto, SA procedeu à construção de um novo interface de passageiros, nomeadamente o Interface de Pedras Rubras, em Moreira, contando-se actualmente com um total de 15 interfaces de passageiros.

e. Modos de transporte sustentáveis

A melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente, pode ser incrementado pela promoção dos modos de transporte não motorizados, através de construção de ecopistas, sobretudo em meio urbano, e de percursos pedonais, para além de acções de sensibilização.

Ciclovias

No que diz respeito às ciclovias, no concelho da Maia existem 2 **de lazer**, correspondente à ciclovía do Parque de Avioso e à ciclovía do Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, numa extensão total de **8,7 km**.

No concelho da Maia existe apenas um troço de **ciclovía em meio urbano**, em Pedras Rubras, executada em 2009 no âmbito das obras de requalificação urbana e de construção do interface de Pedras Rubras do Metro do Porto, com uma extensão total de **0,72 km**.

Para além destas, encontra-se em projecto a construção da Ciclovía Souto-Mandim, que liga o Centro da Cidade da Maia ao Lugar de Mandim, apresentando uma extensão de 3,5 km.

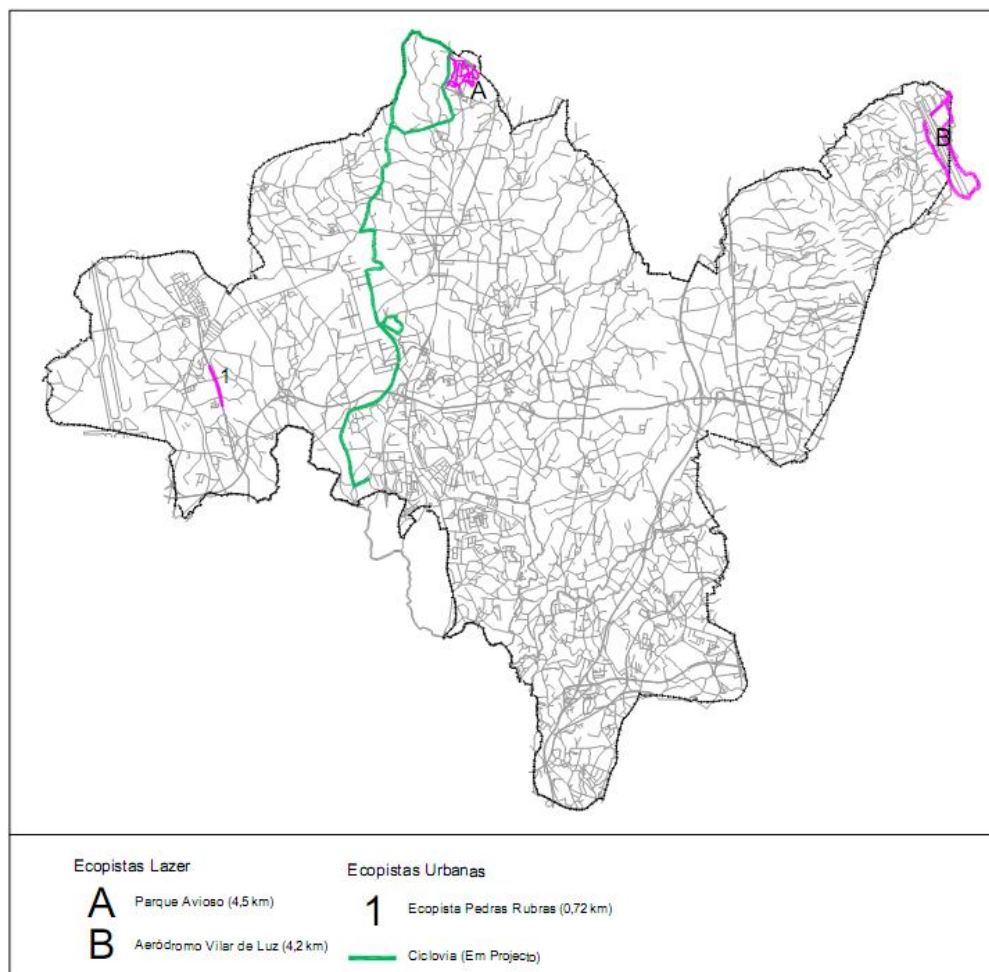


Figura 7. Ecopistas

Percursos Pedonais

No concelho da Maia existem **1799 metros lineares de ruas afectas ao uso pedonal** exclusivo ou condicionado (não sendo este um levantamento exaustivo, no decorrer do processo de monitorização poderão ser acrescentadas mais ruas), verificando-se um crescimento relativamente ao valor de referência do PDM (1574 metros lineares).

O crescimento verificado na extensão de ruas pedonais resulta, por um lado, do maior conhecimento de ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado, mas já existentes, e por outro lado, do surgimento de novas ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado (p.e. Rua de Crestins, junto à Estação do Metro).



Figura 8. Ruas pedonais

Assim, a área pedonal por habitante¹¹, tem decrescido face ao aumento da população residente no concelho, cifrando-se, em 2009, em **12,55 metros/lineares de ruas pedonais por cada 1000 habitantes**.

O índice de **ruas pedonais¹² em 2010 é de 0,38**, sendo que a evolução deste indicador foi positiva sobretudo face à diminuição do perímetro do solo urbano com a entrada em vigor da proposta de revisão do PDM.

¹¹ Área Pedonal exclusiva ou partilhada com trânsito condicionado (m/l)/1000hab - Indicador que traduz a densidade urbana com fortes características para promover a acessibilidade e mobilidade.

¹² Quociente entre a extensão de ruas exclusivas ao tráfego de peões (m) e a área urbana total.

f. Acessibilidade Para Todos os Cidadãos

O Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, concluído pela equipa técnica em Março de 2010 e aprovado formalmente em reunião de Câmara Municipal realizada a 21 de Outubro de 2010, integra um Plano de Acessibilidades das áreas prioritárias da via pública, um Plano de Acessibilidades aos Edifícios e Equipamentos Públicos; um Plano de Acessibilidades aos Transportes e um Plano de Acessibilidades de Informação e Comunicação, assente em objectivos de promoção da mobilidade universal e sustentada.

O município entra agora numa nova fase que merece especial atenção e cuidado, e que exige a gestão de todo um conjunto de conflitos, interesses e necessidades, chegando finalmente a uma intenção comum: a melhoria da acessibilidade no município.

Assim, considerando o indicador da mobilidade numa perspectiva de criação de condições de acessibilidade para todos os cidadãos, designadamente os que dispõem de mobilidade reduzida ou condicionada, julgou-se pertinente incluir no Tema II – Mobilidade os indicadores relativos à execução do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos.

Ainda que, neste primeiro ano de monitorização, não tenha sido possível recolher a informação junto dos diversos departamentos da Autarquia, até porque a introdução deste indicador de monitorização ocorreu numa fase tardia do processo, apresenta-se de seguida informação relativa ao PMAT em números e à evolução das intervenções com vista à eliminação de barreiras arquitectónicas.

No plano municipal de acessibilidade para todos definiu como área de intervenção os 10 principais núcleos urbanos do concelho, abrangendo cerca de 884 ha, correspondendo a aproximadamente 10,5% do território concelhio.

No espaço público foram analisados 275 km de percurso, cerca de 40% da rede viária municipal, sendo que destes 133,6 km correspondem a arruamentos com acessibilidade.

No âmbito da execução das propostas do PMAT procurar-se-á avaliar indicadores como superfície de espaço público intervencionado, área do solo recuperado para a acessibilidade, n.º de barreiras eliminadas, m² de espaço público por intervir, que permitirão verificar a evolução dos percursos acessíveis existentes no concelho.

No âmbito do diagnóstico das condições de acessibilidade no edificado foram analisados um total de 197 edifícios e equipamentos públicos de diversas tipologias (ensino, desporto, cultura, recreio, social, administrativo, entre outros). Do diagnóstico das condições de acessibilidade efectuado aos edifícios e equipamentos públicos concluiu-se que apenas 10 são totalmente acessíveis.

Ainda que se tenha consciência que o n.º de barreiras à mobilidade e acessibilidade para todos tenha sido superior, em 2009, pode-se referir a eliminação de uma barreira arquitectónica no edifício da Câmara Municipal, mais concretamente a acessibilidade ao Salão Nobre, com a implementação de uma plataforma elevatória, bem como intervenção, em 2010, no edifício do Fórum da Maia que permitiu também a eliminação de algumas barreiras arquitectónicas.

g. Síntese Avaliação

Apresenta-se, de seguida, quadros sínteses com avaliação do Tema II – Mobilidade, desagregado de acordo com os diferentes sub-temas considerados.

O concelho apresenta uma rede de infra-estruturas composta por todos os meios de transporte, integra todas as ligações aéreas, ferroviárias e rodoviárias (quer as integradas na estrutura viária fundamental quer da complementar) que garantem as acessibilidades e a mobilidade à escala mundial e nacional e a aproximação e ligação com as regiões envolventes.

No âmbito do factor mobilidade e acessibilidade deve-se procurar garantir o cumprimento da recomendação definida no âmbito da avaliação ambiental estratégica do PDM que visa as acções de aproveitamento de infra-estruturas já existentes e sua requalificação em detrimento da construção nova.

TEMA II - Mobilidade Sub-tema - Infra-estruturas

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-----------|---------------------------|--|-----------------------|-------------------------|
| Infra-estruturas Aeroportuárias | n.d. | 2 (2008) | 2 (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Infra-estruturas Ferroviárias | n.d. | 1 (2008) | 1 (2011) | ▶ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Infra-estruturas Metro | n.d. | 3 (2008) | 3 (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Infra-estruturas Rede Viária Nacional | n.d. | 5 (2008) | 5 (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Grau de concretização da rede viária prevista no PDM (Nível 1 de prioridade) | Crescente | - | 20% Executado 35% Exec. Parc. (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Grau de concretização da rede viária prevista no PDM (Nível 2 e 3 de prioridade) | Crescente | - | 4,5% Executado 3% Exec. Parc. (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Metros lineares de rede viária construída | Crescente | - | 4553,61 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 FA_06 |
| Metros lineares de rede viária requalificada/conservada | Crescente | - | 17550 (2009/2010) | ▲ | MT_01 AU_01 FA_06 |

Quadro 15. Síntese Tema II Mobilidade (Infra-estruturas)

Apesar de em 2001, ser significativo o aumento verificado na atractividade da Maia em relação à restante AMP, a monitorização dos indicadores relativos aos movimentos pendulares será possível apenas quando se tiver acesso aos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação que se realizará em 2011.

Tema II - Mobilidade Sub-tema - Movimentos Pendulares

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|----------------------------------|-------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| N.º entradas (trabalhar/estudar) | n.d. | 63551 (2001) | - | n.a | MT_01 FA_01 |
| N.º entradas (trabalhar/estudar) | n.d. | 64616 (2001) | - | n.a | MT_01 FA_01 |
| Taxa Bruta de Atracção | Crescente | 46,44% (2010) | - | n.a | MT_01 FA_01 |
| Taxa Bruta de Repulsão | Decrescente | 47,32% (2010) | - | n.a | MT_01 FA_01 |
| Índice de Polarização (%) | Crescente | 1,01 (2001) | - | n.a | MT_01 FA_01 |

Quadro 16. Síntese Tema II Mobilidade (Movimentos Pendulares)

No que diz respeito aos acidentes rodoviários, a aparente evolução positiva do n.º de acidentes rodoviários pode ser resultado da não existência de dados para os meses de Novembro e Dezembro de 2009. Dos acidentes registados em 2009 resultou um crescimento do n.º de feridos e de vítimas mortais, face ao resultado de 2008.

Assim, considera-se que deverão ser identificados os eventuais “pontos negros” da sinistralidade e implementadas medidas em concreto para a redução da mesma nessas áreas.

Tema II - Mobilidade

Sub-tema - Acidentes Rodoviários

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---------------------------|-------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| N.º acidentes rodoviários | Decrescente | 1236 (2008) | 1171* (2009) | ▲ | AU_01 |
| N.º de Mortos | Decrescente | 1 (2008) | 2 (2009) | ▼ | AU_01 |
| N.º de Feridos Graves | Decrescente | 9 (2008) | 9 (2010) | ▶ | AU_01 |
| N.º de feridos ligeiros | Decrescente | 252 (2008) | 257 (2010) | ▼ | AU_01 |

* excluindo Novembro e Dezembro de 2010

Quadro 17. Síntese Tema II Mobilidade (Acidentes Rodoviários)

Relativamente à procura de transporte público colectivo, nomeadamente aéreo e metro, é patente uma estabilização, durante 2010, que também se poderá traduzir num ligeiro aumento quando se complete os valores com os dados em falta relativos ao(s) último(s) mês(es) de 2010.

As medidas a implementar neste sub-tema devem garantir a:

- Promoção da utilização de modos de transporte ambientalmente menos nocivos e incremento da atractividade dos diferentes modos de transporte público;
- Melhoria dos sistemas de transportes públicos para as áreas industriais e para as freguesias mais periféricas;
- Melhoria da ligação das freguesias de Pedrouços e Águas Santas à Cidade da Maia, designadamente pela construção da ligação de Metro prevista no PDM.

Eixo II - Mobilidade

Sub-tema - Transportes Públicos

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-----------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------|
| Transporte de Passageiros por modo de transporte - Aeroporto | Crescente | 4.535.813 (2008) | 4.459.288 ¹³ (2010) | ▼ | AU_02 |
| Transporte de Passageiros por modo de transporte - STCP | Crescente | n.a | n.d | n.a | AU_02 |
| Transporte de Passageiros por modo de transporte - CP | Crescente | n.a | n.d | n.a | AU_02 |
| Transporte de Passageiros por modo de transporte - Metro Porto | Crescente | n.a | 20093162 ¹⁴ (2010) | n.a | AU_02 |
| Extensão Rede Metro | Crescente | 13545 (2008) | 13545 (2010) | ▶ | AU_02 |
| Extensão Corredores Bus | Crescente | 115 (2008) | 115 (2010) | ▶ | AU_02 |
| Interfaces de Passageiros | Crescente | 14 (2008) | 15 (2010) | ▲ | AU_02 |

Quadro 18. Síntese Tema II Mobilidade (Transportes Públicos)

A promoção dos modos de deslocação suaves, em particular da bicicleta, em articulação com os transportes públicos, é uma das estratégias a adoptar no município, para inverter a tendência de utilização excessiva do

¹³ Não estavam disponíveis, à data de elaboração do relatório, dados de Novembro e Dezembro de 2010.

¹⁴ Não estavam disponíveis, à data de elaboração do relatório, dados de Dezembro de 2010.

automóvel nas deslocações quotidianas de curta distância e melhorar a mobilidade no concelho e, bem ainda, contribuir para a melhoria dos indicadores associados aos transportes sustentáveis.

A este propósito, relembra-se as recomendações apontadas no relatório ambiental da proposta de revisão do PDM relativas à mobilidade sustentável e que se deve realizar esforços no sentido da respectiva implementação, designadamente:

- haver uma política municipal e metropolitana ao nível dos transportes colectivos e um maior investimento nos circuitos pedonais e cicláveis;
- criação de incentivos ao uso de modos de transporte mais sustentáveis, o que passa pela requalificação da rede pedonal (espaço público destinado à circulação de peões) e possível integração de ciclovias;
- definição e implementação de uma rede de caminhos agrícolas: pedonais, equestres e de bicicleta;
- fomentar a implementação de uma rede de percursos urbanos.

Tema II - Mobilidade

Sub-tema - Transportes Sustentáveis

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|-----------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Extensão de ecopistas de lazer (km) | Crescente | 8,7 (2008) | 8,7 (2010) | | AU_02 |
| Extensão de ecopistas urbanas (km) | Crescente | 0 (2008) | 0,72 (2010) | | AU_02 |
| Extensão de Percursos Pedonais (ruas) - m/l | Crescente | 154,7 (2008) | 1799 (2010) | | AU_02 |
| Área Pedonal/Habitante | Crescente | 12,88 (2001) | 12,55 (2009) | | AU_02 |
| Índice de Ruas Pedonais | Crescente | 0,28 (2008) | 0,38 (2010) | | AU_02 |

Quadro 19. Síntese Tema II Mobilidade (Transportes Sustentáveis)

Apresenta-se, se seguida, quadro síntese relativo à monitorização do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos.

Tema II - Mobilidade

Sub-tema - Acessibilidade para Todos

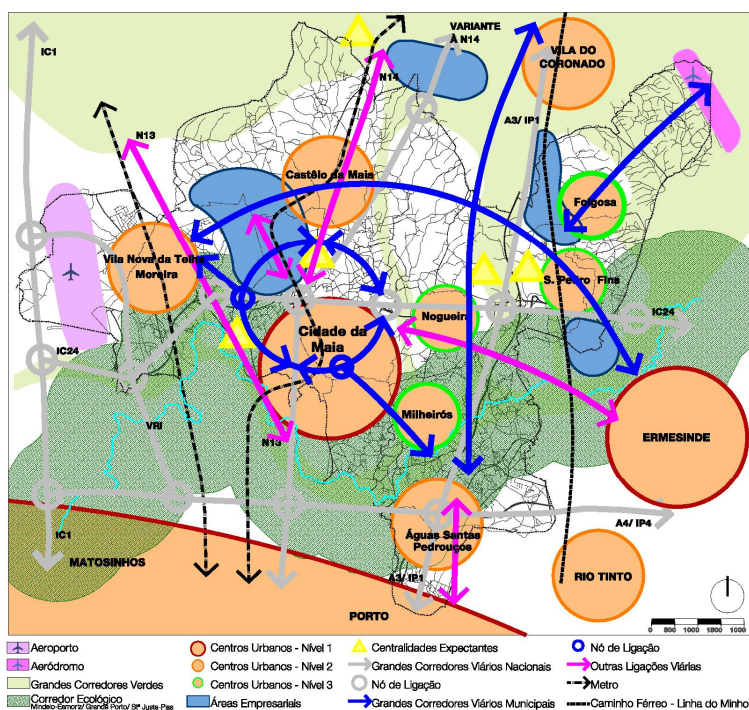
| Indicador | Meta | Valor de Referência (PMAT) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|-------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Área do espaço público analisado (ha) | Crescente | 884 (2009) | n.d | n.a | FA_01 |
| Extensão do percurso analisado (km) | Crescente | 275 (2009) | n.d | n.a | FA_01 |
| Extensão Percurso Acessível (km) | Crescente | 133,6 2009 | n.d | n.a | FA_01 |
| Superfície de espaço público intervencionado, por tipo de espaço (m2) | Crescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| Área de solo recuperado para a acessibilidade (m2) | Crescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| N.º de Barreiras Eliminadas | Crescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| Manutenção do espaço público (nº dias por mês) | Crescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| M2 de espaço público por intervir | Decrescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| N.º de edifícios analisados | Crescente | 197 (2009) | n.d | n.a | FA_01 |
| N.º de edifícios acessíveis | Crescente | 10 (2009) | 10 (2010) | | FA_01 |
| N.º de edifícios intervencionados | Crescente | 1 (2009) | 1 (2010) | | FA_01 |
| Nº de lugares de estacionamento ordenado e para pessoas com mobilidade reduzida | Crescente | n.d | n.d | n.a | FA_01 |
| N.º de paragens intervencionadas | Crescente | - | n.d | n.a | FA_01 |
| Frota de veículos municipais com acessibilidade | Crescente | 1 (2009) | 1 (2010) | | FA_01 |

Quadro 20. Síntese Tema II Mobilidade (Acessibilidade para Todos)

5.3. Tema III - Povoamento

a. Rede Urbana

Previamente à análise da evolução dos indicadores que permitem avaliar o presente eixo, apresenta-se a rede urbana, esquematizada na seguinte peça gráfica, constituindo uma interpretação das relações funcionais que ocorrem entre os diversos centros urbanos do território da Maia, em que aparece polinucleado o tecido urbano constituído pela Cidade da Maia (que engloba as freguesias da Maia, Gueifães e Vermoim).



b. Habitação

Tratando agora em especial o número de **alojamentos**, podemos verificar que, no período de 1991 a 2001, e para a AMP, cresceram, em média, 30,45% contra um crescimento médio das famílias de apenas 23,39%, ou seja, verificou-se que o parque habitacional nesta década teve um diferencial em excesso de 7% acima da variação de famílias.

| Espaço Geográfico | Alojamentos | | | Variação | |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|-------------|
| | 1991 | 2001 | 2009 | 1991-2001 | 2001-2009 |
| Espinho | 13266 | 14571 | 15684 | 9,84 | 7,6 |
| Gondomar | 46508 | 65335 | 75060 | 40,48 | 14,9 |
| Maia | 30229 | 48475 | 60837 | 60,36 | 25,5 |
| Matosinhos | 52756 | 67766 | 83010 | 28,45 | 22,5 |
| Porto | 113845 | 125267 | 134530 | 10,08 | 7,4 |
| Póvoa de Varzim | 23294 | 30524 | 35644 | 31,04 | 16,8 |
| Valongo | 23331 | 33455 | 41871 | 43,39 | 25,2 |
| Vila do Conde | 22803 | 31113 | 38271 | 36,44 | 23,0 |
| Vila Nova de Gaia | 88181 | 123562 | 141702 | 40,12 | 14,7 |
| AMP | 414213 | 540068 | 626609 | 30,45 | 16,0 |

Fonte: INE

Quadro 21. N.º de Alojamentos, AMP

Em valores absolutos, o nº de alojamentos na AMP aumentou em cerca de 126000 unidades e as famílias em 82700. Considerando os últimos dados do INE, em 2009 o número de alojamentos na AMP era já de 626.609 unidades, com um crescimento de 16% relativamente a 2001.

O concelho que na década de 1991 a 2001 mais contribuiu para o acréscimo da densidade habitacional da AMP foi o concelho da Maia, com uma variação no n.º de alojamentos de 60,4%, mantendo esta supremacia durante o período de 2001 a 2009, com um crescimento de 25,5%, muito embora próximo das dinâmicas habitacionais registadas no concelho limítrofe de Valongo.

Em termos absoluto, a Maia apresenta um número total de 60.837 alojamentos, sendo que em 2001 esse valor era de 48.475 alojamentos.

A densidade habitacional, mediada pela relação entre o número de fogos e a área do concelho (em hectares), é um indicador importante na avaliação da compactação da área urbana, devendo a meta para este indicador ser o aumento mais significativo da densidade habitacional nas Unidades de Planeamento marcadamente urbanas (UP1 – Moreira e Vila Nova da Telha, UP3 – Gueifães, Maia e Vermoim e UP6 – Águas Santas e Pedrouços), permitindo contribuir para os objectivos do modelo territorial do PDM, designadamente consolidação da Cidade, implementando um modelo de concentração descentralizada (...) estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem e contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa óptica de coesão dos aglomerados urbanos.

| Unidade de Planeamento | Freguesia | Densidade Habitacional |
|------------------------|--------------|------------------------|
| UP 1 | Moreira | 4,4 |
| | V. N. Telha | |
| UP 2 | Barca | 3,0 |
| | Gemunde | |
| | Gondim | |
| | S. P. Avioso | |
| UP 3 | S. M. Avioso | 13,8 |
| | Gueifães | |
| | Maia | |
| UP 4 | Vermoim | 3,4 |
| | Nogueira | |
| | Milheiros | |
| UP 5 | Silva Escura | 1,3 |
| | Folgosa | |
| UP 6 | S. P. Fins | 14,5 |
| | Águas Santas | |
| Pedrouços | | |
| Total | | 5,9 |

Fonte: INE

Quadro 22. Densidade Habitacional, 2001

Em 2001, a densidade habitacional do concelho era de 5,9 fogos por cada ha, numa maior concentração do n.º de fogos por hectare nas unidades de planeamento da Cidade da Maia, 13,8 fogos/ha, e no conjunto das freguesias de Águas Santas e Pedrouços, 14,5 fogos/ha, traduzindo uma maior concentração habitacional nas freguesias marcadamente urbanas.

Em **2009 verifica-se a existência de 7,3 fogos** por cada hectare, observando um acréscimo significativo face ao valor de referência do processo de revisão do PDM (5,9 fogos/ha, em 2001).

Em 2001, o número médio de habitantes por fogo era de 2,5. Numa análise por cada uma das seis unidades de planeamento definidas para o concelho da Maia verifica-se uma grande homogeneidade, com valores entre os 2,3 e

os 2,6 habitantes por fogo, destacando-se, apenas a UP5, constituída pelo conjunto das freguesias de Folgosa e São Pedro Fins, com 2,8 hab./fogo.

| Unidade de Planeamento | Freguesia | Habitantes/ Fogo |
|------------------------|--------------|---------------------|
| UP 1 | Moreira | 2,4 |
| | V. N. Telha | |
| UP 2 | Barca | 2,6 |
| | Gemunde | |
| | Gondim | |
| | S. P. Avioso | |
| | S. M. Avioso | |
| UP 3 | Gueifães | 2,5 |
| | Maia | |
| | Vermoim | |
| UP 4 | Nogueira | 2,6 |
| | Milheiros | |
| | Silva Escura | |
| UP 5 | Folgosa | 2,8 |
| | S. P. Fins | |
| UP 6 | Águas Santas | 2,4 |
| | Pedrouços | |
| Total | | 2,5 |

Fonte: INE

Quadro 23. Habitantes por Fogo, 2001

Desde 2001 até 2009, e no que diz respeito ao número médio de habitantes por fogo verifica-se um ligeiro **decréscimo em relação a 2001 (2,5 hab./fogo), passando o valor de referência a ser de 2,4 hab./fogo.**

Tendo como base o ano de 2001, último recenseamento geral da população e habitação, no concelho da Maia existiam 24675 edifícios, num total de 48475 alojamentos, o que perfaz uma média de 2 alojamentos por edifícios. De acordo com as últimas estimativas do INE, em **2009, o n.º de alojamentos era já de 60837 unidades e os edifícios eram 26755 (2,3 alojamentos/edifício)**, traduzindo o aumento da importância dos edifícios de habitação colectiva na caracterização do parque habitacional do concelho.

Relativamente à distribuição do n.º de alojamentos e edifícios por Unidade de Planeamento e respectiva freguesia mantêm-se o valor de referência dos estudos sectoriais do PDM, ou seja, 2001, dada a inexistência de dados mais actuais à escala infra-concelhia, em que quanto à distribuição quer do número de alojamentos quer do número de edifícios por unidade de planeamento, verifica-se uma maior ocorrência destes dois fenómenos na UP 6 (núcleo urbano constituído pelas freguesias de Águas Santas e Pedrouços, sob forte influência da conurbação do Porto), seguidamente surge o núcleo urbano da Cidade da Maia.

Relativamente ao n.º de fogos apresenta-se caracterização da **habitação social** existente no concelho. Assim, de acordo com informação prestada pela empresa Espaço Municipal, existia em 2010 um total de 2453 fogos destinados a habitação social, dos quais 2379 encontravam-se atribuídos/ocupados. Pese embora alguns fogos não estejam atribuídos, deve-se salientar que tal facto deve-se a fogos para os quais se prevê a demolição a curto prazo ou fogos que se encontram em situação de obras de reparação/reabilitação para efeitos de atribuição.

Em 2009 deram entrada na Câmara Municipal - Espaço Municipal um total de 476 pedidos para atribuição de habitação social, sendo que, em 2010, decresceu o n.º de pedidos para 301.

c. Evolução Urbanística

Para 2009 e 2010, não foi possível apresentar a monitorização relativamente à evolução da dinâmica construtiva, designadamente n.º de processos de operações urbanísticas por categoria de espaço, área do solo impermeabilizada, entre outros. Não obstante, actualmente está-se a trabalhar com o Departamento de Gestão Urbana e com o Departamento de informática no sentido de serem introduzidas alterações nos sistemas de informação por forma a captar a informação necessária aos indicadores de monitorização definidos, os quais serão apresentados posteriormente, através da integração num próximo relatório de estado de ordenamento do território.

d. Coesão Urbana

Consolidação da malha urbana através da construção em vazios urbanos e na área urbana consolidada. Dado que até ao momento ainda não foi possível delimitar a Área Urbana Consolidada Existente no Município, por consequência também não é de todo possível avaliar a evolução e percentagem de consolidação, nem o n.º de operações urbanísticas dentro desta área.

O procedimento de delimitação da Área Urbana Consolidada está em curso prevendo-se ser possível num próximo Relatório de Estado do Ordenamento do Território podermos apresentar os dados subjacentes a este indicador.

A contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa óptica de coesão dos aglomerados urbanos passa sobretudo pelo incremento da construção nos espaços de colmatação das áreas urbanas existentes e bem ainda pelo desincentivo e diminuição da construção avulsa e dispersa no espaço rural, designadamente através da contenção da expansão urbana sobre áreas sujeitas aos estatutos de Reservas Agrícola ou Ecológica nacionais sempre que tal ainda seja possível.

Neste sentido, entendeu-se que uma das formas de avaliar a prossecução do objectivo de contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes passava pela análise das dinâmicas de construção nas áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), nas Áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e nas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's) definidas para o território concelhio.

Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Assim, no que se refere às intervenções em terrenos classificados no PDM como Área Agrícola Fundamental, correspondente às áreas de RAN, começaremos por analisar as pretensões que deram entrada na Câmara Municipal a fim de ser emitido o parecer com vista à instrução do pedido de inutilização do solo agrícola junto da Comissão Regional de Reserva Agrícola (CRRRA).

| Ano | N.º | Área (m ²) |
|------|-----|------------------------|
| 2009 | 8 | 45064,5 |
| 2010 | 4 | 10117,2 |

Quadro 24. Pedidos Inutilização RAN

Desde a entrada em vigor do PDM revisto, que ocorreu a 27 de Janeiro de 2009, foram analisados 8 **pedidos de inutilização do solo agrícola**, correspondentes a **45064,5 m² de área de reserva agrícola nacional a inutilizar**, sendo que um correspondia a uma inutilização não enquadrável no regime jurídico da RAN (e para a qual era pedida a inutilização de 16649 m² de área) e os restantes pedidos analisados corresponderam à construção de equipamentos públicos (4), à construção de habitação própria (2) e à construção/ampliação de exploração bovina (1).

Em 2010, verificaram-se 4 pedidos de inutilização do solo agrícola enquadráveis nas excepções previstas no regime jurídico da reserva agrícola nacional, aprovado através do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que **previam uma área total de 10.117,2 m² de solo a inutilizar**, correspondendo a um pedido de parecer para construção de equipamento público, a um pedido para construção de habitação própria e a 2 pedidos para intervenção em duas linhas de água do concelho, com vista à desobstrução e regularização das mesmas.

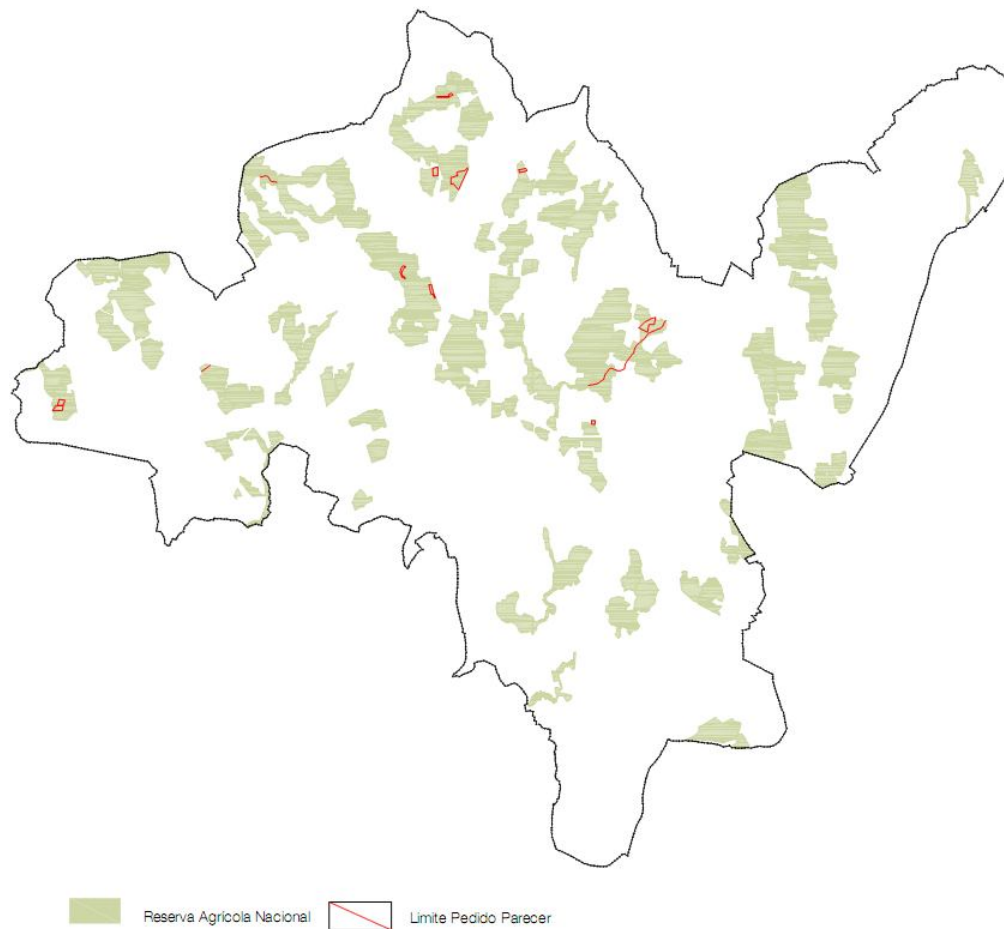


Figura 10. Pedidos parecer inutilizações RAN

Não obstante a breve análise aos pedidos de inutilização do solo agrícola apresentados para parecer junto da Autarquia, e tendo presente que os mesmos podem, por um lado, não obter parecer favorável da CRRA e, por outro lado, casos há em que os interessados não dão seguimento ao processo de construção, torna-se importante analisar os processos de construção de obras particulares propriamente dito, bem como a construção de equipamentos e infra-estruturas em áreas de RAN efectivamente concretizadas.

Quanto aos processos de gestão urbanística em áreas de Reserva Agrícola Nacional, em 2009 e em 2010, não é possível apresentar valores para este indicador. No entanto, espera-se que no próximo relatório de monitorização poder já integrar este indicador.

No que diz respeito à construção de infra-estruturas viárias, no decorrer do ano de 2009, procedeu-se à abertura de um arruamento em Moreira cujo traçado era coincidente com área de Reserva Agrícola Nacional, com uma área inutilizada total de aproximadamente **6 427.95 m²**, não se registando nenhuma ocorrência em 2010.

Reserva Ecológica Nacional (REN)

No âmbito das intervenções em Reserva Ecológica Nacional (REN), desde a entrada em vigor do PDM, surgiram um total de **6 pedidos de autorização para a realização de acções em solos integrados em REN**.

Em **2009**, a Câmara Municipal da Maia, no âmbito do projecto de execução do designado Parque de Moreira solicitou a autorização para a ocupação de solos integrados em REN, nas margens do Rio Leça, junto à ETAR de Ponte de Moreira, tendo a presente pretensão obtido parecer favorável junto da CCDRN e da ARHN, na medida que a mesma revela interesse para a população do Município da Maia, assim como da Grande Área Metropolitana do Porto, por se tratar da integração na rede de parques naturais, e bem ainda pelo facto de as acções propostas se coadunarem com o Plano Director Municipal, tal como com o actual regime da REN (**27.500 m²**).

Foi em **2010**, que o número de pedidos de autorização para intervir em áreas de REN foi mais significativo, com um total de **5 pedidos (12374 m²)¹⁵**, correspondentes a pedidos de limpeza, desobstrução e regularização de linhas de água e a um pedido de limpeza de ribeira e criação de percursos pedonais.

Durante 2009 e 2010 não se registou qualquer processo de construção em REN.

Parque empresarial

No âmbito da temática da coesão urbana e constituindo um dos objectivos do Plano o fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização das unidades deficientemente localizadas no território com a consequente contenção de frentes urbanas desarticuladas das existentes, definiu-se como indicadores de análise o licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem, bem como a deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no território. No entanto, não foi possível avaliar o cumprimento deste objectivo, reiterando o facto de se estar numa fase inicial de desenvolvimento de todo o sistema de monitorização do plano e ter correspondido a um momento em que ainda não se obteve dados de suporte.

e. Desenho Urbano

O Plano Director Municipal define como objectivo no âmbito do ambiente urbano o recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão activa e concertada, e no âmbito da melhoria do ordenamento paisagístico a promoção do

¹⁵ Para a intervenção numa linha de água não existe informação da área total de intervenção, apenas que abrangerá uma extensão total de aproximadamente 3,5 km.

enquadramento e valorização paisagística das intervenções, pelo que, no que diz respeito à execução e programação do plano, o território do plano é distinguido em duas áreas diferenciadas quanto à existência de uma estrutura de suporte à ocupação do solo, nomeadamente:

- No Solo Urbanizado a execução do Plano processa-se, sobretudo, através do recurso a operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;
- No Solo de Urbanização Programada a execução do Plano processa-se no âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's) correspondem a polígonos territoriais estabelecidos como tal no Plano ou que o venham a ser pela Câmara Municipal, sendo dotadas de conteúdos programáticos que orientam e promovem a concretização do Plano no seu âmbito territorial, cujas formas de execução se processam mediante a elaboração de planos de pormenor ou de unidades de execução, constituindo estes os indicadores a avaliar neste ponto.

No que diz respeito aos Planos de Pormenor, desde 2010 que o concelho da Maia dispõe de um plano de pormenor em vigor (Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas), com uma área total de **41,4 ha, correspondendo a 0,5% da área total do concelho e a 0,9% da área delimitada no PDM como solo urbano.**

Quanto aos Planos de Pormenor em elaboração, no decurso de 2010, a Autarquia tinha em elaboração um plano de pormenor, designadamente o Plano de Pormenor da Área a Nascente da Designada Urbanização do Lidador, na freguesia de Moreira e Vila Nova da Telha, que abrangem uma área aproximada de **27,5 ha, correspondendo a 0,3% da área total do concelho e a 0,6% da área urbana do concelho.**

Muito embora se tenha definido como meta para os indicadores relativos aos planos de pormenor em elaboração uma tendência de evolução crescente, de 2009 para 2010, verifica-se um decréscimo do n.º de planos em elaboração e consequentemente da respectiva área e relação percentual com a área total do concelho e a área urbana, facto que se deve à entrada em vigor do Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca.

Tendo a revisão do Plano Director Municipal estipulado que a execução do Plano seja determinada pela Câmara Municipal através da aprovação de programas anuais de concretização das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão identificadas no Plano, impõe-se uma reflexão sobre o grau de concretização do conjunto das UOPG definidas no Plano Director Municipal de acordo com o grau de prioridade definido, independentemente da forma de execução (plano de pormenor ou unidade de execução).

Do total de 20 UOPG's definidas no âmbito do PDM com nível 1 de prioridade, em 2010, estão já em execução duas unidades (10%), estando 30% das unidades previstas com nível 1 de execução em fase de elaboração.

No que diz respeito à execução das UOPG's com nível 2 e 3 de prioridade estão em execução 7% das UOPG's previstas.

Assim, o grau de concretização das UOPG's corresponde a cerca de 3%, estando ainda em fase de delimitação um total de 10% das unidades previstas.

Para além dos Planos de Pormenor e das Unidades de Execução, a gestão do território tendo como recurso o desenho urbano, a uma micro escala, também pode ser assegurado através das operações de loteamento.

Assim, durante 2009 foram emitidos 57 alvarás de licenciamento de loteamento, correspondendo quer a novas operações de loteamentos quer a aditamentos a alvarás de loteamento, decrescendo em 2010 (39 alvarás de licenciamento de loteamento). No entanto, verifica-se que a maioria dos alvarás de licença corresponde a aditamentos a loteamentos, 50 e 31 respectivamente em 2009 e 2010.

f. Equipamentos Públicos

O Plano Director Municipal, enquanto instrumento de gestão territorial, deve consagrar mecanismos que permitam a disponibilização de solo para a respectiva afectação a equipamentos de utilização colectiva.

Assim, entendeu-se ser este o primeiro lugar para, e após detectadas as deficiências existentes nas diferentes redes de equipamentos (Educação, Desporto, Saúde, Sociais, entre outros) proceder-se à programação de novos equipamentos públicos, tendo como base, sobretudo, as previsões de crescimento populacional para o horizonte do plano e os critérios de dimensionamento definidos para cada tipologia de equipamento por parte da Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, por forma a melhorar, não somente quantitativamente mas também qualitativamente, a disponibilização destas infra-estruturas à população.

Neste sentido, passaremos a analisar de seguida os principais indicadores de monitorização definidos para cada tipologia de equipamentos, bem como a execução das propostas de equipamentos públicos definidas no âmbito do Programa de Execução e Financiamento do PDM.

Saúde

Desde a entrada em vigor do PDM, e muito designadamente da elaboração da designada Carta da Saúde, ocorreram transformações no âmbito do sistema organizacional dos cuidados de saúde primários públicos, pela introdução do conceito de Unidades de Saúde Familiares (USF), com reflexos na prestação dos cuidados de saúde do município.

O concelho foi-se dotando de um conjunto de equipamentos de saúde, com a constituição de unidades de saúde familiar, que se traduziram na substituição/encerramento de algumas extensões de saúde, com um carácter mais precário.

Face ao exposto, actualmente, a rede de equipamentos de saúde do concelho da Maia é constituída por 14 equipamentos de saúde, assim distribuídas:

- 3 Unidades de Saúde: US de Águas Santas, US de Nogueira e US de Milheirós;
- 8 Unidades de Saúde Familiar: USF Alto da Maia, em Águas Santas; USF Iris, em S. M. de Avioso; USF Lidador, em Gueifães; USF Odisseia, em Vermoim; USF Pedras Rubras, em Moreira; USF Pirâmides, em Vermoim; USF Saúde em Família, em Pedrouços; e a USF Viver Maia, em S. M. de Avioso.

Assim, enquanto à data da elaboração do PDM existiam no concelho um total de 9 equipamentos de saúde (nomeadamente 3 centros de saúde e 6 extensões aos centros de saúde), actualmente existe 11 equipamentos de saúde (distinguidos por 3 unidades de saúde e 8 unidades de Saúde familiar). Para além destes, no concelho da Maia pode-se contar ainda com a Unidade de Saúde Pública, a Unidade de Cuidados Personalizados da Maia e a CDP – Rastreio e Tratamento de Doentes com Tuberculose.

De acordo com os dados fornecidos pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, datados de Outubro de 2010, estão inscritos nos equipamentos de saúde pública do concelho cerca de 119 436 utentes, verificando-se um crescimento bastante significativo relativamente ao valor de referência do PDM (109 372 utentes). Ainda assim, é importante referir que a população inscrita nos cuidados de saúde primária representa apenas 83,3% da população residente no concelho (143 371 habitantes em 2009, de acordo com os últimos dados do INE).

Estão a trabalhar nos cuidados de saúde primária 74 médicos de medicina geral e familiar, valor superior ao registado à data da elaboração da Carta da Saúde no âmbito do processo de revisão do PDM, em que só existiam 52 médicos, fruto, e como já se referiu, do aumento da oferta de cuidados de saúde primários. Actualmente, regista-se uma média de 1614 utentes por médico.

Quanto ao número de médicos por 1000 habitantes, o mesmo é de 0,52, maior que em 2008, em que se registava um total de 0,43 médicos por cada 1000 habitantes.

Assim, a Maia, ao registar já uma população estimada de 143 371 habitantes em 2009, aproxima-se gradualmente da meta definida, quer no âmbito do Plano Nacional da Saúde 2004-2010 quer da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de em 2015 haver 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes, ao registar cerca de 52 médicos por 100 mil habitantes.

No que diz respeito ao número de enfermeiros a exercer funções nos serviços públicos de prestação de cuidados de saúde primários, trabalham cerca de 80 enfermeiros, o que corresponde a cerca de 0,56 enfermeiros por cada 1000 habitantes, ou seja, 56 enfermeiros por 100 mil habitantes, bastante aquém da meta definida pelo Plano Nacional da Saúde 2004-2010 (500 enfermeiros por 100 mil habitantes).

Quanto à rede de cuidados secundários no concelho a mesma é inexistente.

Neste sentido, considera-se que o Pelouro de Saúde da Câmara Municipal deverá ponderar a implementação de acções de fomento, designadamente quanto à necessidade de se ter um número de médicos e de enfermeiros por habitante mais elevado, com vista a aproximarmo-nos dos valores de referência definidos no âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Educação

No âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se à elaboração da Carta Educativa do Concelho da Maia, concluída em 2007, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, assumindo-se como um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo dos edifícios escolares e demais equipamentos educativos, tendo em conta a oferta concelhia em educação e formação, de acordo com as necessidades imediatas e aquelas que se pressupunham que pudessem vir a existir, com base no crescimento socio-económico local, assente no

objectivo estratégico e lógico de adequação da rede educativa à efectiva procura que se manifeste para todos os níveis de ensino.

Assim, de seguida passaremos á apresentação da evolução dos diferentes indicadores tendo como base os valores presentes na Carta Educativa, documento esse que, face à obrigatoriedade legal de revisão de 5 em 5 anos, está já num momento em que a Autarquia deve desenvolver os mecanismos necessários com vista à actualização do mesmo, tanto mais que no período que decorreu desde a sua aprovação se assistiu a profundas alterações no sistema educativo municipal, designadamente pelo encerramento de algumas escolas, por exemplo a EB1 de Sá, e pela execução de projectos de construção de escolas conforme previsto na Carta Educativa.

Assim, passaremos a descrever de seguida por nível de escolaridade a oferta educativa existente no concelho em 2010, procurando, sempre que possível, apresentar informação quer relativamente à oferta pública quer à oferta privada e das IPSS.

Educação Pré-escolar

De acordo com os dados recolhidos junto do Departamento de Educação, Acção Social e Juventude e do roteiro de escolas do Ministério da Educação (acessível em <http://roteiro.min.edu.pt>), no ano lectivo de 2010/2011, estavam a funcionar no concelho um total de 71 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 37 públicos, 16 privados e 18 pertencentes a IPSS.

Assim, verifica-se que relativamente ao ano de referência dos dados da Carta Educativa, nomeadamente ano lectivo de 2004/2005, observa-se apenas um ligeiro decréscimo dos equipamentos pré-escolares, observando-se um crescimento dos estabelecimentos públicos, em contrapartida de um decréscimo dos equipamentos pertencentes a entidades privadas.

| Ano | JI | | | Total |
|------|---------|---------|------|-------|
| | Público | Privado | IPSS | |
| 2004 | 34 | 21 | 17 | 72 |
| 2009 | 35 | 17 | 12 | 64 |
| 2010 | 37 | 16 | 17 | 70 |

Quadro 25. Oferta Educação Pré-escolar, 2010

A prioridade de alargamento deste nível de ensino tem levado a que se assista a um progressivo crescimento na procura. Em 2010/2011 estavam inscritas na educação pré-escolar um total de 2918 crianças, sendo que 1709 frequentavam o serviço público e 1209 as instituições das IPSS. Quanto ao n.º de crianças inscritas nos estabelecimentos particulares não foi possível obter dados. Ainda assim, verifica-se um crescimento de cerca de 10% no número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, relativamente ao ano lectivo de 2004/2005.

Como já referido observou-se um decréscimo do n.º de estabelecimentos particulares. No entanto, esta diferença não é tão significativa quando se analisa o n.º de crianças inscritas, que passou de 676 crianças em 2004/2005, para 576 crianças em 2009/2010 (neste caso não foi possível apurar o n.º de crianças inscritas em 3 estabelecimentos).

Dos estabelecimentos em funcionamento de carácter público existe um total de 84 **salas, a que corresponde uma média de 20 crianças por sala.**

A taxa de ocupação média dos estabelecimentos públicos era de 81,38%, em 2010/2011, valor inferior ao registado em 2004/2005 (93,4%).

Para a tipologia de equipamentos pertencentes às IPSS e rede privada não será possível avaliar a evolução da taxa de ocupação, na medida em que não foram disponibilizados dados que permitissem essa análise.

A nível concelhio, e considerando o total de crianças a frequentar a rede de educação pré-escolar (excepto da rede privada para a qual não se dispõe de dados relativos ao n.º de crianças a frequentar), **a taxa de cobertura (indicador que relaciona o n.º de crianças a frequentar a educação pré-escolar com o n.º de crianças em idade de frequentar este nível de ensino, isto é, dos 3 aos 5 anos) era de 57,1%**, (calculado com base no n.º de crianças inscritas – 2918, e com as projecções de população residente para 2010 com idades entre os 3 e os 5 anos - 5110). Embora a evolução deste indicador em relação a 2004/2005 seja nula, deve-se, mais uma vez, salientar que para este último ano não se tem informação relativamente às crianças a frequentar os estabelecimentos privados, pelo que, este valor está seguramente subavaliado.

Ainda assim, em ambas as situações, o concelho da Maia apresentava já valores superiores à meta europeia, fixada na obtenção de uma taxa de cobertura para a educação pré-escolar superior a 30%.

Ensino Básico

A Maia dispõe actualmente de um total de 43 escolas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), das quais 3 estabelecimentos pertencem à oferta privada (mais um estabelecimento de ensino privado em relação a 2004).

As restantes 40 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) são da rede pública, associadas em agrupamentos de escolas, e encontram-se distribuídas por todas as freguesias do concelho. No entanto, destacam-se Águas Santas, Pedrouços e Vermoim como as freguesias que apresentam uma maior concentração de estabelecimentos neste nível de ensino.

Quanto à oferta pública verifica-se um decréscimo relativamente a 2004/2005, em que estavam em funcionamento 42 escolas públicas. No entanto, esta evolução reflecte a aposta da Câmara Municipal na requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, através da construção de novos centros escolares e pela ampliação e beneficiação de uma série de estabelecimentos, o que, por outro lado, se traduziu na desactivação de um maior número de escolas mais reduzidas e nas quais não se observa a adequação dos espaços às actuais exigências do ensino.

Apresenta-se, de seguida, uma breve caracterização da evolução dos principais indicadores ao nível do ensino básico, tendo em consideração a oferta educativa da rede pública (da rede privada não foram disponibilizados os dados solicitados, pelo que, apenas se tem conhecimento do n.º de estabelecimentos existentes).

Assim, no ano lectivo 2010/2011, inscreveram-se nas escolas públicas do 1º CEB do concelho 4996 alunos, assistindo-se a um crescimento da procura deste nível de ensino, uma vez que, no ano lectivo 2004/2005, estavam inscritos cerca de 4975 alunos, o que pode ser fruto da melhoria da oferta formativa, designadamente pela construção e beneficiação de estabelecimentos públicos com o 1.º ciclo do ensino básico.

Nas 40 escolas do 1º CEB em funcionamento no ano lectivo 2010/2011 existiam 240 salas de aula, registando-se uma média de 20,8 alunos por sala. Relativamente ao n.º de salas de aula verifica-se um crescimento francamente positivo (mais de 58%), uma vez que em 2004/2005 eram somente 152, sendo reflexo da recente aposta na construção de novos centros escolares com maior capacidade e bem ainda implementação em todas as escolas do regime de funcionamento normal, já que constitui um dos objectivos do sistema educativo a eliminação do regime desdobrado de funcionamento e a implementação da escola a tempo inteiro.

A este propósito refira-se que, no ano lectivo de 2004/2005, 17 escolas funcionavam em regime normal e 27 em regime de desdobramento, sendo que actualmente todas as escolas públicas funcionam no regime normal.

Para além das salas de aula “normais”, os estabelecimentos de ensino são dotados de outros equipamentos que permitam o acompanhamento e a prestação de outros serviços educativos. Assim, em 2010, os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB públicos estavam dotados de 16 salas de informática, 8 salas de expressões, 8 salas de Unidade de Intervenção Especializada (U.I.E.); 14 espaços para actividade física, 12 bibliotecas, 14 cozinhas, 43 refeitórios e 13 polivalentes.

Em 2010/2011, a taxa de ocupação média das escolas do 1º CEB era de 86,7%, evoluindo positivamente face aos anos transactos em que a taxa era ligeiramente superior a 100% (130,9 em 2004/2005), sendo que esta diminuição é reflexo do crescimento do n.º de salas e da conseqüente eliminação do n.º de turmas em horário desdobrado.

Para o 1º CEB a taxa de escolarização deveria corresponder a 100%, uma vez que se trata de um nível de ensino de carácter obrigatório e que se rege pelo princípio da proximidade. No entanto, tendo em conta o número de alunos inscritos no 1º CEB no ano lectivo 2010/2011 e as crianças estimadas com idade para frequentar esse nível de ensino, de acordo com projecções demográficas para 2010, a taxa de escolarização cifra-se em 77,7%. Em 2004/2005, a taxa de escolarização do 1.º CEB rondava os 90%, bastante superior ao registado actualmente.

No entanto, não se pode ignorar o facto de o valor do n.º de alunos do 1º CEB estar sub-avaliado pela não existência de dados quanto aos alunos inscritos nas escolas privadas ou o facto de as estimativas da população residentes estarem sobreavaliadas.

A existência de escolarização inferior no concelho da Maia reflecte a procura pelas instituições particulares que também dispõem do 1º CEB (existem já 3 no concelho), e bem ainda pelo caso de alunos do concelho que frequentam escolas noutros concelhos, situação provavelmente advinda dos movimentos pendulares efectuados pelos pais ou encarregados de educação.

2.º/3.º CEB e Secundário

Relativamente aos estabelecimentos do 2º/3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e Secundário a oferta existente para além da rede pública também é servida pela rede privada, tendo-se assistido a um crescimento desta última oferta.

Quanta à rede pública no concelho da Maia mantém-se a existência de 9 escolas com 2º/3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e Secundário. No entanto, regista-se uma evolução do nível da oferta pelo facto de a Escola Secundária de Águas Santas ter passado a integrar também o 2.º CEB, passando a designar-se por Escola Básica e Secundária de Águas Santas.

Quanto aos estabelecimentos de carácter privado, na Maia continua a funcionar o INED, com oferta lectiva ao nível do secundário, tendo recentemente sido inaugurado o 2.º e 3.º CEB no Colégio Novo da Maia. Relativamente a este último estabelecimento, informa-se que de acordo com informação disponível no site da instituição já se encontram abertas inscrições para o ensino secundário para ao ano lectivo de 2011/2012.

No que diz respeito ao número de alunos a frequentar as escolas do 2º/3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e Secundário apenas existe informação relativa à oferta privada.

Assim, nas 9 escolas públicas existentes no concelho, em 2010/2011, estavam inscritos um total de 9061 alunos, valor ligeiramente inferior ao registado em 2009 (9612 alunos), o que pode reflectir a procura pela rede privada e bem ainda por estabelecimentos de ensino de outros concelhos. Ainda assim, a procura registada neste último ano é mais significativa que a observada em 2004/2005 (8648 alunos), com um crescimento de cerca de 5%.

Quanto à taxa de escolarização, no ano lectivo 2010/2011, e tendo em conta as projecções demográficas de população em idade de frequentar o 2/3 CEB e Ensino Secundário, a mesma era de 66%, decrescendo relativamente aos anos transactos (71,4%, para 2009/2010, e 69,7% para 2004/2005). De referir que para os dois últimos anos lectivos a taxa de escolarização encontra-se subavaliada pela não existência de dados relativos ao número de alunos a frequentar os estabelecimentos privados.

A cobertura destes níveis de ensino poderá não corresponder a 100% considerando o facto de ao mesmo não corresponder um critério de proximidade e de os alunos poderem frequentar cursos de escolas existentes noutros concelhos, de acordo com a oferta formativa.

Ao nível de equipamentos escolares, durante este ano, e em muito fruto das candidaturas aprovadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), desenvolveu-se um importante programa de ampliação, renovação, manutenção e beneficiação do parque escolar, com resultados nos níveis de educação e ensino prestados.

Assim, durante 2009 e 2010, ao nível da execução do previsto no PDM quanto à rede de equipamentos educativos, assistiu-se ao desenvolvimento dos projectos constantes do quadro seguinte:

| N.º | PDM Maia – Acções | Nível Prioridade | Fase de Execução | Fonte Financiamento |
|-----|---|------------------|------------------|---------------------|
| E01 | EB1/JI de Águas Santas | 1 | Executado | CM Maia/QREN |
| E05 | EB1/JI de Gueifães | 1 | Executado | CM Maia/QREN |
| E07 | EB1/JI da Maia | 1 | Executado | CM Maia/QREN |
| E11 | Ampliação da EB1/JI da Guarda | 1 | Executado | CM Maia/QREN |
| E13 | Construção de JI na EB1 de Monte Calvário | 1 | Executado | CM Maia/QREN |
| E17 | Ampliação ES de Águas Santas | 1 | Executado | CM Maia/DREN |

Quadro 26. Equipamentos de Educação Propostos

Ao nível dos equipamentos de educação com nível de prioridade 1 foram já executadas todas as propostas de construção e de ampliação das escolas, com excepção da ampliação da Escola EB2/3 de Pedrouços, reflectindo-se numa taxa de concretização de **86%** (relativamente a esta última, a execução está dependente da Direcção Regional de Educação do Norte uma vez que é esta entidade que tem responsabilidade sobre os estabelecimentos do 2º/3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário).

Ao nível dos equipamentos de educação com nível de prioridade 2 e 3 a execução foi nula. No entanto, o Ministério da Educação, no âmbito do programa Parque Escolar, prevê para 2011 a ampliação da Escola Secundária do Castelo da Maia.

Para além dos equipamentos de educação previstos no PDM, designadamente aqueles para os quais era necessário assegurar a disponibilização de terreno, no âmbito das candidaturas ao QREN foram aprovados os projectos de ampliação de alguns estabelecimentos escolares não considerados anteriormente, como são os casos de:

- Ampliação da EB1/JI do Monte Calvário;
- Ampliação da EB1/JI de Corim;
- Ampliação da EB1/JI D. Manuel I;
- Ampliação da EB1 da Giesta;
- Ampliação da EB1/JI do Paço;
- Ampliação da EB1/JI de Pedras Rubras;
- Ampliação da EB/JI de Currais;
- Ampliação da EB1/JI de Parada.

Sociais

No Concelho da Maia, os equipamentos sociais existentes estão, principalmente, subdivididos em equipamentos de apoio à infância (creches e ATL's) e equipamentos de apoio à terceira idade (lares, centros de dia, centros de convívio, entre outros). Simultaneamente, observa-se a presença de um reduzido número de equipamentos que se destinam a prestar apoio a pessoas portadoras de deficiência (física ou mental).

A valência de **CRECHE**, em 2010, no concelho da Maia está dividida pelas instituições de carácter privado, 21 estabelecimentos, e as entidades da rede solidária (IPSS), 16, nas quais estão inscritas, respectivamente 485 e 530 crianças. Não obstante a existência de um número absoluto superior de creches de carácter privado, em termos de crianças inscritas ganham destaque as IPSS, com um total de 52,2% do total de crianças.

Assim, verifica-se a existência de um total de 36 estabelecimentos com a valência de creche, com uma capacidade total de acolhimento de 1174 crianças, sendo, no entanto, o número total de utentes de 1015 crianças.

Em relação aos dados constantes da Carta Social, elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, verifica-se uma manutenção do n.º absoluto de creches. Não obstante, quanto ao número de crianças o valor foi crescente (passando de 882 crianças, em 2004, para um total de 1015 crianças).

À semelhança de anos transactos, em 2010, o maior número absoluto de creches localiza-se nas freguesias de Águas Santas e Vermoim, freguesias mais densamente povoadas, registando-se ainda o caso de algumas unidades territoriais que não dispõem deste tipo de valência, nomeadamente Folgosa e S. Pedro Avioso.

No concelho da Maia regista-se um valor médio de 28 crianças por creche, sendo esse valor claramente superior na creche localizada na freguesia de Milheirós.

Considerando a capacidade instalada das creches, definida pelo número máximo de crianças que cada instituição pode albergar, verifica-se que a mesma é de 1096 crianças, pelo que, actualmente, a taxa de utilização é de 86,5% (superior à taxa de utilização verificada na Carta Social, de 2004, que era de 70,3%).

A taxa de cobertura (relação entre o número de crianças inscritas e a população estimada com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos, em 2010) observa-se que a média do concelho da Maia é de 18,1%, havendo um decréscimo em relação aos dados de referência do PDM (19,1%).

De referir que, a meta europeia de taxa de cobertura da oferta de creches é de 30%, estando ainda o concelho da Maia longe de atingir esta meta.

| Espaço Geográfico | N.º Creches | | N.º Crianças | | | Crianças 0-2 anos | crianças/ creche | Capacidade Instalada | Taxa Utilização | Taxa Cobertura |
|-------------------|-------------|-----------|--------------|------------|-------------|-------------------|------------------|----------------------|-----------------|----------------|
| | Part. | IPSS | Part. | IPSS | Total | Proj. 2010 | | | | |
| Águas Santas | 4 | 3 | 82 | 127 | 209 | 1339 | 30 | 232 | 90,1 | 15,6 |
| Barca | 3 | | 83 | | 83 | 105 | 28 | 97 | 85,6 | 79,0 |
| Folgosa | | | | | | 154 | | | | 0,0 |
| Gemunde | 1 | | 20 | | 20 | 211 | 20 | 20 | 100,0 | 9,5 |
| Gondim | | 1 | | 14 | 14 | 87 | 14 | 12 | 116,7 | 16,1 |
| Gueifães | 4 | 1 | 91 | 35 | 126 | 437 | 25 | 143 | 88,1 | 28,8 |
| Maia | 1 | 1 | 28 | 34 | 62 | 496 | 31 | 64 | 96,9 | 12,5 |
| Milheirós | 1 | 1 | 48 | 35 | 83 | 164 | 42 | 83 | 100,0 | 50,6 |
| Moreira | 1 | 2 | n.d | 70 | 70 | 480 | 23 | 135 | 51,9 | 14,6 |
| Noqueira | | 1 | | 35 | 35 | 222 | 35 | 35 | 100,0 | 15,8 |
| Pedrouços | | 2 | | 60 | 60 | 464 | 30 | 60 | 100,0 | 12,9 |
| S. M. Avioso | | 1 | | 35 | 35 | 172 | 35 | 35 | 100,0 | 20,3 |
| S. P. Avioso | | | | | | 113 | | | | 0,0 |
| S. P. Fins | | 1 | | 35 | 35 | 82 | 35 | 35 | 100,0 | 42,7 |
| Silva Escura | | | | | | 92 | | | | 0,0 |
| V. N. Telha | 2 | | 41 | | 41 | 220 | 21 | 60 | 68,3 | 18,6 |
| Vermoim | 4 | 1 | 92 | 50 | 142 | 758 | 28 | 163 | 87,1 | 18,7 |
| Total | 21 | 15 | 485 | 530 | 1015 | 5596 | 28 | 1174 | 86,5 | 18,1 |

Fonte: DEASJ e www.cartasocial.pt¹⁶

Quadro 27. Oferta Creches, 2010

Relativamente à oferta destinada a crianças dos 0 aos 3 anos, considera-se importante incluir no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território o indicador relativo às designadas "Amas"¹⁷, serviço pago pela segurança social, e que consubstancia uma alternativa ao sistema de educação convencional. De acordo com informação recolhida pelo Departamento de Educação, Juventude e Acção Social da Câmara Municipal, junto da Segurança Social, em 2010 existia no concelho um total de 18 amas, que acolhiam um total de 77 crianças, verificando-se uma média de cerca de 4 crianças por ama.

¹⁶ O DEASJ forneceu os dados relativos às IPSS, enquanto os dados da oferta privada foram recolhidos junto da Carta Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

¹⁷ AMA - Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais (Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)

As **ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES** (doravante designadas apenas por ATL) são uma valência de âmbito social que se destina a proporcionar actividades de animação sócio-cultural a crianças a partir dos 6 anos e a jovens, oferecendo uma vasta gama de actividades.

Muito embora este tipo de valência esteja em declínio fruto da aposta na escola a tempo inteiro, no concelho da Maia, em 2010, ainda existiam 3 ATL's de entidades privadas e 6 ATL's que integram IPSS's (em 2004 os ATL's de índole privada eram 16, das IPSS eram 5 e Públicos eram 16, esta última oferta deixou de existir).

Numa distribuição por freguesia, a Maia destaca-se como sendo a que apresenta um maior número de ATL's, designadamente 4, correspondendo a cerca de 44% dos equipamentos existentes no concelho.

| Espaço Geográfico | N.º ATL | | | N.º de Crianças | | |
|-------------------|----------|----------|----------|-----------------|------------|------------|
| | Part. | IPSS | Total | Part | IPSS | Total |
| Águas Santas | | | | | | |
| Barca | 1 | | 1 | n.d | | n.d |
| Folgosa | | | | | | |
| Gemunde | | | | | | |
| Gondim | | | | | | |
| Gueifães | | 2 | 2 | | 50 | 50 |
| Maia | 2 | 2 | 4 | 59 | 145 | 204 |
| Milheirós | | | | | | |
| Moreira | | | | | | |
| Nogueira | | | | | | |
| Pedrouços | | 1 | 1 | 75 | | 75 |
| S. M. Avioso | | | | | | |
| S. P. Avioso | | | | | | |
| S. P. Fins | | | | | | |
| Silva Escura | | | | | | |
| V. N. Telha | | | | | | |
| Vermoim | | 1 | 1 | | 28 | 28 |
| Total | 3 | 6 | 9 | 134 | 223 | 357 |

Fonte: DEASJ e www.cartasocial.pt¹⁸

Quadro 28. Oferta ATL's, 2010

Nos ATL's existentes no concelho estavam integradas 357 crianças, valor bastante mais reduzido do que registado em 2004 (1428 crianças). A distribuição das crianças de acordo com a entidade acompanha a própria distribuição e presença dos ATL a nível concelhio. Desta forma, 37,5% das crianças inscritas nos ATL inseriam-se nos estabelecimentos de carácter privado, seguindo-se as crianças matriculadas nos ATL das IPSS (62,5%).

No que diz respeito ao número médio de crianças por estabelecimento verifica-se que a média concelhia se cifrava nas 39,6 crianças por ATL. O valor mais elevado registava-se na freguesia de Pedrouços, com 75 crianças por estabelecimento. Comparativamente com 2004 verifica-se um crescimento do número médio de crianças por ATL (43,3 em 2004).

Considerando as projecções da população residente na faixa etária dos 6 aos 14 anos para 2010, a taxa de cobertura média concelhia é de 2,4%, sendo que se se considerar apenas as crianças dos 6 aos 9 anos a taxa de cobertura dos ATL's é de 5,6%.

¹⁸ O DEASJ forneceu os dados relativos às IPSS, enquanto os dados da oferta privada foram recolhidos junto da Carta Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Comparativamente com 2004, a taxa de cobertura sofreu um declínio significativo, período em que o valor registado era de 11,8% e de 26,9%, respectivamente para as crianças com 6 a 14 anos e 6 a 9 anos.

Relativamente à valência de **LAR DE CRIANÇAS E JOVENS**, a Fundação Lar Evangélico Português, situada na freguesia de Águas Santas, é a única instituição no concelho da Maia que acolhe crianças/jovens. A sua área de influência transcende o panorama concelhio, acolhendo crianças e/ou jovens de todo o país.

Em 2010, estavam a residir no lar 42 crianças/jovens, mas o protocolo que esta instituição possui com a Segurança Social é para uma capacidade máxima instalada de 68 crianças, apresentando, assim, uma taxa de ocupação de 61,8% (a qual diminui comparativamente com 2004, em que a taxa de ocupação era de 95%).

Relativamente à valência de **CAT – Centro de Acolhimento Temporário**, existe actualmente uma instituição no concelho, instalada na freguesia de Vila Nova da Telha, que contava, em 2010, com um total de 23 utentes. Considerando que a capacidade máxima instalada é de 22 utentes, o mesmo apresenta uma taxa de ocupação superior a 100%.

A existência deste centro reflecte uma melhoria na tipologia de valências disponíveis no concelho, uma vez que a mesma não existia à data da elaboração da Carta Social do PDM. No entanto, deve-se referir que tratando-se de um equipamento social destinado ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção, a procura por este tipo de serviço não é constante.

No âmbito dos serviços e equipamentos de reabilitação e integração de pessoas com deficiência, o concelho da Maia está dotado das seguintes valências, designadamente Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial de Acolhimento Temporário, bem como a prestação de serviço público de transporte de pessoas com deficiência.

Relativamente aos **CENTROS DE ACTIVIDADE OCUPACIONAIS** (CAO), no concelho da Maia existem duas instituições que prestam este tipo de apoio a pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente a APPACDM, com estabelecimentos na freguesia de S. P. Avioso e de Vermoim, e a Criança Diferente, sita em Milheirós, ambas IPSS. O número de utentes dos Centros de Actividades Ocupacionais é de 65 pessoas, sendo que 47 estão na APPACDM e 18 na Criança Diferente.

Relativamente a 2004, o número de centros existentes no concelho mantém-se igual, tendo-se assistido apenas a um ligeiro decréscimo do n.º de utentes (registou-se um total de 67 utentes em 2004).

Com uma capacidade de acolhimento total de 63 pessoas portadoras de deficiência, as instituições existentes no concelho que dão apoio a pessoas com deficiência apresentam uma taxa de ocupação ligeiramente superior a 100%.

Apesar da taxa de ocupação se apresentar elevada, não é possível discernir a carência deste tipo de equipamento pois não conhecemos a real procura que existe.

Considerando a meta de aumentar a capacidade dos centros de actividades ocupacionais para pessoas com deficiência em 10% até 2009, definida para Portugal, no âmbito do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, no período de 2004 a 2009 no concelho da Maia não se assistiu a um aumento na capacidade dos centros existentes, pelo que, em termos gerais, o concelho não contribuiu para o cumprimento desta meta nacional.

Quanto à valência de **LAR RESIDENCIAL DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO** para pessoas portadores de deficiência, no concelho da Maia apenas a instituição “A Criança Diferente” presta este tipo de resposta social, em simultâneo com o Centro de Actividades Ocupacionais.

Actualmente, o lar residencial, de carácter temporário, abrange um total de 10 utentes. Segundo os critérios de programação e dimensionamento, este tipo de equipamento deveria constituir-se em unidades residenciais que conseguissem suportar cerca de 10/12 jovens ou adultos com deficiência, desde que as instalações apresentem as devidas condições a uma plena vivência. Assim, este estabelecimento apresentando uma capacidade máxima de 10 utentes regista uma taxa de ocupação de 100%.

A evolução dos indicadores relativos a Lar de Apoio, designadamente n.º de estabelecimentos e n.º de utentes, permanece igual ao verificado em 2004.

Apesar de até ao momento não se ter registado um crescimento da oferta de serviços de apoio às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano do QREN 2007/2013 foi aprovado uma candidatura da APPACDM, que prevê a disponibilização de mais 30 vagas para Centro de Actividades Ocupacionais, de 30 vagas para o Serviço de Apoio Domiciliário e de 24 vagas para Lar Residencial, o que se traduzirá num crescimento considerável da oferta existente, indo de encontro ao objectivo definido na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), publicada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2010, de 14 de Dezembro.

Relativamente ao serviço de transporte público de pessoas com deficiência, e de acordo com dados recolhidos na Carta Social disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, no concelho, este tipo de serviço é prestado pela Santa Casa da Misericórdia, dispondo de uma capacidade para 13 utentes, sendo, no entanto o número de utentes abrangido por este serviço claramente superior (13 utentes). Este indicador integrou a monitorização apenas em 2010, pelo que, não é possível avaliar a evolução do mesmo.

A Câmara Municipal da Maia assegura também o transporte de pessoas com deficiência nas deslocações diárias casa-escola. De acordo com informação prestada pelo Departamento de Trânsito e Transporte beneficiam deste serviço cerca de 94 crianças.

Os equipamentos de apoio a idosos podem ter integrados várias valências, nomeadamente centro de convívio, centro de dia, lar de idosos, serviço de apoio domiciliário e apoio domiciliário integrado, o qual passaremos a analisar individualmente.

Relativamente aos **CENTROS DE CONVÍVIO**, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Educação e Acção Social, para além do Centro Social e Paroquial da Maia, já em funcionamento, existem actualmente mais 3 centros de convívio em funcionamento, designadamente o centro de convívio de Folgosa (a funcionar nas instalações

da antiga casa paroquial) e um Centro de Convívio em Vilar de Luz da Associação Resgatando Vidas, os quais funcionam de forma informal, e bem ainda o Centro de Convívio de S. Pedro de Fins e o Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Pedrouços, inaugurados apenas em 2010.

Em 2010, frequentavam este serviço um total de 45 utentes (estando o valor subavaliado uma vez que foi disponibilizada informação relativa aos utentes a frequentar três centros de convívio), registando-se, ainda assim, um ligeiro acréscimo relativamente a 2004 (43 utentes).

Assim, considerando o número de utentes dos Centros de Convívio da Maia, o concelho apresenta uma taxa de cobertura de apenas 0,29% da população com 65 ou mais anos estimada para 2010, verificando-se uma ligeira redução relativamente à cobertura verificada em 2004 (0,31%).

No que diz respeito à valência de **CENTRO DE DIA**, a mesma apresenta uma maior frequência no espaço concelhio, existindo, em 2010, no concelho, um total de 15 equipamentos sociais com a valência de centro de dia, observando-se um crescimento da oferta relativamente aos anos transactos, nos quais apenas se registou a existência de 11 centros de dia.

Relativamente à distribuição desta valência pelos espaços infra-concelhios, a freguesia de Pedrouços apresenta uma clara supremacia da existência deste tipo de equipamentos em relação às demais freguesias do concelho.

Estavam inscritos nos Centros de Dia do concelho cerca de 307 utentes, pelo que, se verifica para 2010 uma taxa de utilização de 77,9%, verificando-se uma taxa de utilização ligeiramente superior à registada em 2004, quando o n.º de utentes eram 267 e a respectiva taxa de utilização dos centros de dia era de 77,8%

Os centros de dia do concelho são frequentados por cerca de 2% da população residente no concelho com 65 ou mais anos. No entanto, se considerarmos a capacidade instalada dos centros de dia os mesmos poderiam albergar cerca de 2,5% da população estimada, para 2010, com 65 ou mais anos. Em relação a 2004 verifica-se que a taxa de cobertura mantém estabilizada (em 2004 representava 2,10% da população com 65 ou mais anos).

| Espaço Geográfico | Centros de Dia | | | Capacidade | Utentes | | | Taxa Utilização | Taxa de Cobertura | Taxa Efectiva Cobertura | Pop. 65 ou + anos (2009) |
|-------------------|----------------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|------------|-----------------|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| | Part. | IPSS | Total | | Part. | IPSS | Total | | | | |
| Águas Santas | | 1 | 1 | 40 | | 40 | 40 | 100,0 | 1,33 | 1,33 | 3009 |
| Barca | | | | | | | | | | | 396 |
| Folgosa | | | | | | | | | | | 488 |
| Gemunde | | | | | | | | | | | 550 |
| Gondim | | | | | | | | | | | 235 |
| Gueifães | | 1 | 1 | 35 | | 35 | 35 | 100,0 | 2,14 | 2,14 | 1638 |
| Maia | | 1 | 1 | 40 | | 24 | 24 | 60,0 | 4,01 | 2,40 | 998 |
| Milheirós | | 1 | 1 | 20 | | 21 | 21 | 105,0 | 3,41 | 3,58 | 586 |
| Moreira | | 2 | 2 | 60 | | 45 | 45 | 75,0 | 4,29 | 3,21 | 1400 |
| Noqueira | 1 | | 1 | 4 | 3 | | 3 | 75,0 | 0,63 | 0,47 | 639 |
| Pedrouços | 3 | 3 | 6 | 150 | 12 | 81 | 93 | 62,0 | 7,51 | 4,65 | 1998 |
| S. M. Avioso | | 1 | 1 | 20 | | 27 | 27 | 135,0 | 4,84 | 6,54 | 413 |
| S. P. Avioso | | | | | | | | | | | 396 |
| S. P. Fins | | | | | | | | | | | 244 |
| Silva Escura | | 1 | 1 | 25 | | 19 | 19 | 76,0 | 8,31 | 6,31 | 301 |
| V. N. Telha | | | | | | | | | | | 1369 |
| Vermoim | | | | | | | | | | | 660 |
| Total | 4 | 11 | 15 | 394 | 15 | 292 | 307 | 77,9 | 2,57 | 2,00 | 15320 |

Fonte: DEASJ e www.cartasocial.pt

Quadro 29. Oferta Centros de Dia, 2010

No que diz respeito aos **LARES PARA IDOSOS**, num total de 12 no concelho (quase o dobro do registado em 2004) constata-se igualmente uma maior presença na freguesia de Pedrouços.

Actualmente, os lares existentes no concelho apresentam uma capacidade máxima instalada de 312 idosos, sendo que o número total de utentes a frequentar este tipo de serviço era de 328 idosos, o que confere uma taxa de utilização superior a 100%.

Considerando a capacidade dos equipamentos, a taxa de cobertura da população com 75 ou mais anos era, em 2010, de 5,48%, crescendo para 5,76%, quando se tem em conta apenas a referência ao número de utentes inscritos. A taxa de cobertura efectiva aumentou face a 2004, período em que a mesma correspondia a 4,1% da população com 75 ou mais anos.

| Espaço Geográfico | Lares | | | Capacidade | Utentes | | | Taxa Utilização | Taxa de Cobertura | Taxa Efectiva Cobertura | Pop. 75 ou + anos |
|-------------------|----------|----------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| | Part. | IPSS | Total | | Part. | IPSS | Total | | | | |
| Águas Santas | | 3 | 3 | 84 | | 110 | 110 | 130,95 | 7,68 | 10,05 | 1094 |
| Barca | | | | | | | | | | | 130 |
| Folgosa | | | | | | | | | | | 180 |
| Gemunde | | | | | | | | | | | 199 |
| Gondim | | | | | | | | | | | 88 |
| Gueifães | | 1 | 1 | 50 | | 44 | 44 | 88,00 | 8,29 | 7,30 | 603 |
| Maia | | | 1 | 50 | | 49 | 49 | 98,00 | 12,99 | 12,73 | 385 |
| Milheirós | | | | | | | | | | | 227 |
| Moreira | | | | | | | | | | | 519 |
| Nogueira | 1 | | 1 | 9 | 9 | | 9 | 100,00 | 3,91 | 3,91 | 230 |
| Pedrouços | 4 | 1 | 5 | 112 | 87 | 23 | 110 | 98,21 | 14,76 | 14,49 | 759 |
| S. M. Avioso | | | | | | | | | | | 164 |
| S. P. Avioso | | | | | | | | | | | 148 |
| S. P. Fins | | | | | | | | | | | 101 |
| Silva Escura | | | | | | | | | | | 134 |
| V. N. Telha | 1 | | 1 | 7 | 6 | | 6 | 85,71 | 2,92 | 2,50 | 240 |
| Vermoim | | | | | | | | | | | 496 |
| Total | 6 | 5 | 12 | 312 | 102 | 226 | 328 | 105,13 | 5,48 | 5,76 | 5697 |

Fonte: DEASJ e www.cartasocial.pt

Quadro 30. Oferta Lares, 2010

Para além destas valências, é ainda prestada pela Santa Casa da Misericórdia da Maia um serviço designado por Apoio Domiciliário Integrado, que tem capacidade para prestar serviço a 12 utentes, sendo que, em 2010, o mesmo era prestado a 12 utentes.

No âmbito do apoio a pessoas idosas, existe ainda o Serviço de Apoio Domiciliário, sendo que, em 2010, eram abrangidos pelo serviço de apoio domiciliário, das 12 instituições com esta valência existentes no concelho, cerca de 278 utentes, correspondendo a um número de utentes relativamente inferior à capacidade de resposta (492 utentes).

De acordo com a Carta Social de Portugal, datada de 2009, elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a média nacional da taxa de cobertura conjunta da oferta de resposta sociais para idosos (Centros de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e de Lares de Idosos) era de 11,9% da população com 65 ou mais anos.

A Maia com uma taxa de cobertura total das valências para as pessoas idosas, considerando a população estimada para 2009 com 65 ou mais anos, de 6,27% encontra-se abaixo dos valores registados a nível nacional.

No que diz respeito à execução dos equipamentos inseridos na tipologia de equipamentos sociais previstos na Carta de Programação e Execução do PDM, verifica-se que, até 2010, está em curso a construção de um equipamento em área destinada a equipamento social, correspondendo, assim, a uma **execução parcial de 8%**. No entanto, o equipamento em construção trata-se de um equipamento de educação e não de um equipamento social conforme previsto do PDM, designadamente ATL, face à necessidade de deslocalizar a escola EB1/JI da Gandra e o Polidesportivo da Gandra, no âmbito das obras de alargamento da A4, por questões de proximidade física e de disponibilidade de terreno propôs-se a localização no terreno para o qual estava pensado a construção de um ATL.

Pese embora a execução ao nível dos equipamentos inseridos na tipologia de Acção Social seja reduzida, quer com nível 1, quer com nível 2 e 3 de prioridade, no âmbito da oferta privada foram criados em 2010 mais dois lares para idosos no concelho (Nogueira e Vila Nova da Telha).

Paralelamente, no âmbito do programa Pares 2 e 3 e do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do QREN 2007-2013 foram aprovados projectos de IPSS – Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, com vista à criação de valências de apoio às crianças (creche e jardim-de-infância), de apoio às pessoas com deficiência (Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial) e de apoio às pessoas idosas (Centro de Dia, Lares e Serviço de Apoio Domiciliário), muitos dos quais já foram executados ou estão em curso, conforme quadro seguinte.

| IPSS | Candidaturas Aprovadas | | |
|--|--|-------------------|--|
| | PARES 2 | PARES 3 | POPH |
| Centro Social e Paroq. de Águas Santas | Creche – 54 vagas | - | - |
| Fundação Pão de Açúcar Auchan | Creche – 66 vagas Jardim-de-infância – 75 vagas | - | - |
| ASMAN | Creche – 66 vagas Centro de Dia – 60 vagas SAD – 50 vagas | - | - |
| Santa Casa da Misericórdia da Maia | Centro de Dia – 10 vagas SAD – 14 vagas Lar de Idosos – 14 vagas | Creche – 58 vagas | - |
| APPACDM | - | - | CAO – 30 vagas SAD – 30 vagas Lar residencial – 24 vagas |
| Abrigo N. Sra. da Esperança | - | - | Lar de Idosos – 57 vagas |
| Lar de Santo António | - | - | Lar de Idosos – 14 vagas |
| O Amanhã da Criança | - | - | Centro de Dia – 50 vagas SAD – 75 vagas Lar de Idosos – 60 vagas |

Fonte: DEASJ

Quadro 31. Candidaturas Aprovadas

Desportivos

Actualmente o desenvolvimento do parque desportivo do concelho está fortemente marcado por uma difusão de polidesportivos/parques desportivos (30%), seguindo-se o grupo de equipamentos incluídos na tipologia de Ginásios e Salas (22%, ainda que muitos correspondam a ginásios de índole privada, existe também um conjunto significativo de salas integradas nos complexos desportivos municipais), e bem ainda os grandes campos de jogos (15%). No total existem 134 equipamentos desportivos artificiais, registando-se um acréscimo em relação ao valor base da Carta Desportiva, elaborada no âmbito da revisão do PDM, em que o n.º de equipamentos era 124.

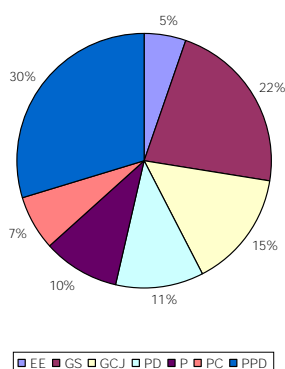


Figura 11. Tipologia Equipamentos Desportivos¹⁹

Numa distribuição dos equipamentos desportivos por freguesia, a freguesia de Águas Santas é a que apresenta uma maior supremacia, com 19% dos equipamentos de base existentes.

A Cidade da Maia, constituída pelo agrupamento de três freguesias (Gueifães, Maia e Vermoim) apresenta um total de 33 equipamentos de base, correspondendo a cerca de 1/4 dos equipamentos existentes no concelho.

Pelo contrário, às freguesias de Gondim, Barca e Silva Escura corresponde o valor mais reduzido de equipamentos desportivos de base, o que traduz a baixa pressão demográfica destas unidades territoriais.

| Freguesia | População Residente | Recintos | Área Desportiva Útil (m ²) | Índices | |
|-----------------------|---------------------|------------|--|---------------|-------------------|
| | 2009 | | | N.º | N.º hab./ recinto |
| Águas Santas | 29.996 | 25 | 23676,78 | 1199,84 | 0,79 |
| Barca | 3.290 | 2 | 5736,73 | 1645,0 | 1,74 |
| Folgosa | 4.280 | 9 | 109557,87 | 475,6 | 25,60 |
| Gemunde | 5.661 | 7 | 15137 | 808,7 | 2,67 |
| Gondim | 2.292 | 1 | 7516,8 | 2292,0 | 3,28 |
| Gueifães | 13.700 | 7 | 4769,93 | 1957,1 | 0,35 |
| Maia | 11.661 | 9 | 4403,73 | 1295,7 | 0,38 |
| Milheirós | 5.034 | 4 | 7365,73 | 1258,5 | 1,46 |
| Moreira | 12.213 | 16 | 15891,99 | 763,3 | 1,30 |
| Nogueira | 5.320 | 4 | 11032,75 | 1330,0 | 2,07 |
| Pedrouços | 14.099 | 10 | 31992,26 | 1409,9 | 2,27 |
| S. Maria Avioso | 3.992 | 7 | 6055,09 | 570,3 | 1,52 |
| S. Pedro Avioso | 3.123 | 3 | 968 | 1041,0 | 0,31 |
| S. Pedro Fins | 2.184 | 5 | 9621,47 | 436,8 | 4,41 |
| Silva Escura | 2.510 | 2 | 14384,8 | 1255,0 | 5,73 |
| V. N. Telha | 6.377 | 6 | 18757,22 | 1062,8 | 2,94 |
| Vermoim | 16.961 | 17 | 43101,04 | 997,7 | 2,54 |
| Cidade da Maia | 42.322 | 33 | 52.275 | 1282,5 | 1,24 |
| Total | 142.693 | 134 | 329.969 | 1064,9 | 2,31 |

Quadro 32. Oferta equipamentos desportivos, 2009

Tendo em conta que as projecções da população residente em 2009 apontam para um total de 142693 habitantes, actualmente o concelho da Maia apresenta uma média de 1065 habitantes por equipamento desportivo.

Os critérios de programação e dimensionamento dos equipamentos desportivos (DGOTDU) definem um rácio de 4m² de superfície desportiva útil por habitante.

¹⁹ EE – Espaços Especiais, GS – Ginásios e Salas, GCJ – Grandes Campos de Jogos, PD – Pavilhões Desportivos, P – Piscinas, PC – Pistas e Circuitos, PPD – Polidesportivos e Parques Desportivos.

Em 2007, o concelho da Maia apresentava um índice de 1,75 m² de superfície desportiva útil por cada habitante, apresentando-se como um índice muito baixo em relação ao limiar pretendido. Em 2009, e considerando os 134 equipamentos desportivos de base existentes (com uma Superfície Desportiva Útil de aproximadamente 329.969 m²), passou-se a registar uma área desportiva útil de 2,31 m² por habitante.

Durante o ano de 2009 desenvolveram-se importantes investimentos ao nível da construção e requalificação do parque desportivo existente, designadamente pela construção de mais polidesportivos.

No que diz respeito aos equipamentos desportivos foram já executados o Pavilhão desportivo da Maia, o Pavilhão desportivo na Ribela (Sta. Maria Avioso), as piscinas descobertas de Santa Maria de Avioso, o Polidesportivo na área afectada ao Pavilhão Desportivo em V. N. da Telha, conforme nota de rodapé, e o Pavilhão Desportivo em Pedrouços.

No âmbito da construção da 1.ª fase do Parque Urbano dos Maninhos foi executado parcialmente o parque pedonal II, freguesia de Vermoim.

Relativamente aos equipamentos desportivos com nível 2 e 3 de priorização foi já executado o equipamento identificado com o código D35 – Pequeno Campo de Jogos, em Águas Santas.

Assim, resulta uma execução de **16% dos equipamentos previstos no PDM, sendo que 3% dos equipamentos foram executados parcialmente, faltando a execução de 81%.**

Outros Equipamentos

Para além dos equipamentos abordados nos relatórios sectoriais (educação, desporto, saúde e social), no âmbito da proposta de revisão do PDM propôs-se a execução de uma série de equipamentos de diversas tipologias, designadamente de Segurança e Protecção Civil e dos Culturais e Centros Cívicos, cujo nível de execução se apresentam de seguida.

Os equipamentos de segurança e protecção civil existentes no concelho continuam a ser, em termos absolutos, os mesmos que existiam à data de elaboração dos trabalhos de revisão do PDM. No entanto, desde então, observou-se a desactivação do quartel da GNR existente no centro da Maia e a respectiva deslocalização para um novo edifício na freguesia de S. P. de Avioso.

Dos equipamentos incluídos na tipologia de Culturais e Centros Cívicos observa-se um decréscimo apenas no n.º de equipamentos culturais, devido ao encerramento do Museu Automóvel a funcionar no Parque Central.

| N.º | PDM Maia – Acções | Nível Prioridade | Fase de Execução | Fonte Financiamento |
|------|--|------------------|------------------|---------------------|
| SP01 | Bombeiros em Pedrouços | 1 | | |
| CC01 | Ampliação do Jardim Zoológico da Maia | 1 | Em Curso | |
| CC03 | Ampliação do Centro Cívico de Águas Santas | 1 | Em Curso | |

Quadro 33. Equipamentos Propostos com Nível 1 de Prioridade

Da análise do quadro anterior, verificamos que estão já a decorrer os trabalhos inerentes à concretização das propostas do PDM de Ampliação do Jardim Zoológico da Maia e de ampliação do Centro Cívico de Águas Santas.

No que diz respeito à execução dos equipamentos públicos previstos por tipologia de equipamento verifica-se que a execução dos equipamentos de serviço público e cultura/centros cívicos correspondeu a 0%, estando, no entanto, em curso a construção de cerca de 67% dos equipamentos nesta tipologia com nível 1 de prioridade.

| N.º | PDM Maia – Acções | Nível Prioridade | Fase de Execução | Fonte Financiamento | Observações |
|------|---|------------------|------------------|---------------------|---------------------|
| SP02 | Posto da PSP em Moreira | 3 | | | |
| CC02 | Equipamento Cultural em Vermoim | 3 | | | Universidade Sénior |
| CC04 | Ampliação do Cemitério de Santa Maria de Avioso | 3 | | | |
| CC05 | Ampliação do Cemitério de Silva Escura | 2 | | | |
| CC06 | Ampliação do Cemitério de Moreira | 3 | | | |
| CC07 | Ampliação do Cemitério de Pedrouços | 3 | | | |
| CC08 | Ampliação do Cemitério de São Pedro Avioso | 2 | | | |

Quadro 34. Equipamentos Propostos com Nível 2 e 3 de Prioridade

Relativamente aos restantes equipamentos públicos com nível 2 e 3 de priorização ainda não está em execução a construção de qualquer tipo de equipamento.

g. Património

Em termos de **património edificado**, este compreende, para o caso da Maia, o património edificado classificado e em vias de classificação. Assim, como Património Classificado, temos a Igreja de N. Senhora do Ó, em Águas Santas e o Marco Milário, o qual foi trasladado para o Museu Etnológico da Maia como medida de preservação do mesmo; e como Património em Vias de Classificação encontra-se o Conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira.

Para além do património classificado e em vias de classificação, no âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a uma actualização dos imóveis arrolados como Património Edificado, na Carta de Ordenamento – Património Edificado foram registados 436 elementos, dentro dos quais edifícios religiosos, edifícios civis, pontes, edifícios escolares, tanques, entre outros.

Após a publicação do PDM, e no que diz respeito aos **Imóveis classificados e em vias de classificação**, não foram avançados quaisquer tipo de acções com vista à classificação de imóveis, nem foram submetidas a acções de valorização e protecção patrimonial nenhuma zonas integradas no património construído.

De acordo com informação prestada pelo Gabinete de Arqueologia a não realização de acções relativas ao património edificado resultou de o trabalho em 2010 ter sido direccionado para escavação arqueológica de emergência num loteamento.

Como o ordenamento paisagístico do concelho também passa pela preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da protecção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitectónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando os mesmos numa rede de percursos pedonais definiu-se como indicador de avaliação do cumprimento do objectivo do PDM e das recomendações de sustentabilidade definidas na avaliação ambiental os Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação, Imóveis arrolados como de interesse municipal

convertidos para turismo rural e Imóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação (turismo rural).

Os indicadores previstos igualmente neste tema (Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação, Imóveis arrolados como de interesse municipal convertidos para turismo rural, Imóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação - turismo rural) , não são objecto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Quanto à Carta de **Património Arqueológico**, parte integrante da carta de Ordenamento do PDM em vigor, foram inventariados 51 sítios/vestigios arqueológicos.

Assim, e relativamente às **Áreas abrangidas pelas zonas de protecção arqueológica**, durante o ano de 2009 os trabalhos de prospecção arqueológica incidiram nas freguesias de Silva Escura e Barca. Nesta última, foram detectadas as primeiras evidências de artefactos cerâmicos da Idade do Bronze no cume do Monte de Santa Cruz. Este facto, juntamente com a referência realizada nas memórias paroquiais sobre a existência de uma muralha em talude de terra, cuja origem é atribuída aos Mouros ou Cristãos, justificam a delimitação da zona protecção arqueológica definida no processo de revisão do Plano Director Municipal. Já em 2010 foram realizadas 12 saídas para trabalhos arqueológicos de prospecção, com a adição de novos sítios para a Carta Arqueológica.

No que diz respeito às **áreas de património arqueológico submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial** realizaram-se, em 2009, acções de valorização e preservação da Mamoa 5 do Leandro. As medidas de valorização realizadas na Mamoa 5 do Leandro consistiram em acções a limpeza de matos e lixeiras na envolvente deste monumento. Foram ainda efectuadas acções de consolidação das estruturas arqueológicas assim como o aterro das valas abertas.

Durante o ano de 2010 foram submetidas duas zonas a acções de valorização patrimonial, concretamente o sítio arqueológico do Barroso, Nogueira da Maia (escavações arqueológicas que abrangeram 900 m²) e na mamoa do Leandro (trabalhos de limpeza, sinalização de segurança e monitorização).

Para além destas acções concretas em **áreas de valorização e protecção do património arqueológico**, desenvolveram-se, em 2009, outras medidas que tendiam ao cumprimento deste objectivo, designadamente: Semana Aberta da Arqueologia e Cedência de Peças para a Exposição "Rio Leça, Rio de Memória".

h. Síntese da Avaliação

Apresenta-se, de seguida, quadros sínteses de avaliação do Tema III – Povoamento, com a evolução dos indicadores apresentados nos respectivos sub-temas definidos.

A evolução da oferta de novos edifícios e novos alojamentos permite observar um crescimento mais acentuado na primeira década em análise e menos relevante entre 2001 e 2009. Ainda assim, são observados valores positivos, mantendo-se a Maia como o principal concelho da AMP a contribuir para o crescimento do n.º de alojamentos e edifícios.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Habitação

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---------------------------------------|---|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| N.º de Alojamentos | Crescente | 48.744 (2001) | 60.837 (2009) | ▲ | MT_02 MT_04 |
| Taxa Crescimento Alojamentos | Superior média AMP | 60,36 (1991-2001) | 25,5 (2001-2009) | ▲ | MT_02 MT_04 |
| Densidade Habitacional (fogos/ha) | Maior crescimento freguesias urbanas | 5,9 (2001) | 7,3 (2009) | n.a | MT_02 MT_04 |
| N.º médio de habitantes por fogo | n.d. | 2,4 (2001) | 2,5 (2009) | n.a | MT_02 MT_04 |
| N.º Edifícios | Crescente | 24675 (2001) | 26755 (2009) | ▲ | MT_02 MT_04 |
| Taxa Crescimento Edifícios | Superior média AMP | 24,49 (1991-2001) | 8,4 (2001-2009) | ▲ | MT_02 MT_04 |
| N.º médio alojamentos/edifício | n.d. | 2,0 (2001) | 2,3 (2009) | n.a | MT_02 MT_04 |
| N.º fogos Habitação Social | n.d. | n.a | 2453 (2010) | n.a | FA_01 |
| N.º Fogos Habitação Social Atribuídos | n.d. | n.a | 2379 (2010) | n.a | FA_01 |
| N.º de pedidos de Habitação Social | n.d. | n.a | 301 (2010) | n.a | FA_01 |

Quadro 35. Síntese – Tema III Povoamento (Habitação)

Julga-se que num próximo relatório já seja possível integrar a avaliação dos indicadores relativos à evolução urbanística.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Evolução Urbanística

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| Processos de operações urbanísticas por categoria e subcategoria de espaço | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Processos de operações urbanísticas em UOPG's | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Processos de operações urbanísticas em UOPG's (requalificação de áreas já urbanizadas) | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Processos de operações urbanísticas em UOPG's (ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do artigo 105.º)) | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana (entrada processo e obras concluídas) | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| N.º de fogos construídos | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Percentagem de novos fogos construídos em solo rural | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Área do solo impermeabilizada (ha) | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |
| Percentagem de área do concelho impermeabilizada | n.d. | n.a | n.d | n.a | MT_02 MT_04 |

Quadro 36. Síntese – Tema III Povoamento (Evolução Urbanística)

Julga-se num próximo relatório já ser possível integrar a avaliação dos indicadores relativos à garantia da coesão urbana, designadamente área urbana consolidada e respectiva evolução e deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no concelho e licenciamento de unidades industriais.

Levantamento das unidades industriais deficientemente localizadas no concelho e criação de incentivos à deslocalização. No que diz respeito à criação de incentivos o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas (art. 4.º - Isenções, Dispensas e Reduções) define que ficam dispensadas de pagamento total ou parcial da Taxa Municipal de Urbanização as pessoas singulares ou colectivas que realizem operações urbanísticas que promovam a transferência de actividades industriais ou de armazenagem, devidamente licenciadas, com

evidentes impactes ambientais negativos, existentes em áreas residenciais, para áreas empresariais, previstas em PMOT's.

Quanto às intervenções em áreas de RAN e de REN conducentes a uma maior dispersão urbana verifica-se uma evolução positiva do indicador relativo à emissão de parecer a pedidos de inutilização de solo agrícola. Conquanto o n.º de pedidos de intervenção em REN tenha aumentado em 2010, e daí a evolução negativa, as acções previstas realizar traduzem acções de valorização do ecossistema designadamente pela regularização e desassoreamento dos leitos dos cursos de água.

Tema III - Povoamento Sub-tema - Coesão Urbana

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| Área Urbana Consolidada (ha) | Crescente | - | n.d. | n.a | MT_02 MT_04 |
| Taxa Crescimento da Área Urbana Consolidada (%) | Aumento > 25% até 2015 | - | n.d. | n.a | MT_02 MT_04 |
| N.º de Processos em Área Urbana Consolidada (n.º/ha) | Crescente | - | n.d. | n.a | MT_02 MT_04 |
| Pedidos de Inutilização de Solo Agrícola | n.d. | - | 8 (2009) 4 (2010) | ▲ | MT_02 MT_04 |
| Processos de operações urbanísticas em RAN | n.d. | - | n.d. | n.a | MT_02 MT_04 |
| Área do solo inutilizada - construção infra-estruturas | n.d. | - | 6427,95 | n.a | FA_08 |
| Análise a pedidos de Intervenção em REN | n.d. | - | 1 (2009) 5 (2010) | ▼ ⁽¹⁾ | MT_04 AU_01 |
| Processos de operações urbanísticas em REN | n.d. | - | n.d. | n.a | MT_04 AU_01 |
| Intervenções em REN - Outros usos e acções | n.d. | - | 1 -300 m2 (2010) | | MT_04 AU_01 |
| Licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem | Crescente | - | n.d. | n.a | MT_04 AU_01 |
| Deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no território | Crescente | - | n.d. | n.a | MT_04 AU_01 |

(1) - evolução negativa deve-se ao aumento do n.º de pedidos de intervenção. No entanto, as acções previstas realizar traduzem acções de valorização do ecossistema designadamente pela regularização e desassoreamento dos leitos dos cursos de água.

Quadro 37. Síntese – Tema III Povoamento (Coesão Urbana)

A evolução positiva dos indicadores relativos ao número de planos e de unidades de execução em vigor e/ou em elaboração dá cumprimento ao objectivo previsto no Plano Director Municipal de recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão activa e concertada e bem ainda à promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território municipal.

Tema III - Povoamento
Sub-tema - Desenho Urbano

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|-----------|---------------------------|---|-----------------------|----------------|
| N.º PU e PP em solo Urbano em vigor | Crescente | - | 1/41,4 ha (2010) | ▲ | AU_04 OP_02 |
| N.º de PP em solo Rural em vigor | Crescente | - | 0 (2010) | ▶ | AU_04 OP_02 |
| N.º PP's em elaboração | Crescente | - | 1/27,5 ha (2010) | ▶ | AU_04 OP_02 |
| Área do concelho abrangida por PP em vigor (%) | Crescente | - | 0,5 (2010) | ▲ | AU_04 OP_02 |
| Solo urbano abrangido por PP em vigor (%) | Crescente | - | 0,9 (2010) | ▲ | AU_04 OP_02 |
| Área do concelho abrangida por PP em elaboração (%) | Crescente | - | 0,3 (2010) | ▶ | AU_04 OP_02 |
| % de solo urbano abrangido por PP em elaboração | Crescente | - | 0,6 (2010) | ▶ | AU_04 OP_02 |
| N.º de UOPG's em execução | Crescente | - | 9 (2010) | ▲ | AU_04 OP_02 |
| Grau de concretização das UOPG's | Crescente | - | Executado - 3% Em Elaboração - 14% (2010) | ▲ | AU_04 OP_02 |
| N.º de Operações de Loteamento | n.d | - | 37 (2010) | n.a | AU_04 OP_02 |

Quadro 38. Síntese – Tema III Povoamento (Desenho Urbano)

Quanto ao património observa-se apenas uma evolução positiva dos indicadores relativos ao património arqueológico pela realização de novas prospecções e bem ainda de medidas de protecção e valorização patrimonial, pelo que, deve-se:

- Realizar acções de divulgação do património cultural e arqueológico para uma pedagogia da identidade cultural
- Dos imóveis, conjuntos e sítios arrolados no processo de revisão do PDM, deve ser realizada a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerados de interesse municipal, assegurando por este meio a sua manutenção e recuperação.
- Promover utilizações ligadas ao turismo rural ou outras actividades do património que potencie a sua dinamização.

Tema III - Povoamento
Sub-tema - Património

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-----------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Imóveis classificados e em vias de classificação | Crescente | 2 (2008) | 2 (2010) | ▶ | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial (Património Edificado) | Crescente | - | 0 (2010) | ▶ | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação | Crescente | - | n.d | n.a | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Imóveis arrolados como de interesse municipal convertidos para turismo rural | Crescente | - | n.d | n.a | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Imóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação (turismo rural) | Crescente | - | n.d | n.a | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Prospecções em áreas de património arqueológico | Crescente | - | 12 (2010) | ▲ | OP_01 OP_03 FA_07 |
| Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial (Património Arqueológico) | Crescente | - | 2 (2010) | ▲ | OP_01 OP_03 FA_07 |

Quadro 39. Síntese – Tema III Povoamento (Património)

Não sendo da responsabilidade autárquica a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, é crucial o conhecimento da realidade, com vista ao desenvolvimento das acções com vista à promoção da melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados aos munícipes, considerando-se que face aos indicadores apresentados devem ser implementadas medidas conducentes à:

- promoção da rede de cuidados secundários no concelho, que até ao momento é inexistente;
- persecução, junto do Ministério da saúde, da importância de concretizar o equipamento de saúde previsto no PDM para a área geográfica das freguesias de São Pedro de Fins e Folgosa, permitindo que os utentes destas freguesias não tenham que se deslocar aos Unidades de Saúde de Águas Santas e Pedrouços;
- implementação por parte do Pelouro da Saúde de acções de fomento à garantia da aproximação aos dados de referência definidos para os indicadores relativos à saúde, designadamente melhoria do rácio do n.º de médicos por habitante para a meta nacional definida.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Saúde

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|------------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| Unidades Saúde | n.d | 9 | 3 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Unidades de Saúde Familiar (USF) | n.d | 0 | 8 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Outros Serviços SNS | n.d | n.a. | 3 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Centros Saúde | n.d | 109372 (2008) | 119436 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Médicos Medicina Geral e Familiar | Crescente | 52 (2008) | 74 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º de Enfermeiros | Crescente | n.a. | 80 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Médicos por 1000 Habitante | 60 médicos/100 mil hab. | 0,43 (2008) | 0,52 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Enfermeiros por 1000 habitante | 500 enfermeiros/100 mil hab. | n.a. | 0,56 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Grau de concretização de equipamentos de saúde previstos PDM | Crescente | n.a. | 0% (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 |

Quadro 40. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Saúde)

Tendo presente o diagnóstico efectuado sobre a oferta e procura de equipamento de ensino existente no município da Maia que serviu de suporte para a definição das orientações estratégicas e concretas fundamentadas pela Carta Educativa da Maia (homologada em 2007) e a informação estatística actualizada que constam deste relatório, deve-se referir, em primeiro lugar, a importância que deve ser assumida pelo Departamento de Educação na actualização regular dos indicadores da Carta Educativa relativos não só à oferta pública mas também à oferta privada, que como observado tem evoluído positivamente no concelho. Ainda que a gestão destes estabelecimentos não seja da gestão/domínio municipal, é preciso tomar consciência que o conhecimento da realidade quanto aos mesmos, designadamente oferta e procura, é essencial no âmbito da programação e reprogramação da rede educativa municipal.

Da análise do quadro seguinte ressalva-se a evolução positiva dos indicadores relativos à oferta e da procura dos equipamentos públicos de ensino, fruto da forte aposta da Autarquia desenvolvida nos últimos anos na construção de novos centros escolares e da requalificação e beneficiação de estabelecimentos existentes, o que permitiu dar cumprimento à meta nacional de implementar a escola a tempo inteiro.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Educação

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|-----------|--|--|-----------------------|----------------|
| Jardins-de-Infância Públicos (n.º) | Crescente | 34 (2004) | 37 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Jardins-de-Infância Privados (n.º) | Crescente | 21 (2004) | 16 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| Jardins-de-Infância IPSS (n.º) | Crescente | 17 (2004) | 17 (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças JI Públicos | Crescente | 1237 (2004) | 1709 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças JI privados | Crescente | 676 (2004) | 576 (2009) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças JI IPSS | Crescente | 720 (2004) | 1209 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação JI Públicos | 100% | 93,4 (2004) | 81,38 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação JI Privados | 100% | 81,9 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação JI IPSS | 100% | 64 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Cobertura Educação Pré-Escolar | 30% | 57,1 (2004) | 57,1 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Escolas 1.º CEB Públicas | Crescente | 42 (2004) | 40 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Escolas 1.º CEB Privadas | Crescente | 2 (2004) | 3 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º alunos EB1 Públicas | Crescente | 4975 (2004) | 4996 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º alunos EB1 Privadas | Crescente | 326 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Salas EB1 Públicas | Crescente | 152 (2004) | 2403 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Salas EB1 Privadas | Crescente | 12 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Escolas Regime Normal | 100% | 17 (2004) | 40 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Escolas Regime Desdobramento | 0% | 27 (2004) | 0 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação EB1 Públicas | 100% | 130,9 (2004) | 86,7 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação EB1 Privadas | 100% | 108,7 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Escolarização EB1 | 100% | 91,3 (2004) | 77,7 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| N.º de equipamentos existentes nas escolas EB1 e JI por tipologia | Crescente | Bibliotecas - 21 Mediateca - 3 Centro Recursos - 3 Sala Professores - 27 Refeitório - 62 Cozinha - 41 SALAS ATL - 17 (2004) | Biblioteca - 12 Sala Informática - 16 Sala Expressões - 8 Sala U.I.E. - 8 Espaço para Act. Físicas - 14 Refeitório - 43 Cozinha - 14 Polivalente - 13 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Escolas EB 2/3 e Sec. | Crescente | 10 (2004) | 11 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º alunos EB 2/3 e Sec. | Crescente | 8648 (2004) | 9061 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Salas EB2/3 e Sec. | Crescente | 239 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Ocupação Escolas EB2/3 e Sec. | 100% | 105 (2004) | n.d | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Escolarização EB2/3 e Sec. | 100% | 69,7 (2004) | 66,0 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| Grau de concretização equipamentos de educação previstos PDM | Crescente | n.a | 86% (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |

Quadro 41. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Educação)

No que diz respeito aos equipamentos sociais ressalva-se, em primeiro lugar, a inexistência de valores de referência para metas de taxa de cobertura dos respectivos equipamentos, propondo-se, por parte do Departamento de Educação, Acção Social e Juventude, a definição de metas de taxas de cobertura adaptadas à realidade concelhia.

Assim, não foi possível avaliar a evolução da maioria dos indicadores apresentados no que diz respeito ao cumprimento das metas de referência, com excepção das valências de creche, ATL e Centro de Actividades Ocupacionais.

A evolução descendente da oferta e frequência de ATL's foi considerado como positiva face ao objectivo de implementar a escola a tempo inteiro.

Muito embora se observe um decréscimo da capacidade dos Centros de Actividades Ocupacionais que contraria a meta nacional de aumento da oferta, certo é que face aos projectos aprovados no âmbito do QREN e do PARES assistir-se-á, a curto prazo, a um aumento do n.º de vagas existentes nesta valência.

Relativamente à taxa de cobertura das creches do concelho, a mesma encontra-se aquém da meta dos 30% definidos a nível europeu e adoptada pelo Governo de Portugal, devendo ser promovidas acções de fomento da utilização da valência de creche por parte das crianças até aos 3 anos.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Sociais

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| N.º Creches - IPSS | Crescente | 16 (2004) | 15 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| N.º Creches - Particular | Crescente | 20 (2004) | 21 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças Creches - IPSS | Crescente | 521 (2004) | 530 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças Creches - Particular | Crescente | 361 (2004) | 485 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa de Utilização - Creches | 100% | 70,3% (2004) | 86,5% (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa de Cobertura - Creches | 30% | 19,1% (2004) | 18,1% (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| N.º de Amas da Segurança Social | n.d | n.a | 18 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º de crianças - Amas da Segurança Social | n.d | n.a | 77 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º ATL's - Privados | Decrescente | 8 (2004) | 3 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º ATL's - IPSS | Decrescente | 9 (2004) | 6 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º ATL's - Públicos | Decrescente | 16 (2004) | 0 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças ATL's Privados | Decrescente | 247 (2004) | 134 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças ATL's IPSS | Decrescente | 404 (2004) | 223 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| N.º Crianças ATL's Públicos | Decrescente | 807 (2004) | 0 (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa Cobertura (6 aos 14 anos) | Decrescente | 11,8% (2004) | 2,6% (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Taxa de Cobertura (6 aos 9 anos) | Decrescente | 26,9% (2004) | 5,6% (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Lar Crianças e Jovens | n.d | 1 (2004) | 1 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Lar Crianças e Jovens | n.d | 65 (2004) | 42 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| CAT - Centro de Acolhimento Temporário | n.d | 0 (2004) | 1 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |

Quadro 42. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Social)

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Sociais

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|--|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| N.º Utentes Centro Acolhimento Temporário | n.d | 0 (2004) | 23 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Centro Actividades Ocupacionais | n.d | 3 (2004) | 3 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Capacidade dos CAO | Aumentar capacidade em 10% até 2009 (SIDS) | 67 (2004) | 63 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Centro Actividades Ocupacionais | Crescente | 67 (2004) | 65 (2010) | ▼ | MT_01 AU_01 |
| Lar Residencial de Pessoas Deficiência | n.d | 1 (2004) | 1 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Lar Residencial | n.d | 10 (2004) | 10 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Transporte Público de Pessoas com Deficiência - Entidades | n.d | n.a | 1 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Transporte Público de Pessoas com Deficiência - Capacidade | n.d | n.a | 13 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Transporte Público de Pessoas com Deficiência - Utentes | n.d | n.a | 22 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Centro de Convívio | n.d | 1 (2004) | 5 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Centro Convívio | n.d | 43 (2004) | 45 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa cobertura centro convívio | n.d | 0,31% (2004) | 0,29% (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Centros de Dia | n.d | 11 (2004) | 15 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Centros de Dia | n.d | 267 (2004) | 307 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Utilização Centros de Dia | n.d | 77,8% (2004) | 77,9% (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa Cobertura Centros de Dia | n.d | 2,10% (2004) | 2,0% (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Lares de Idosos | n.d | 7 (2004) | 12 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º Utentes Lares de Idosos | n.d | 194 (2004) | 328 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa de Utilização Lares de Idosos | n.d | 96,5% (2004) | 105,13% (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Taxa de Cobertura Lares de Idosos | n.d | 4,1% (2004) | 5,76% (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Apoio Domiciliário Integrado | n.d | n.a | 1 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Apoio Domiciliário Integrado - Utentes | n.d | n.a | 12 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Serviço de Apoio Domiciliário | Aumento capacidade Serviço de Apoio Domiciliário (ENDEF 2011-2013) | n.a | 13 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Serviço de Apoio Domiciliário - Utentes | n.d | n.a | 328 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Grau de Concretização dos Equipamentos Sociais - PDM | Crescente | n.a | 0% (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 |

Quadro 42. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Social) (Cont.)

A aposta na construção de novos equipamentos desportivos traduziu-se no crescimento da Superfície Desportiva Útil dos Equipamentos Desportivos existente no concelho e no respectivo rácio da área desportiva útil por habitante.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Desporto

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-----------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| Equipamentos Desportivos - Total | n.d | 124 (2007) | 134 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Espaços Especiais | n.d | 6 (2007) | 7 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Ginásios e Salas | n.d | 30 (2007) | 30 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Grandes Campos de Jogos | n.d | 20 (2007) | 20 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Pavilhões Desportivos | n.d | 14 (2007) | 15 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Piscinas | n.d | 12 (2007) | 13 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Pistas e Circuitos | n.d | 7 (2007) | 9 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Parques Desportivos e Polidesportivos | n.d | 35 (2007) | 40 (2009) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Superfície Desportiva Útil dos Equipamentos Desportivos | Crescente | 210240,8 (2007) | 329969 (2009) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Área desportiva útil por habitante | 4m ² /hab. | 1,75 (2007) | 2,31 (2009) | ▲ | MT_01 AU_01 |
| Grau de Concretização dos Equipamentos Desportivos - PDM | Crescente | n.a | 16% (2010) | ▲ | MT_01 AU_01 |

Quadro 43. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Desporto)

Da análise dos indicadores constantes do quadro seguinte relativos à existência de equipamentos não especificados nas categorias anteriores ressalva-se a inexistência de evolução para os mesmos.

Tema III - Povoamento

Sub-tema - Equipamentos Outros

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|-----------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| N.º de Equipamentos Culturais e Cívicos | n.d | 27 (2008) | 26 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º de Unidades de PSP e GNR | n.d | 5 (2008) | 5 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| N.º de Unidades de Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários | n.d | 4 (2008) | 4 (2010) | n.a | MT_01 AU_01 |
| Grau de Concretização dos Equipamentos - PDM | Crescente | n.a | 0% (2010) | ▶ | MT_01 AU_01 |

Quadro 44. Síntese – Tema III Povoamento (Equipamentos - Outros)

5.4. Tema IV - Ambiente

a. Estrutura Ecológica Urbana

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-N), no âmbito da análise ao sistema biofísico define que se deve avaliar a valorização ambiental e a sustentabilidade do território através da área integrada na estrutura ecológica urbana, definindo como meta uma variação sempre positiva tendo como referência o primeiro ano de monitorização do Plano.

Assim, a Estrutura Ecológica Urbana é definida com uma estrutura que visa garantir o equilíbrio ecológico do processo de transformação do território em meio urbano, assegurando a articulação criteriosa com os ecossistemas envolventes, indispensáveis à qualidade de vida, integrando, assim, as seguintes sub-categorias de solo urbano:

- i. Áreas Verdes de Utilização Colectiva
- ii. Áreas Naturais
- iii. Áreas Verdes de Enquadramento
- iv. Áreas Verdes Mistas

Integram ainda a estrutura ecológica urbana as áreas verdes públicas resultantes de novas intervenções e que não estão previstas na Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo, podendo assumir o estatuto das áreas anteriores, bem como os Jardins e Matas de Valor Paisagístico ou Ambiental que, não sendo uma sub-categoria de solo urbano, compreende uma adjectivação do mesmo, abrangendo as quintas e jardins que pela sua composição arquitectónica e vegetal são relevantes na valorização do tecido urbano e promotores da preservação da identidade cultural do concelho.

Por se tratar de uma estrutura em meio urbano, a estrutura ecológica urbana deve ser encarada como um equipamento colectivo, indispensável à obtenção de determinado nível de qualidade de vida.

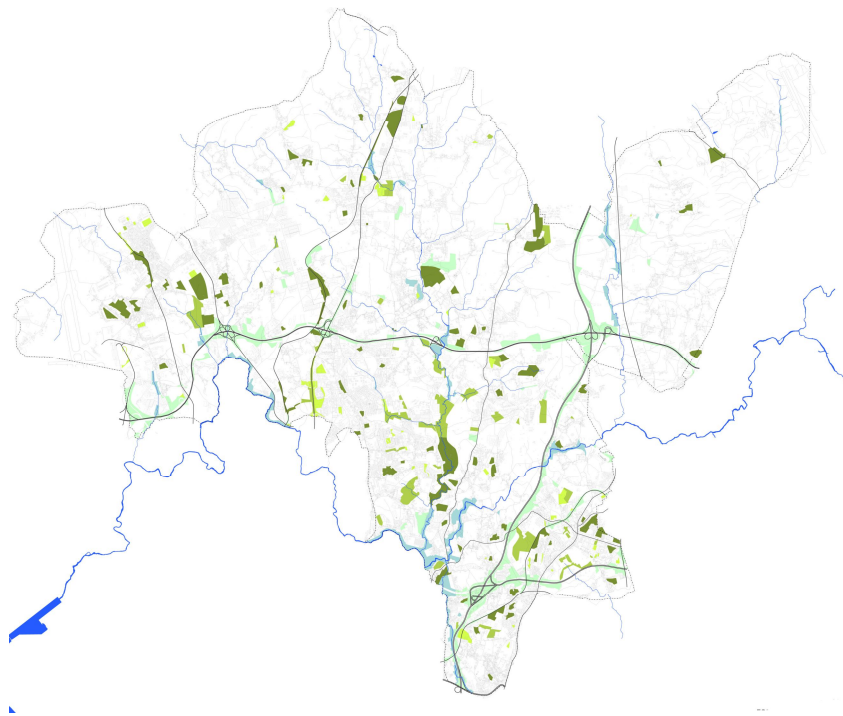


Figura 12. Estrutura Ecológica Urbana

A proposta do PDM define uma **estrutura ecológica urbana com cerca de 627,6 ha**, destacando-se a categoria de área verde de enquadramento com 203,9 ha.

A estrutura ecológica urbana delimitada, isto é, a percentagem de área do concelho destinada a áreas verdes, representa cerca de 7,5% da área total do município. Por outro lado, corresponde a 13,1% a percentagem de área urbana destinada a áreas verdes.

| Estrutura Ecológica Urbana | Representatividade na Área do Concelho | |
|--|--|------------|
| | hectares | % |
| Áreas Verdes de Utilização Colectiva Existente | 41,1 | 0,49 |
| Áreas Verdes de Utilização Colectiva Previstas | 107,7 | 1,28 |
| Áreas Naturais | 117,3 | 1,40 |
| Áreas Verdes de Enquadramento | 203,9 | 2,43 |
| Áreas Verdes Mistas | 157,6 | 1,88 |
| Total | 627,6 | 7,5 |

Quadro 45. Estrutura Ecológica Urbana, PDM 2009

b. Áreas verdes

Em **2010, os espaços verdes do município totalizavam uma área total de 1.382.276,53 m²**, com uma evolução positiva relativamente a 2008 (880.843,56 m²), a qual se ficou a dever, sobretudo, à construção de áreas verdes efectuadas pelo município durante 2009, mas também a um levantamento mais rigoroso das áreas verdes de usos público existentes no Município.

Atendendo a que o crescimento das áreas verdes de utilização colectiva no Município ficam a dever-se quer à construção de novos espaços verdes por iniciativa da Câmara Municipal quer às áreas verdes executadas no âmbito de processos de loteamento, constituindo indicadores definidos no âmbito da avaliação ambiental do PDM.

Em 2009, a maior parte das áreas verdes públicas executadas foram fora dos loteamentos (93.733,46m²), ainda que, cerca de 19.086,20 m² tenham sido executadas no âmbito de operações de loteamento, sendo que, em 2010, esse valor foi de 29.465,77 m² e 8903,54 m², respectivamente.

Tendo em conta a população residente em 2001, a área verde por habitante, em 2010, era de aproximadamente 11,51 m² de área verde por habitante (em 2008 correspondia a 7,3 m²/hab.).

No âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se à integração de diversas tipologias de espaços verdes na Cidade e nos aglomerados Satélite, designadamente através da integração nas zonas de urbanização programável em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que prevejam a existência destas tipologias de espaços verdes e definição da Estrutura Verde Secundária com capitações mínimas de espaço verde por habitante nas novas urbanizações.

Neste sentido, procedeu-se à programação de áreas verdes de utilização colectiva propostas no âmbito da estrutura ecológica urbana, a qual visa garantir o equilíbrio ecológico do processo de transformação do território em meio urbano, assegurando a articulação criteriosa com os ecossistemas envolventes, indispensáveis à qualidade de vida.

No âmbito das propostas de execução de novos espaços verdes públicos foram já executados a 1ª fase do Parque Urbano dos Maninhos; o Parque da Quinta da Pícuca (parte); o Parque de Cutamas, e o Parque da Travessa dos Maninhos.

Não obstante, a Câmara Municipal da Maia executou outros espaços verdes públicos que não estavam previstos no PDM, designadamente: Parque Urbano dos Amores, na freguesia de Pedrouços, Parque (Jardim) Nortecoope, na freguesia de Gueifães, bem como procedeu à reformulação do Parque Urbano do Novo Rumo (área que já estava contemplada no PDM como Área Verde Pública Existente).

Em simultâneo, está também em estudo o projecto de execução do designado Parque de Ponte de Moreira, na freguesia de Moreira, junto à ETAR de Moreira.

No que diz respeito às áreas verdes públicas previstas com nível 2 e 3 de prioridade, procedeu-se já à execução parcial das seguintes propostas: Parque do Mosteiro de Moreira, Ampliação da Quinta da Gruta e Monte de Santo António.

Do total de 33 espaços verdes previstos executar no âmbito do PDM, a Câmara Municipal **executou 3% dos equipamentos e está em execução ou já executou parcialmente 15% desses espaços**, restando a execução de cerca de 82% das áreas verdes previstas.

Por fim, importa avaliar o investimento de despesa com a protecção e gestão do ambiente efectuado pelo município.

Em 2009, o investimento total do município em acções de gestão e protecção do ambiente correspondeu a um total de cerca de 990.000,00 euros, designadamente em acções de educação e sensibilização ambiental, construção de espaços verdes públicos, arranjos paisagísticos, entre outros. **Quanto a 2010, verifica-se um decréscimo acentuado do investimento público em acções de protecção e gestão do ambiente (328.778,90 euros)**, representando menos de metade do investimento realizado em 2009.

Em ambos os anos destaca-se o investimento efectuado em Parques, Jardins e Arborização, sendo significativamente diminuto o investimento em Higiene e Limpeza Urbana e em Educação e Sensibilização Ambiental.

| Rubrica Plano Plurianual Investimento | 2009 | 2010 |
|--|---------------|---------------|
| Higiene e Limpeza Urbana | 1,85 | 0,04 |
| Parques, Jardins e Arborização | 56,94 | 92,29 |
| Ambiente Urbano | 40,39 | 7,47 |
| Educação e Sensibilização Ambiental | 0,83 | 0,20 |
| Total | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Dep. Finanças e Património

Quadro 46. Distribuição percentual do Investimento por rubrica do Plano Plurianual Investimento

c. Arborização de Arruamentos

Para além das áreas verdes propriamente ditas, assume também um papel importante a arborização de arruamentos, em termos ambientais e paisagístico das áreas urbanas, podendo assumir como parte integrante de corredores verdes/ecológicos que estabelecem a ligação entre espaços verdes.

Em 2009, a Câmara Municipal procedeu à arborização de um total de 44 arruamentos, correspondendo a um total de 509 exemplares de árvores implantados na rede viária municipal. Em 2010, verificou-se a arborização de um total de **14 arruamentos (115 árvores)**.

No âmbito do programa de execução do PDM foi proposta a arborização de alguns arruamentos, já existentes e novos, apresentando-se de seguida o grau de execução da arborização prevista no PDM.

No que diz respeito à execução das propostas de **arborização de arruamentos com nível 1 de prioridade (até final de 2011) verifica-se actualmente a execução total de 46% das acções, a execução parcial de 39% das acções, restando executar 15% do previsto.**

Relativamente à arborização de arruamentos com nível 2 e 3 de prioridade apenas se procedeu à arborização de parte do canal da Linha C do Metro do Porto (20%).

d. Seccionamento dos Ecossistemas

Subjacente aos objectivos principais do PDM está, sem dúvida, o princípio geral de evitar a fragmentação de ecossistemas e habitats através da manutenção de contínuos naturais.

Os ecossistemas mais relevantes neste concelho estão presentes nas áreas agrícolas, florestais, nas áreas adjacentes aos cursos de água – bastante associadas aos sistemas que compõem o domínio hídrico. Desta forma, os principais ecossistemas presentes no concelho da Maia traduzem-se nas seguintes categorias de espaços identificadas no PDM: Reserva Agrícola Nacional; Áreas Florestais de Protecção; Áreas Florestais de Produção; Áreas Florestais de Recreio e Lazer; Reserva Ecológica Nacional, cujo principal subsistema é o das Áreas Verdes de Protecção aos Recursos Naturais.

| Categoria de Solo | Representatividade na Área do Concelho | |
|-------------------------------------|--|--------------|
| | hectares | % |
| Áreas Agrícolas Fundamentais | 1283,5 | 15,28 |
| Áreas Florestais de Protecção | 696,4 | 8,29 |
| Áreas Florestais de Produção | 273,1 | 3,25 |
| Áreas Florestais de Recreio e Lazer | 168,8 | 2,01 |
| Reserva Ecológica Nacional | 546,4 | |
| Total | 2539,1 | 30,23 |

Quadro 47. Área dos Ecossistemas no concelho da Maia

Conforme apresentado no quadro anterior, verifica-se que os ecossistemas identificados abrangem uma área total de cerca de 2539 ha, representando, assim, aproximadamente 30% da área total do concelho. Não obstante o facto de no solo rural as áreas de REN serem coincidentes com outras categorias de solo, designadamente RAN e áreas florestais, tal como pode ser observado na imagem seguinte.

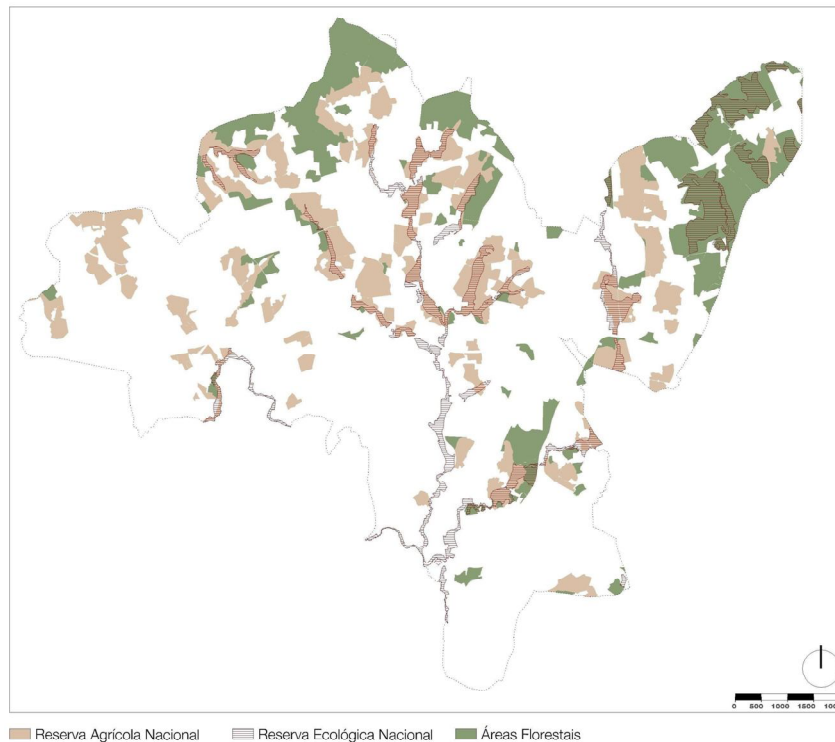


Figura 13. Carta com a identificação ecossistemas

Actualmente, desde a entrada em vigor do PDM de 2009 a construção da PS12 A, no âmbito das obras da Metro do Porto, traduziu-se na única construção de infra-estruturas de carácter rodo-ferroviário que conduziu à fragmentação de um ecossistema, designadamente RAN, num extensão de 273 m/l. Como já referido anteriormente ao nível das áreas de RAN inutilizadas, este fraccionamento do sistema abrangeu uma área de 6.472,95 m². Durante o ano de 2010 não se verificou qualquer tipo de construção conducente ao agravamento da fragmentação dos ecossistemas.

e. Recursos Hídricos

Relativamente aos recursos hídricos, definiu-se como indicadores a evolução da qualidade quer das águas superficiais quer das águas subterrâneas, o título de utilização dos recursos hídricos emitidos pela Administração da Região Hidrográfica do Norte e bem ainda o Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.

No que diz respeito à Qualidade das Águas Superficiais²⁰, de acordo com os dados disponibilizados pelo SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, só a partir de 2009 se obteve, na estação de Ponte de Moreira, a classificação na Classe A - Excelente, o que reflecte, de alguma forma, o esforço que tem vindo a ser feito pelo Município no sentido de inverter as classificações de Muito Má registadas no período entre 1995 a 2000 e em 2007.

²⁰ Águas Superficiais – águas interiores, com excepção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais (Lei da Água)

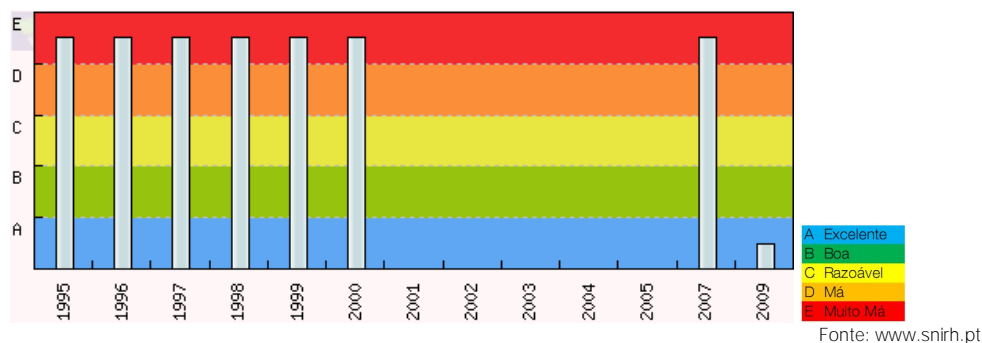


Figura 14. Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte de Moreira

Relativamente à Qualidade das Águas Subterrâneas²¹, previsto igualmente neste tema, não é objecto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

De acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a Lei da Água, completada com o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, a utilização dos recursos hídricos está sujeita à emissão de um título de utilização dos recursos hídricos por parte da ARH – Administração da Região Hidrográfica competente, cujo título a conceder poderá ser Autorização, Licença ou Concessão, conforme a utilização pretendida.

Assim, entendeu-se útil reunir informação relativamente às emissões de títulos de utilização dos recursos hídricos do concelho da Maia, sendo que, de acordo com a informação disponível, em 2009, foi emitido o título de autorização para construção de arruamento, parque de estacionamento e conduta de águas pluviais, abrangendo o Ribeiro de Pedras Rubras, sito na freguesia de Moreira.

Não se dispõe de informação adicional relativamente a outros possíveis títulos de utilização dos recursos hídricos.

No âmbito do factor ambiental designado por Recursos Hídricos definiu-se também como indicador o investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.

Durante o ano de 2009, não se verificou qualquer investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água. Quanto a 2010, o investimento municipal no ordenamento das margens dos cursos de água foi de 15.750, 00 euros, correspondendo a projectos de limpeza, desassoreamento e reconstrução de margens de leitos de linhas de água e seu tratamento paisagístico.

f. Flora

Tal como referido no Relatório Ambiental, a flora no Concelho da Maia está hoje bastante associada aos povoamentos florestais, pelo que, nesta componente será dado especial ênfase às áreas florestais e respectivos indicadores que permitem avaliar a evolução desta forma de ocupação do solo.

De acordo com a Carta de Ocupação do Solo do IGP – Instituto Geográfico do Exército, datado de 1990, correspondia a 2585 ha a área florestal existente no concelho da Maia, em que a ocupação florestal dominante é o

²¹ Águas Subterrâneas – todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto directo com o solo ou com o subsolo (Lei da Água)

pinheiro bravo e o eucalipto, caracterizando-se como espaços florestais pouco resistentes e resilientes aos incêndios florestais. Assim, à data correspondia a cerca de 31% a área do concelho coberta por floresta.

| <i>Espaços Florestais - COS 90</i> | Total (ha) | % |
|------------------------------------|---------------|------------|
| Eucalipto | 611 | 23,6 |
| Pinheiro Bravo | 1974 | 76,4 |
| Total | 2585 | 100 |

Fonte: Carta Ocupação do Solo COS'90 - IGP

Quadro 48. Áreas Florestais, 1990

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável propõe como um dos vectores estratégicos a gestão sustentável dos recursos florestais e a sua protecção adequada.

Com vista ao cumprimento do objectivo referido foram definidos no âmbito do processo de revisão do PDM espaços florestais que se caracterizam como áreas "de uso ou de vocação florestal dominante, destinados predominantemente ao aproveitamento dos recursos florestais e à salvaguarda do seu valor ambiental e paisagístico, assegurando a permanência da estrutura verde e do papel que desempenha na promoção das actividades de recreio e lazer da população do concelho, a preservação do relevo natural e a diversidade ecológica"(n.º 1 do art.º 38.º do regulamento PDM).

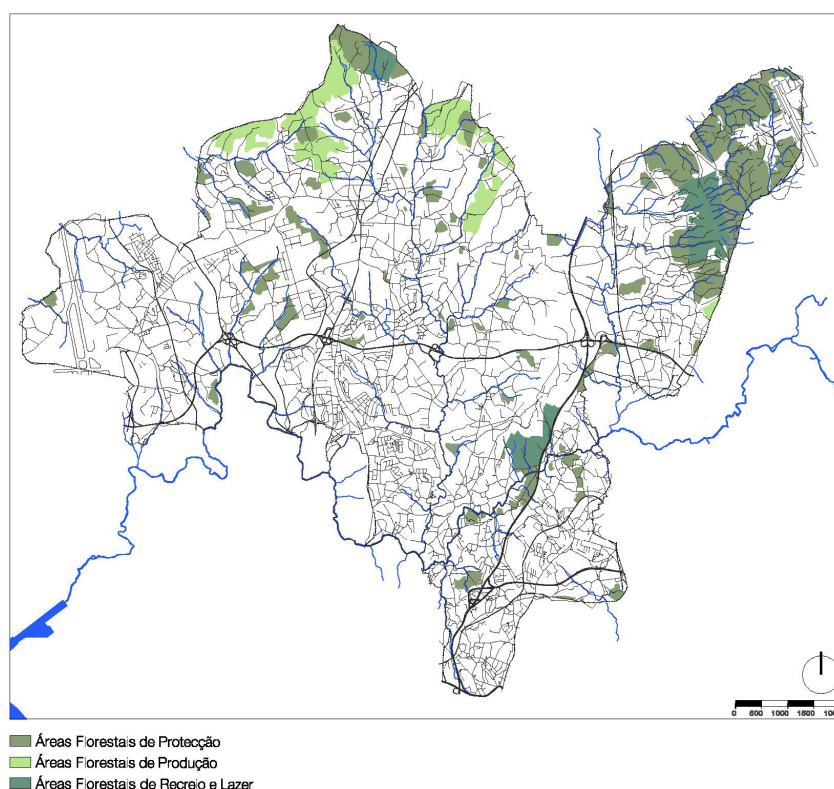


Figura 15. Áreas Florestais PDM 2009

De acordo com o definido no âmbito do processo de revisão do PDM, em 2009 na Maia corresponde a 1138,3 ha o território classificado nas diferentes categorias de solo referentes a Áreas Florestais, representando cerca de 13,5% da área total do concelho, dos quais 696,4 ha são Área Florestal de Protecção, 273,1ha são Áreas Florestais de

Produção e 168,8 ha são Áreas Florestais de Recreio e Lazer. Muito embora possam ainda persistir no concelho alguns povoamentos florestais classificados noutras categorias de uso do solo.

A área florestal delimitada no PDM apresenta-se como bastante mais diminuta relativamente à área florestal delimitada na Carta de Ocupação do Solo de 1990, o que traduz a forte dinâmica e pressão urbanística que o concelho sofreu nestas quase duas décadas.

Constituindo uma medida prioritária do PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e prevista no âmbito do Plano Tecnológico do Governo a implementação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Florestais (SNIRH) no período de 2007 a 2013, considera-se que com a implementação do mesmo será possível avaliar continuamente os espaços florestais existentes no concelho.

O objectivo principal da Estratégia Nacional para a Floresta (aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro) é a diminuição dos riscos às quais os espaços florestais são susceptíveis, designadamente a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais, pelo que se inclui como indicador neste ponto o n.º de fogos florestais e área florestal ardida.

De acordo com informação prestada por parte do Gabinete Técnico Florestal da Autarquia, no ano de 2009 registaram-se 166 fogos florestais, correspondendo a 25,17 ha da área florestal afectada por incêndios florestais, enquanto, em 2010, ocorreram 264 incêndios florestais e a área ardida correspondeu a 30,2 ha, correspondendo a 2,7% da área florestal do concelho.

De acordo com informação prestada pelo Gabinete Técnico Florestal, quer em 2009 quer em 2010, não se registou a realização de qualquer acção de requalificação ambiental da área florestal ardida nem a introdução de novas espécies por hectare com repercussões significativas ao nível do tipo de coberto vegetal existente no concelho.

g. Solo

O solo enquanto recursos essencial à vida (produção de alimentos indispensáveis à sobrevivência do homem e dos animais) assume particular importância na produção de bens alimentares, constituindo a actividade agrícola a função base do solo.

No concelho da Maia a actividade agrícola está em declínio como comprova a evolução negativa das empresas e da população activa por sector de actividade.

De acordo com os dados do último recenseamento agrícola, de 1999, a superfície agrícola útil do concelho correspondia a 1776 ha.

Em 1999, a Taxa de Abandono Agrícola (relação entre a superfície agrícola não utilizada (27ha) e a superfície agrícola total, 2593 ha) era de 1,04%.

A avaliação da evolução dos indicadores referidos anteriormente apenas pode ser efectuada após a disponibilização, por parte do Instituto Nacional de Estatística, dos dados do Recenseamento Agrícola de 2009, o que estava previsto ocorrer no último trimestre de 2010. Assim que os mesmos sejam divulgados proceder-se-á à devida actualização destes valores.

Quer no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio quer do actual QREN 2007-2013 não houve qualquer projecto em áreas de uso agrícola submetidos a projectos financiados pelo FEDER, o que traduz o escasso investimento nesta área.

Tendo em consideração que as principais ameaças sobre o solo são a erosão, a mineralização da matéria orgânica, redução da biodiversidade, a contaminação, a impermeabilização, a compactação, a salinização, o efeito degradante das cheias e dos desabamentos de terras, considera-se que o principal indicador de pressão sobre o solo no concelho da Maia prende-se sobretudo com a impermeabilização, que consiste na cobertura do solo pela construção de habitações, estradas e outras ocupações, reduzindo a superfície do solo disponível para realizar as suas funções, nomeadamente a absorção de águas pluviais.

Assim, a área do solo impermeabilizada apresenta-se como um indicador importante na avaliação da pressão urbanística do solo.

h. Poluição Sonora e Atmosférica

No âmbito do factor ambiental **ruído**, o principal objectivo do plano traduz-se na premissa de redução dos níveis de ruído nas zonas residenciais e zonas de lazer – cumprimento dos níveis de ruído impostos para as zonas sensíveis e mistas pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 7 de Janeiro, designadamente através da implementação de medidas de minimização do ruído.

Assim, importa referir que a população afectada por ruído ambiente exterior, ou seja, a população exposta a diferentes níveis de pressão sonora, incluindo níveis superiores aos limiares de incomodidade, de acordo com os dados disponíveis, que se reportam ao Mapa de Ruído elaborado no âmbito do processo de revisão do PDM, corresponde a:

Zona sensível:

Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%);

Período nocturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);

Zona Mista

Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%);

Período nocturno (Ln) – cerca de 20% (20,16%).

A actualização dos valores referentes à percentagem de população exposta a níveis de ruído superiores aos definidos no Regulamento Geral do Ruído será efectuada a cada 5 anos, por obrigatoriedade legislativa de revisão das cartas de ruído ao fim do período referido.

O indicador “Área afectada por níveis sonoros acima dos limites legais - Período diurno e período nocturno”, previsto igualmente neste tema, não é objecto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Para este sub-tema definiu-se também como indicador o número de **queixas recebidas relativamente ao ruído automóvel**. Assim, durante 2009, a Câmara Municipal recebeu um total de 6 queixas relativas ao nível de ruído provocado pelo tráfego, enquanto, em 2010, apenas foram recepcionadas na Autarquia um total de 3 exposições, indo de encontro à meta definida de redução do número de queixas recebidas.

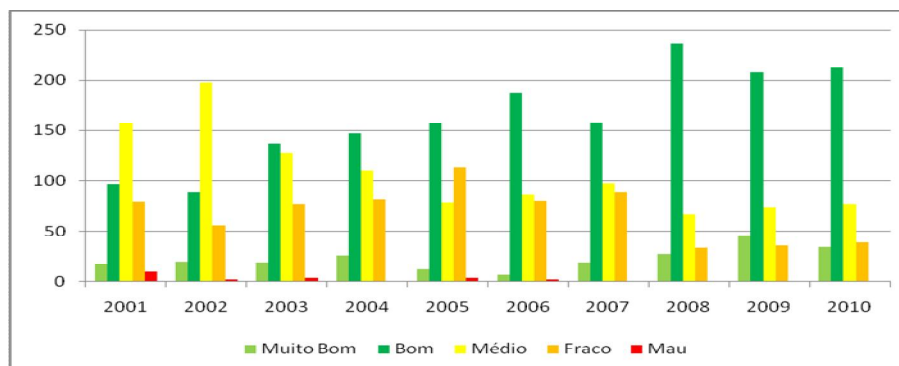
Como medidas de minimização do ruído encontra-se em desenvolvimento a 1ª Fase do Plano Municipal de Redução do Ruído. Assim, ainda não foram implementadas medidas de redução do ruído uma vez que só recentemente foram definidas as zonas de conflito.

No que diz respeito à **poluição atmosférica** considerou-se como indicador a avaliação da qualidade do ar, designadamente a evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Muito Bom, Bom, Médio, Fraco e Mau.

No concelho da Maia, e no âmbito do projecto Rede de Medida da Qualidade do Ar da Área Metropolitana do Porto, encontram-se instaladas um conjunto de estações de monitorização da qualidade do ar – cuja responsabilidade de recolha e tratamento de dados é cometida à CCDRN – que afere os valores de poluentes como o monóxido de azoto, o dióxido de azoto, o monóxido de carbono, dióxido de enxofre, ozono, chumbo e partículas, responsáveis por problemas de qualidade do ar e essencialmente associados ao tráfego automóvel.

As estações de monitorização da Qualidade do Ar do município estão integradas na zona do Porto Litoral, pelo que, relativamente à qualidade do ar apresenta-se a evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Muito Bom, Bom, Média, Fraca e Má dos dados disponíveis desde 2001 até 2010 para esta zona, cujo índice resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede.

Em 2010 verificou-se um crescimento acentuado do n.º de dias com o índice de qualidade do ar Bom e Muito Bom, relativamente aos anos de 2001 e 2002, pese embora o ligeiro decréscimo em relação a 2008 e 2009. Em 2010, correspondeu a cerca de 68% o n.º total de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom ou Bom.



Fonte: www.qualar.pt

Figura 16. Índice de Qualidade do Ar

No que diz respeito ao indicador emissão de gases com efeito de estufa será apresentado o valor relativo à avaliação das emissões de gases com origem antropogénica que contribuem para o efeito de estufa (apresentação do n.º total de excedências desagregadas por poluente e estação existente no concelho da Maia).

No que se refere ao n.º total de excedências pela totalidade dos poluentes observa-se um crescimento do n.º de excedências. Em 2008 observou-se um total de 169 excedências e, em 2009, esse valor foi já de 192.

Numa desagregação por poluente e estação, durante o ano de 2008, registaram um total de 45 excedências ao nível do poluente Partículas < 10; 10 excedências no poluente Dióxido de Azoto e 114 excedências no poluente Ozono (neste último caso apenas 22 excedências no limiar de protecção à saúde humana).

| Estação | N.º Excedências - 2008 | | | | | | N.º Excedências - 2009 | | | | | |
|-------------------------|------------------------|----------|-----------|-----------|----------|--------------------------|------------------------|----------|-----------|----------|----------|---|
| | PM 2.5 | SO2 | PM 10 | NO2 | CO | O3 | PM 2.5 | SO2 | PM 10 | NO2 | CO | O3 |
| Vermoim | - | 0 | 28 (a) | 0 | 0 | 7 (b) 6 (c) 42 (d) | - | 0 | 35 (a) | 0 | 0 | 11 (e) 11 (b) 13 (c) 5 (f) 50 (d) |
| V. N. da Telha | - | 0 | 17 (a) | 0 | 0 | 4 (b) 5 (c) 50 (d) | - | 0 | 11 (a) | 0 | 0 | 3 (b) 3 (c) 40 (d) |
| Águas Santas | - | 0 | - | 10 | 0 | - | - | 1 (g) | - | 9 (g) | 0 | 0 |
| Total | - | 0 | 45 | 10 | 0 | 114 | - | 1 | 46 | 9 | 0 | 136 |
| Excedências Máx. | | | 35 | 18 | | 25 | | | 35 | 18 | | 25 (a) |

(a) - Protecção da saúde humana - Base Diária

(b) - Protecção saúde Humana - Base Octo-Horária (Directiva 2002/3/CE) - 25 excedências máximas permitidas

(c) - Protecção saúde Humana - Base Octo-Horária (Portaria 623/96)

(d) - Protecção da Vegetação - Base Diária

(e) - Protecção Saúde Humana - Base Horária - Limiar de Informação à População

(f) - Protecção da Vegetação - Base Horária

(g) - Protecção Saúde Humana - Base Horária (DI 111/2002)

Fonte: www.qualar.pt

Quadro 49. N.º de excedências por poluente²² - 2008 e 2009

Já em 2009, registaram um total de 46 excedências ao nível do poluente Partículas < 10; 18 excedências no poluente Dióxido de Azoto e 136 excedências no poluente Ozono (neste último caso apenas 22 excedências no limiar de protecção à saúde humana). Contudo, quer em 2008 quer em 2009, em nenhuma das situações o valor de excedências dos diferentes ultrapassou o valor máximo de excedências permitido na respectiva legislação para a protecção da saúde humana.

i. Riscos Tecnológicos

Os **Risco Tecnológicos** no concelho da Maia estão maioritariamente associados a acidentes decorrentes da actividade industrial e do transporte de matérias perigosas, não se verificando a existência de riscos naturais significativos.

Como é sabido, o território do Concelho da Maia, compreende em si mesmo áreas consideráveis de implantação de actividade industrial. No que diz respeito à sua tipologia, esta actividade é bastante heterogénea e à qual poderão ser atribuídos diversos níveis de risco quer para o homem quer para o ambiente. Havendo registo de acidentes decorrentes desta actividade, os mesmos não se poderão considerar de grande magnitude, tendo os seus efeitos alguma preponderância devido à proximidade entre algumas actividades industriais e as zonas residenciais.

Assim, e de acordo com informação prestada por parte do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia, durante 2009 registaram-se apenas três acidentes viários envolvendo veículos que transportavam substâncias perigosas, sem grande magnitude e impacte no território e no ambiente, tendo-se registado o mesmo número de acidentes em 2010, num total de 6 acidentes.

No que diz respeito aos acidentes industriais, em 2009, verificaram-se três incêndios em unidades industriais, os quais tiveram todos lugar na Zona Industrial da Maia I, enquanto, em 2010, apenas se registaram dois acidentes industriais.

²² Poluentes: PM 2.5 – partículas < 2.5 µm; SO2 – Dióxido de Enxofre; PM 10 – Partículas <10 µm; NO2 – Dióxido de Azoto; CO – Monóxido de Carbono; O3 - Ozono

j. Infra-estruturas

Relativamente ao item infra-estruturas a análise pode ser efectuada ao nível da avaliação dos sistemas públicos de abastecimento de água, do sistema público de drenagem de águas residuais e da rede de recolha de resíduos sólidos urbanos.

No que diz respeito à **rede pública de abastecimento de água** a mesma corresponde a 100% do território concelhio, sendo que a população servida por **sistema público de abastecimento de água** representava, em 2010, 95% da população residente no concelho, verificando-se o cumprimento da meta estabelecida no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013) de 95% da população servida com sistema público de abastecimento de água.

Em 2010 correspondeu a **9.499.306 m³ o total de caudal de água captado** para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (o valor apresentado é estimado, dado que, em Jan. de 2011, ainda não se dispunha de resultados definitivos relativos a Dez. 2010). Toda a água fornecida pelo Sistema de Abastecimento Público, é adquirida na sua totalidade às empresas Águas do Douro e Paiva e Águas do Noroeste.

No entanto, o volume de água consumida foi ligeiramente inferior, registando-se um consumo total de água de 8.057.034 m³ durante o ano de 2010, traduzindo-se num consumo por habitante de cerca de 0,159 m³ de água.

Relativamente à **rede pública de drenagem de águas residuais**, o concelho da Maia possui três sistemas de drenagem (ETAR de Cambados, ETAR de Ponte de Moreira e ETAR de Parada), com uma capacidade instalada de 360.000 m³, sendo que a **população servida pelo sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais** corresponde a **89%, em 2010**, de acordo com dados disponibilizados pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.

Assim, verifica-se que o concelho está muito próximo de atingir a meta nacional definida no PEAASAR (2007-2013) que estabelece como valor de referência servir 90% da população do país com sistema públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em 2010, o volume de água residual drenada foi de 9.030.955 m³, sendo que o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR's) do concelho foi de 9.030.955 m³, verificando que o volume de água tratada correspondeu à totalidade de água drenada.

O Plano Nacional da Água define como objectivo a promoção da reutilização da água para fins qualitativamente menos exigentes, pelo que, se considerou a integração deste indicador no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território. No entanto, de acordo com informação disponibilizada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, em 2010, o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR's) do concelho não foi objecto de reutilização para outros fins menos exigentes.

Quanto à recolha de **resíduos sólidos** urbanos, em 2009, a mesma correspondeu a 59.959,20 kg, dos quais 77,33% diziam respeito a resíduos indiferenciados e 22,67% à recolha selectiva. Quanto ao ano de 2010, assistiu-se a um ligeiro crescimento do volume total de resíduos sólidos recolhidos no concelho (60.750,10 kg). No entanto, assistiu-se a um crescimento da recolha selectiva (23,81%), em detrimento da recolha de resíduos indiferenciados (76,19%).

De 2009 para 2010, assiste-se a um crescimento da captação diária de resíduos por habitante, não indo de encontro às metas nacionais de redução de 10%, do PPRU, ou de 1,4% (PERSU) da captação diária. No entanto, para o caso concreto do concelho da Maia verifica-se já uma produção de resíduos por habitante muito residual. Sendo de salientar que as metas nacionais foram definidas tendo em conta um valor de referência de produção de resíduos de 1,12 kg/hab./dia, em 2007, para Portugal Continental.

Em 2009 existiam 316 e em 2010 cerca de 321 ecopontos instalados no território municipal, verificando-se o cumprimento da meta definida de crescimento do n.º de ecopontos instalados.

| RESÍDUOS | 2009 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| TOTAL (Kg) | 59.959,20 | 60.750,10 |
| INDIFERENCIADOS (Kg) | 46.366,16 | 46.285,46 |
| SELECTIVOS (Kg) | 13.593,04 | 14.464,64 |
| % INDIFERENCIADOS | 77,33 | 76,19 |
| % SELECTIVOS | 22,67 | 23,81 |
| CAPITAÇÃO DIÁRIA GLOBAL (Kg/habitante/dia) | 0,00137 | 0,00139 |
| CAPITAÇÃO DIÁRIA INDIFERENCIADOS (Kg/habitante/dia) | 0,00106 | 0,00106 |
| CAPITAÇÃO DIÁRIA SELECTIVOS (Kg/habitante/dia) | 0,00031 | 0,00033 |

Quadro 50. Recolha de resíduos urbanos

No seguimento da política inovadora da Autarquia em matéria de Ambiente e de recolha de resíduos urbanos, em 2010, foi lançado pela Autarquia o "Projecto R+", projecto de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos para pessoas com deficiência.

A Área Infra-estruturada²³, indicador previsto igualmente neste tema, delimitada através de a execução de um buffer de 30 metros às vias servidas pelas infra-estruturas básicas, corresponde a 2.293 ha.

I. Síntese Avaliação

De seguida apresenta-se síntese de avaliação do Tema IV – Ambiente de acordo com os respectivos subtemas considerados anteriormente.

A evolução positiva do crescimento de áreas verdes e da arborização dos arruamentos do concelho traduz a existência de uma política de promoção da continuidade da estrutura verde concelhia na Cidade e de promoção de uma rede articulada e hierarquizada de espaços verdes de utilização colectiva, objectivos identificados no âmbito do PDM e dos objectivos de sustentabilidade da avaliação ambiental estratégica.

Tema IV – Ambiente
Sub-tema - Espaços Verdes

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|---|---------------------------|--|-----------------------|-----------|
| Estrutura Ecológica Urbana (ha) | PROT - N: Variação sempre positiva tendo como referência o primeiro ano de monitorização | 627,6 (2008) | 627,6 (2010) | | AU_03 |
| Percentagem de área do concelho destinada a áreas verdes | Futuro Sustentável – Plano Estratégico do Ambiente da AMP: em 2001 32% da área da AMP correspondia a áreas verdes | 7,5 (2008) | 7,5 (2010) | | AU_03 |
| Percentagem de área urbanizada destinadas a áreas verdes públicas | PROT-N - define que os espaços verdes de utilização colectiva devem corresponder a 10% das áreas a urbanizar | 13,1 (2008) | 13,1 (2010) | | AU_03 |
| Área Total das áreas verdes (m2) | Crescente | 880.843,56 (2008) | 1.382.276,53 (2010) | | AU_03 |
| Área verde de uso público executada fora de loteamentos (m2) | Não definida | 93.733,46 (2009) | 29.465,77 (2010) | n.a | AU_03 |
| Área verde de uso público executada dentro de loteamentos (m2) | Crescente | 19.086,20 (2009) | 8.903,54 (2010) | n.a | AU_03 |
| Capitação de espaços verdes (m2/hab.) | Declaração de Princípios da Quercus define 40 m2/hab, sendo de 30 m2/hab para a EVP e 10 m2/hab para a EVS | 7,33 (2008) | 11,51 (2010) | | AU_03 |
| Grau de concretização das áreas verdes previstas PDM | Crescente | n.a | Executado - 3% Em Execução/Exec. Parcialmente - 15% (2010) | | AU_03 |
| N.º de Ruas Arborizadas | Crescente | n.a | 14 (2010) | n.a | AU_03 |
| N.º de Árvores Plantadas | Crescente | n.a | 115 (2010) | n.a | AU_03 |
| Grau de concretização da arborização de arruamentos previstos | Crescente | n.a | Executado - 36% Em Execução/Exec. Parcialmente - 32% (2010) | | AU_03 |
| Investimento de despesa com a protecção e a gestão do ambiente | n.d | n.a | 328.778,90 (2010) | n.a | AU_03 |

Quadro 51. Síntese – Tema IV Ambiente (Espaços Verdes)

No que diz respeito à fragmentação dos ecossistemas que compõem a paisagem do concelho da Maia conclui-se que face à forte pressão urbanística e ao desenvolvimento da rede de mobilidade interna e regional, existe uma forte apetência para a fragmentação dos ecossistemas, constituindo a construção de infra-estruturas da rede de transportes o principal responsável pelo impacte. Assim, a este nível deve ser assegurado o cumprimento das recomendações presentes na Avaliação Ambiental do PDM, designadamente:

- Evitar a construção de infra-estruturas que contribuam para a fragmentação dos contínuos naturais estabelecidos. No caso de grandes infra-estruturas cuja construção seja inevitável, devem ser criadas condições apropriadas para o seu atravessamento pela fauna (atravessamentos para fauna e hidráulicas). Integração paisagística das infra-estruturas ou alteração do traçado do projecto.

²³ Área Infra-estruturada – áreas (faixas de terreno) adjacentes às vias dotadas das infra-estruturas urbanísticas básicas (via habilitante e redes públicas de abastecimento de água, de drenagem de esgotos e fornecimento de energia eléctrica).

- Atendendo a que estes valores estão incluídos sobretudo na estrutura ecológica em solo rural e que esta estabelece contínuos naturais não devem ser admitidas acções que possam pôr em causa a sua integridade biofísica.

Eixo IV - Ambiente

| Sub-tema - Fragmentação Ecossistemas | | | | | |
|--|------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
| M ² de sistema seccionado | n.d | - | 6.472,95 (2009) | n.a | FA_08 |
| Extensão do seccionamento dos ecossistemas (metros lineares) | n.d | - | 273 (2009) | n.a | FA_08 |

Quadro 52. Síntese – Tema IV Ambiente (Fragmentação Ecossistemas)

Deve-se atender às recomendações presentes na Avaliação Ambiental Estratégica relativo ao factor ambiental Recursos Hídricos com vista à melhoria do ordenamento paisagístico do concelho, designadamente:

- As zonas ameaçadas pelas cheias, adjacentes aos principais cursos de água do Concelho, são ainda áreas de elevada aptidão para a agricultura, devendo-se tirar partido desta aptidão natural e dos recursos biofísicos presentes, obtendo uma estrutura ecológica consistente.
- Os núcleos de vegetação dos corredores ripícolas são importantes no equilíbrio dos ecossistemas e sob o ponto de vista paisagístico, sendo necessária a sua protecção efectiva e o fomento da sua expansão, quer pelas suas espécies constituintes (vegetação autóctone salgueiros, amieiros, bordo, carvalhos e castanheiros), quer pelo seu papel ecológico e paisagístico incalculável.
- Na Cidade consolidada é essencial a salvaguarda das áreas de cheia para um período de retorno de 100 anos, pelo que deverá ser efectuado esse trabalho, bem como dar cumprimento às orientações definidas no Plano Director de Águas Pluviais no que concerne à drenagem de águas pluviais e intervenções em linhas de água na Cidade. É ainda fundamental restringir ao máximo a construção em leito de cheia.
- Interessa controlar a qualidade da água das sub-bacias das Ribeiras do Arquinho e Leandro, assim como controlar a expansão urbana e industrial de modo a não estrangular a rede hidrológica existente no Concelho.
- Deve ser adoptada uma política eficaz de fiscalização ao nível das intervenções nas margens dos recursos hídricos, de forma a evitar ocupações e utilizações indevidas.
- Melhoria da gestão dos sistemas de tratamento dos efluentes industriais, incentivando a adopção crescente de soluções conjuntas.
- Promoção das funções de protecção a recursos naturais em espaço urbano e peri – urbano, englobando linhas de água e outras zonas de fragilidade ecológica e ambiental a preservar.
- Devem ser desenvolvidas acções de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a actuação sobre os recursos hídricos.
- Os corredores ripícolas são da maior importância no equilíbrio dos ecossistemas do Concelho, quer pelas suas espécies constituintes (vegetação autóctone – salgueiros, amieiros, bordo), quer pelo seu papel ecológico e paisagístico incalculável, sendo necessário o fomento da sua reflorestação.
- Fomento do restabelecimento das galerias ripícolas e o incentivo à plantação de espécies autóctones associadas às linhas de água e promover a melhoria da qualidade das águas dos recursos hídricos, designadamente através do combate às descargas clandestinas.

Tema IV - Ambiente

Sub-tema - Recursos Hídricos

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|---|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Qualidade das águas superficiais (linhas de água) | Não deteiorização do estado de qualidade do meio hídrico em relação ao estado actual. | n.a | Excelente (2009) | ▲ | FA_02 |
| Qualidade das águas subterrâneas | n.d | n.a | n.d | n.a | FA_02 |
| Autorização de utilização dos Recursos Hídricos | n.d | n.a | 1 Autorização (2009) | n.a | FA_02 |
| Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água | n.d | n.a | 15.750,00 (2010) | n.a | FA_02 |

Quadro 53. Síntese – Tema IV Ambiente (Recursos Hídricos)

A persecução do vector estratégico definido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de gestão sustentável dos recursos florestais e a sua protecção adequada traduz-se num primeiro momento na gestão preventiva da ocorrência de riscos associados aos incêndios florestais e, por outro lado, no desenvolvimento de acções de requalificação e reflorestação das áreas florestais. Analisando os indicadores apresentados observa-se um aumento significativo do n.º de incêndios florestais e a inexistência de acções de requalificação ambiental no concelho.

Assim, no que concerne à implementação de medidas propõe-se:

- o desenvolvimento, por parte do Gabinete Técnico Florestal, de acções junto dos proprietários das áreas florestais ardidas incentivando para a requalificação das mesmas e para a introdução de novas espécies;
- a elaboração de Planos de Gestão Florestal (o Plano Regional de Ordenamento da Floresta da AMP) define que fica sujeito à realização de um PGF todos os prédios das explorações florestais que, isolados ou contínuos, tenham uma área superior a 50 ha;
- o desenvolvimento de programa de condução de regeneração natural de folhosas autóctones e adensamento da cortina arbórea (dado o predomínio de vegetação não autóctone), designadamente através de uma eventual adesão ao projecto Criar Bosques da Quercus;
- a promover de políticas agrícolas e florestais que compatibilizem as actividades produtivas com as actividades de conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção da paisagem;
- Desenvolvimento de mecanismos operativos que promovam iniciativas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis nas áreas florestais (em particular nas áreas florestais de protecção);

Tema IV - Ambiente

Sub-tema - Flora

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|---|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Percentagem de área do concelho coberta por floresta | Gestão sustentável dos recursos florestais | 13,5% (2009) | 13,5% (2010) | n.a | FA_03 |
| N.º de Incêndios Florestais | Decrescente | 88 (2008) | 154 (2010) | ▼ | FA_03 |
| Área ardida | Área média anual ardida inferior a 100 000 ha, até 2012 (ENDS) | 12,86 (2008) | 30,27 (2010) | ▼ | FA_03 |
| % da área florestal ardida | Reduzir a área anual ardida para 0,8% da superfície total florestal até 2018 (ENDS e ENF) | 1,13 (2008) | 2,66 (2010) | ▼ | FA_03 |
| Área florestal ardida requalificada ambientalmente | n.d | n.a | 0 (2010) | n.a | FA_03 |
| Tipo de coberto florestal - introdução de novas espécies por hectare | n.d | n.a | 0 (2010) | n.a | FA_03 |

Quadro 54. Síntese – Tema IV Ambiente (Flora)

A evolução dos indicadores apresentados no âmbito do Sub-tema - Solo será possível quando forem disponibilizados os resultados definitivos do último Recenseamento Agrícola.

Deve-se considerar a recomendação presente no relatório ambiental do PDM que, face ao uso actual dos espaços agrícolas, bem como a sua aptidão, torna-se urgente a criação de políticas de preservação que visem a conservação e o fomento de usos mais apropriados ao equilíbrio dos ecossistemas, e bem ainda o desenvolvimento de acções de sensibilização e fomento para novas práticas agrícolas, como forma de, eventualmente, relançar a actividade, através, nomeadamente, da aposta em novos nichos de mercado, que sejam simultaneamente produtivos/rentáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico face ao uso de técnicas apropriadas de defesa do solo.

Tema IV - Ambiente

Sub-tema - Solo

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|--|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Superfície Agrícola Utilizada (ha) | n.d | 1776 (1999) | n.d | n.a | FA_04 |
| Taxa de Abandono Agrícola | Prot-N define como meta para 2007/2013 - <1% | 1,4 (1999) | n.d | ▼ | FA_04 |
| Áreas de uso agrícola submetidas a projectos financiados pelo FEDER | n.d | 0 (2009) | 0 (2010) | n.a | FA_04 |

Quadro 55. Síntese – Tema IV Ambiente (Solo)

No que diz respeito aos factores ambientais ruído e poluição atmosférica, e face aos resultados de monitorização presentes no quadro seguinte, impõe-se quer a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Redução do Ruído, e bem ainda a implementação das respectivas medidas de minimização do ruído, quer a implementação de medidas de melhoria da qualidade do ar, propondo-se que passe a integrar também o processo de avaliação do estado do ordenamento do território o indicador relativo ao número de medidas de melhoria da qualidade do ar implementadas.

Tema IV - Ambiente

Sub-tema - Poluição Sonora e Atmosférica

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo | |
|---|--|--|--|-----------------------|----------------|----------------|
| População afectada por ruído ambiente exterior | Decrescente | Zona Sensível Período global de 24h (Lden) , cerca de 5% (4,97) Período nocturno (Ln), cerca de 10% Zona Mista Período global de 24h (Lden) , cerca de 9% Período nocturno (Ln), cerca de 20% (2008) | n.a | n.a | AU_02 FA_09 | |
| Área afectada por níveis sonoros acima dos limites legais - Período diurno | Decrescente | | n.a | n.d | n.a | AU_02 FA_09 |
| Área afectada por níveis sonoros acima dos limites legais - Período nocturno | Decrescente | | n.a | n.d | n.a | AU_02 FA_09 |
| Queixas recebidas relativas a ruído automóvel | Decrescente | | n.a | 3 (2010) | ▲ | AU_02 FA_09 |
| Medidas de minimização de ruído | Crescente | | n.a | 0 (2010) | ▼ | AU_02 FA_09 |
| Qualidade do ar - Dias com índice de qualidade do ar Má, Fraca, Média, Bom ou Muito Bom | Aumento dos dias com qualidade do ar Bom ou Muito bom em detrimento do decréscimo dos restantes Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS) | Muito Bom - 46 Bom - 208 Médio - 75 Fraco - 36 Mau - 0 (2009) | Muito Bom - 35 Bom - 212 Médio - 78 Fraco - 39 Mau - 1 (2010) | | ▼ | AU_02 FA_10 |
| Emissão de gases com efeito de estufa - Excedências | Decrescente | | 169 (2008) | 192 (2009) | ▼ | AU_02 FA_10 |

Quadro 56. Síntese – Tema IV Ambiente (Poluição Sonora e Atmosférica)

A concretização do objectivo do Executivo Municipal de promoção da deslocalização das unidades industriais deficientemente localizadas na Cidade, permitindo o controlo do atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas, é essencial para a reduzida magnitude dos efeitos causados por acidentes viários que envolvem o transporte de substâncias perigosas.

Atendendo a que os riscos tecnológicos passíveis de ocorrerem no concelho estão maioritariamente associados às áreas industriais existentes, considera-se que, a par da Revisão do Plano Municipal de Emergência, deverá ser ponderado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, a elaboração de um Plano Especial de Emergência direccionado para as Áreas Industriais.

Tema IV - Ambiente
Sub-tema - Riscos Tecnológicos

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|---|------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Acidentes viários com substâncias perigosas | n.d | n.a | 3 (2010) | n.a | FA_04 |
| Acidentes Industriais | n.d | n.a | 2 (2010) | n.a | FA_04 |

Quadro 57. Síntese – Tema IV Ambiente (Riscos Tecnológicos)

No que diz respeito à população servida por sistema de abastecimento de água e por sistema de drenagem de águas residuais, verifica-se que quanto a este último o município da Maia ainda está a 1% de atingir a meta definida no PEASAR II, devendo ser implementadas medidas com vista a assegurar a ligação de todos os edifícios à rede pública de drenagem de águas residuais.

Quanto à componente de produção de resíduos, e embora se tenha assistido a um aumento da produção de resíduos que conduziu a um aumento da capitação diária, verificou-se, por um lado, o aumento dos resíduos que foram enviados para reciclagem, apresentando uma variação positiva tendo como referência o primeiro ano de monitorização.

Tema IV - Ambiente
Sub-tema - Infra-estruturas

| Indicador | Meta | Valor de Referência (PDM) | Resultado Monitorização | Cumprimento Objectivo | Objectivo |
|--|--|---------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------|
| População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água | 95% população (PEAASAR II) | n.a | 95% (2010) | ▲ | FA_06 |
| Caudal captado - Total (m3) | Decrescente | n.a | 9499306 (2010) | n.a | FA_06 |
| Volume de consumo de água Total | Decrescente | n.a | 8.057.034 (2010) | n.a | FA_06 |
| M3 de água consumida por habitante | Decrescente | n.a | 0,159 (2010) | n.a | FA_06 |
| População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais | 90% População (PEAASAR II) | n.a | 89% (2010) | ▼ | FA_06 |
| M3 de águas residuais tratadas | 100% águas drenadas | n.a | 9.030.955 (2010) | ▲ | FA_06 |
| m3 de águas residuais drenadas | n.d | n.a | 9.030.955 (2010) | n.a | FA_06 |
| Reutilização de águas residuais tratadas | Reutilização da água para fins menos exigentes. | n.a | 0 (2010) | ▼ | FA_02 |
| Produção de Resíduos (kg) | Decrescente (PERSU II) | n.a | 60.750,10 (2010) | ▼ | FA_06 |
| Tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos | Variação sempre positiva tendo como referência o primeiro ano de monitorização | n.a | 14.464,64 (23%) (2010) | ▲ | FA_06 |
| Capitação diária de resíduos (kg./hab./dia) | Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos - redução 1,4% da capitação diária até 2016 | n.a | 0,00139 (2010) | ▼ | FA_06 |
| N.º de ecopontos | Crescente | n.a | n.d | n.a | FA_06 |
| N.º de fogos abrangidos por sistema porta-a-porta | Crescente | n.a | n.d | n.a | FA_06 |
| Área Infra-estruturada (ha) | n.d | 2293 (2008) | n.d | n.a | FA_06 |

Quadro 58. Síntese – Tema IV Ambiente (Infra-estruturas)

v. Impactes PDM

Durante estes dois primeiros anos de vigência do novo PDM foram praticamente nulas as transformações que ocorreram e que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM, quer, mais concretamente, no território concelhio.

No que ao PDM propriamente dito diz respeito, importa referir que, na sequência do Despacho da Secretaria de Estado e do Ordenamento do Território relativamente a algumas normativas do novo PDM, procedeu-se ao desenvolvimento das diligências com vista à execução de uma correcção material e rectificação ao PDM, ao abrigo do disposto no artigo 91.º-A do regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com o objectivo de actualizar a planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor à data da entrada em vigor do Plano, e correcção da redacção no n.º 5 do artigo 6.º do regulamento do PDM, tendo-se aproveitado a oportunidade para efectuar correcções a alguns lapsos, erros materiais, erros de concordância entre peças escritas e peças desenhadas, entre outros, que entretanto se detectaram. Esta correcção foi publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 53, através do Aviso n.º 5587/2010, de 17 de Março.

No decorrer destes dois anos de execução do PDM foram detectadas nas peças do plano erros materiais resultantes da incongruência entre as peças desenhadas e as peças escritas, resultado numa segunda correcção material do PDM (Aviso n.º 20052/2010, de 11 de Outubro).

Para além das pequenas incongruências referidas e já motivaram correcções materiais e rectificações ao PDM, outras incongruências têm sido detectadas e que estão a merecer a reflexão interna para avaliar uma primeira alteração ao Plano, após o cumprimento do prazo de 3 anos de vigor do Plano.

A publicação dos Decretos Regulamentares n.º 9/2009, de 29 de Maio, que fixa os conceitos técnicos nos domínios de ordenamento do território e urbanismo a utilizar pelos instrumentos de gestão territorial (IGT), n.º 10/2009, que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, e n.º 11/2009, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, têm como objectivo uma normalização do conteúdo utilizado nos diversos instrumentos de gestão territorial, contribuindo para a credibilização do sistema de planeamento.

O Regime Transitório dos diplomas referidos define que o mesmo se aplica aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, exceptuando-se, assim, os procedimentos relativos aos PDM's com o parecer final da comissão de acompanhamento já emitido (a 30 de Maio de 2009); bem como os procedimentos relativos aos PU's e PP's cujas propostas tenham sido apresentadas à CCDR respectiva para realização de conferência de serviços, incluindo-se nestes casos o PDM da Maia e o PP da Quinta da Pícuca.

De um ponto de vista mais estratégico, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), em fase de elaboração da proposta final, na sequência da realização do período de discussão pública ainda durante o ano de 2009, traduzir-se-á, a curto prazo, no principal documento com impactes significativos no PDM da Maia, na medida em que os planos estão legalmente obrigados a conformar-se com os planos de ordem superior. Aguarda-se a publicação, através de Resolução do Conselho de Ministros, do PROT-N, após o qual a Câmara Municipal desenvolverá um procedimento de adaptação do PDM.

6. Considerações Finais

a) Síntese de avaliação

No final de cada Tema anteriormente descritos foi já apresentada uma síntese de avaliação dos resultados da análise realizada neste ciclo do processo de monitorização do estado do ambiente e do ordenamento do território, construindo-se a seguinte matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|--|--|
| <p>Inserção numa das mais importantes áreas metropolitanas de Portugal, a do Porto;</p> <p>População progressivamente em crescimento, quer devido ao saldo natural quer à capacidade de atrair pessoas oriundas de outros concelhos;</p> <p>Presença de um grande número de pessoas em idade activa;</p> <p>Capacidade de empregar um grande número de mão-de-obra, principalmente oriunda de áreas adjacentes;</p> <p>Crescente peso do sector terciário;</p> <p>Diversidade de actividades ligadas aos serviços, comércio e indústria;</p> <p>Quadro habitacional que proporciona boas condições de vida às populações e que contribui para a respectiva fixação;</p> <p>Existência de alguns edifícios que evidenciam elevado património arquitectónico</p> <p>Sector industrial em franca expansão, com elevada capacidade de atracção de empresas e elevada concentração de unidades de importância nacional e de sectores altamente especializados (p.e.: ciência e tecnologia);</p> <p>Proximidade às principais infra-estruturas aéreas, rodoviárias e ferroviárias que lhe confere uma boa acessibilidade;</p> <p>Introdução do metropolitano melhorou significativamente a acessibilidade;</p> <p>Oferta de espaços públicos multifuncionais (Fóruns, Quinta da Gruta, Quinta da Caverneira, TecMaia, entre outros);</p> <p>Aumento da captação de espaços verdes;</p> | <p>Crescente dependência da população idosa face ao total da população;</p> <p>Subaproveitamento das potencialidades inerentes aos bons solos agrícolas, nomeadamente nas áreas sujeitas à servidão da R.A.N.;</p> <p>Sector agrícola sem significado, com uma acentuada tendência de decréscimo, ressaltando-se o escoamento dos produtos única e exclusivamente para auto-consumo ou, com menor significado, a venda local;</p> <p>Forte dependência do transporte particular, sendo o principal meio de transporte utilizado pela população activa nas suas deslocações pendulares;</p> <p>Degradação/poluição das linhas de água que trespassam o concelho;</p> <p>Baixa cobertura dos equipamentos de apoio às crianças (creches) e à terceira idade do sector público;</p> |
| Oportunidades | Ameaças |
| <p>Criar facilidades à instalação de actividades industriais produtivas e empregadoras, dado que a grande quantidade de jovens em idade activa exige o fomento de actividades com maior oferta de emprego;</p> <p>Oferta de maiores oportunidades de emprego, principalmente qualificado;</p> <p>Salvaguardar o património arquitectónico existente, nomeadamente, através de acções que atraiam outras funções, incentivando a utilização para novos fins, consequentemente, impedindo a sua degradação, atribuindo-lhes um novo uso;</p> <p>Recuperação e valorização das margens do Rio Leça, podendo tornar num local agradável ao lazer;</p> <p>Melhor mobilidade interna e externa potenciada pelo reforço e diversificação da rede de transportes (extensão da rede do metro);</p> <p>Elaboração pelo município do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia constitui oportunidade para a melhoria da mobilidade urbana e desenvolvimento dos modos de transporte sustentáveis;</p> | <p>Forte concorrência dos concelhos da primeira coroa periférica da Cidade do Porto;</p> <p>Pressão urbana sobre áreas de reserva e destinadas a espaços verdes previstos;</p> <p>Incerteza existente quanto ao próximo quadro de referência estratégico nacional;</p> |

A evolução ocorrida no período de vigência do Plano e o facto de apenas ter passado dois anos quer da execução do Plano quer do processo de monitorização do mesmo, *de per si*, torna praticamente inexequível e prematura a avaliação da pertinência dos actuais objectivos estratégicos do plano e da necessidade de redefinição de novos objectivos de desenvolvimento para o Município.

b) Novas metas a atingir e medidas a implementar

Pretende-se com o presente ponto, face aos resultados decorrentes do processo de monitorização do Plano, identificar medidas a implementar e novas metas a atingir ao nível dos objectivos, das acções e do ordenamento do território.

Da avaliação efectuada anteriormente, face ao facto de apenas ter passado dois anos desde a entrada em vigor do plano e do próprio processo de monitorização (e de todas as vicissitudes que o mesmo teve), considera-se ser de manter o desenvolvimento das medidas com vista a atingir os actuais objectivos estratégicos do plano, designadamente ao nível da consolidação dos núcleos urbanos, da deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, da dotação de espaços verdes, da preservação dos valores identitários e dos valores de ruralidade.

Já no que concerne às novas **medidas a implementar** face aos resultados da monitorização mostrados, apresenta-se as mesmas por cada um dos temas apresentados:

Tema I – Socio-economia

- elaboração Plano Marketing Territorial para o concelho que permita a definição de estratégias para o reforço da atractividade e competitividade da oferta territorial da Maia;

Tema II – Mobilidade

- identificação de eventuais "pontos negros" na sinistralidade e implementação de medidas para a minimização da ocorrência de acidentes;
- promoção da utilização de modos de transporte ambientalmente menos nocivos e incremento da atractividade dos diferentes modos de transporte público;
- melhoria dos sistemas de transportes públicos para as áreas indústrias e para as freguesias mais periféricas;
- melhoria da ligação de transporte público das freguesias de Pedrouços e Águas Santas ao centro da Cidade da Maia;
- criação de incentivos ao uso de transportes sustentáveis, nomeadamente pela definição de uma rede pedonal e pela possível integração de ciclovias;

Tema III – Povoamento

- levantamento das unidades industriais deficientemente localizadas no concelho, permitindo uma melhor gestão do indicador relativo à deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no concelho;
- criação de incentivos à deslocalização de unidades deficientemente localizadas;

-
- o desenvolvimento, em articulação com o Departamento de Cultura e Turismo, de acções de sensibilização e divulgação com vista à promoção e valorização do património edificado e fomento de uma maior pedagogia de identidade cultural;
 - classificação de imóveis, conjuntos ou sítios de interesse municipal, assegurando por este meio a sua manutenção e recuperação;
 - promoção do património para utilizações ligadas ao turismo rural ou outras actividades que potenciem a sua dinamização;
 - promoção da rede de cuidados secundários;
 - persecução, junto do Ministério da Saúde, de acções de divulgação da necessidade de implementar equipamento de cuidado de saúde primário que sirva directamente os utentes das freguesias de Folgosa e São Pedro Fins.
 - o Pelouro da Saúde deve implementar acções de fomento com vista a garantirmos a aproximação aos dados de referência definidos para os indicadores relativos à saúde;
 - o Departamento de Educação deve manter actualizados os indicadores da Carta Educativa relativos não só à oferta pública mas também à oferta privada. Ainda que estes estabelecimentos não sejam da gestão/domínio municipal, o conhecimento da realidade quanto aos mesmos, designadamente procura/oferta, é essencial para a programação e reprogramação da rede educativa municipal;
 - a revisão da Carta Educativa do Concelho da Maia, homologada em 2007, e que de acordo com a legislação em vigor, deve ser revista ao fim de 5 anos;
 - a definição, por parte do Departamento de Educação e Acção Social, de metas municipais para a taxa de cobertura dos equipamentos sociais;
 - o desenvolvimento de acções de fomento da valência de creche aproximado dos valores de referência nacionais;

Tema IV - Ambiente

- o desenvolvimento, por parte do Gabinete Técnico Florestal, de acções junto dos proprietários das áreas ardidadas incentivando para a requalificação das mesmas e para a introdução de novas espécies;
- a promoção de processos de elaboração de Planos de Gestão Florestal;
- o desenvolvimento de programas de condução de regeneração natural de folhosas autóctones e adensamento da cortina arbórea;
- o desenvolvimento de acções de sensibilização e fomento para novas práticas agrícolas, como forma de, eventualmente, relançar a actividade através, nomeadamente, da aposta em novos nichos de mercado, que sejam, simultaneamente, produtivos/rentáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico face ao uso de técnicas apropriadas de defesa do solo;

-
- a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Redução do Ruído;
 - a conclusão do processo de revisão do Plano Municipal de Emergência e a ponderação, por parte do Serviço Municipal de Protecção Civil, da elaboração de um Plano Especial de Emergência destinado às áreas industriais;
 - a criação de medidas com vista a assegurar a ligação de todos os edifícios à rede pública de drenagem de águas residuais.

c) Melhorias a introduzir no processo de monitorização

Passados dois anos desde a entrada em vigor do novo Plano considera-se que são muitas as melhorias a introduzir no próximo ciclo do processo de monitorização (procedimentais, materiais ou de recursos humanos).

A experiência decorrente do processo de monitorização levou à definição de algumas melhorias a introduzir no mesmo, designadamente:

Melhorias procedimentais:

- Desenvolvimento de um sistema de monitorização participativo, sendo imprescindível o envolvimento dos técnicos das diferentes estruturas municipais e do Executivo;
- Articulação dos níveis de planeamento e dos principais actores, convergindo todos para o cumprimento dos mesmos objectivos;

Melhorias materiais:

- Desenvolver um sistema de partilha de informação, actualização sistemática e também de rigor na recolha e tratamento da informação, designadamente através da integração da informação no âmbito de um sistema de informação geográfica;
- agilizar o processo de captação de informação relativa a indicadores cuja a fonte de informação são as entidades externas;

Melhorias de Recursos humanos:

- disponibilização/afecção de recursos humanos das diferentes estruturas municipais, sobretudo na alimentação dos indicadores de monitorização;

Após o Workshop sobre "Estratégia Organizacional", realizado a 11 de Dezembro de 2009, na Quinta da Gruta, organizado pelo Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial com o objectivo de promover um sistema de monitorização participativo, com o envolvimento dos técnicos das diferentes estruturas municipais e do Executivo, foram apontadas algumas melhorias procedimentais ao processo de avaliação e monitorização as quais foram implementadas durante o decorrer do ano de 2010, designadamente:

- identificar e divulgar o contributo de cada serviço/divisão para o processo de monitorização e importância na concretização da política de ordenamento vertida no PDM;
- Divulgar de forma periódica os resultados de cada ciclo de monitorização.

Bibliografia

Agência Portuguesa do Ambiente, Dez. 2007 – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS-Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território – 20 Anos, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Evolução da Qualidade do Ar em Portugal entre 2001 e 2005, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatório do Estado do Ambiente 2008 – 10 Indicadores, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora

Alto Comissariado para a Saúde, 2010 – Plano Nacional da Saúde 2011-2016, Versão para Discussão Pública

Câmara Municipal da Maia, 2008 – Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Director Municipal

Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, 2009 – Acompanhamento e Monitorização do PROT Algarve, 1º Relatório Anual, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Fonseca, Paulo, 2002 – Índices de Desenvolvimento Concelhio, Revista de Estatística, Volume II, 2.º Quadrimestre de 2002, Instituto Nacional de Estatística

Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2009 – Carta Social, Folha Informativa n.º 1, Julho 2009, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2010 – Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – 2009, ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Instituto Nacional de Estatística, 2002 – XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento geral da habitação, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2002 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2003 – Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto: 1991/2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2008 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2008, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Martins, Isabel e Santos, Luís Delfim (Coord.), 2003 – 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto

Prada, Olga, 2008 – Relatórios de Estado de Ordenamento do território: Orientações metodológicas para a sua elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território. Instituto Superior Técnico

SILVA, J., 1998 – *A Função de Monitorização em Planeamento Urbanístico ao Nível Municipal: MAPAO, um Modelo para Apoio à Programação de Acções por Objectivos*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior Técnico

Referências Electrónicas

www.ana.pt

www.ine.pt

www.guiadeportugal.pt (acedido a Dezembro 2010)

www.metroporto.pt

www.qualar.pt

www.qca.pt

www.proder.pt

www.qren.pt

www.turismo.maiadigital.pt

www.snirh.pt (acedido a 4.01.2011)

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-05-24]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$indice-de-desenvolvimento-humano-\(idh\)>](http://www.infopedia.pt/$indice-de-desenvolvimento-humano-(idh)>).

www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3d_5.html

Legislação

Lei n.º 58/2005 – Lei da Água

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal

Resolução Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro – Estratégia Nacional das Florestas

Decreto - Regulamentar n.º 42/2007, de 10 de Abril – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV)

Resolução Conselho Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e Plano de Implantação

Resolução Conselho Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril – Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

Resolução Conselho Ministros n.º 97/2010 – Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais PEAASAR 2007-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2011, de 27 de Janeiro – Recomenda ao Governo a adopção de medidas de incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas abandonadas